

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2023

PROTOCOLO Nº 15.912.219-0

1. PREÂMBULO

1.1. A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR)**, inscrita no CNPJ sob nº 13.950.733/0001-39, sediada à Rua Mateus Leme, nº 1908, Centro Cívico, Curitiba-PR, representada por seu Defensor Público-Geral, em observância às disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Estadual nº 15.608/07 e da legislação correlata, torna pública a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, sob nº 045/2023, tendo por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DA ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE OPERAÇÃO, DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS E INSTALAÇÕES, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA (POSTOS DE SERVIÇO E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA), MATERIAL DE CONSUMO E INSUMOS NECESSÁRIOS E ADEQUADOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, BEM COMO REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, EVENTUAIS E SOB DEMANDA, PARA TODAS AS SEDES ATUAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, E TAMBÉM EM ATÉ 40 (QUARENTA) NOVAS SEDES QUE VIEREM A SURGIR AO LONGO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**, de acordo com as condições constantes do presente edital e seus anexos, notadamente o Anexo I, que veicula o Termo de Referência.

1.2. Informações da sessão:

Data de abertura	31/10/2023
Horário de abertura das propostas	14:00 horas
Horário de início da disputa	15:00 horas
Recebimento das propostas	A partir da disponibilização do edital no site www.licitacoes-e.com.br (id: 1023722)

1.3. O recebimento das propostas e documentos de habilitação dar-se-á exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.licitacoes-e.com.br, conforme datas e horários definidos acima.

1.4. É Pregoeiro(a) neste certame o(a) servidor(a) Tiago Hernandes Tonin.

1.4.1. O Pregoeiro e os membros da Equipe de Apoio foram designados pela Resolução DPG nº 211/2023.

1.5. As impugnações ao presente edital poderão ser feitas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão por qualquer cidadão ou licitante.

1.6. Os interessados poderão solicitar esclarecimentos quanto às disposições do presente edital, devendo enviá-los ao endereço eletrônico licitacoes@defensoria.pr.def.br, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão.

1.7. Os atos e decisões da presente licitação serão publicados nos sítios <http://www.defensoriapublica.pr.def.br> (campo Licitações), www.licitacoes-e.com.br (campo Mensagens) e, quando necessário, também no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DEDPR).

2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

2.1 A presente licitação será regida pelo disposto na Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar Federal nº 123/06, Lei Estadual nº 15.608/07 e legislação complementar, aplicável subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/1993, a Lei Federal nº 8.078/90.

2.2. Os diplomas legais acima indicados aplicam-se especialmente quanto aos casos omissos.

3. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1. As impugnações ao presente edital poderão ser feitas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão por qualquer cidadão ou licitante.

3.2. A impugnação deverá ser apresentada por escrito, dirigida ao Pregoeiro, e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a denominação social da empresa, número do CNPJ, telefone, endereço eletrônico e fac-símile para contato, devendo ser protocolada na Sede Administrativa da DPE-PR, no endereço indicado no preâmbulo, no horário das 12h00 às 18h00, ou encaminhada por e-mail ao endereço eletrônico: licitacoes@defensoria.pr.def.br.

3.3. A impugnação será julgada em até 01 (um) dia útil, a contar da data do seu recebimento, e a resposta será disponibilizada no sítio www.defensoriapublica.pr.def.br, no link "Portal da Transparência" > "Licitações" > "2023".

3.4. Não será conhecida impugnação interposta por fax ou vencido o respectivo prazo legal.

3.5. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

4. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

4.1. Os interessados poderão solicitar esclarecimentos quanto às disposições do presente edital, devendo enviá-los ao endereço eletrônico licitacoes@defensoria.pr.def.br, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão.

4.2. As respostas serão prestadas pelo Pregoeiro, no prazo 01 (um) dia útil a contar da data do seu recebimento, e disponibilizadas no sítio www.defensoriapublica.pr.def.br, no link "Portal da Transparência" > "Licitações" > "2023".

5. OBJETO

5.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada no ramo da Engenharia para prestação de serviços continuados de operação, de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas e instalações, incluindo fornecimento de mão de obra (Postos de Serviço e Mão de obra Especializada), material de consumo e insumos necessários e adequados à execução dos serviços, bem como realização de serviços comuns de engenharia, eventuais e sob demanda, para todas as sedes atuais da Defensoria Pública do Estado do Paraná, e também em até 40 (quarenta) novas sedes que vierem a surgir ao longo da execução contratual, de acordo com as condições, endereços e especificações constantes do presente edital, inclusive seus anexos, notadamente o Anexo I, que veicula o Termo de Referência.

5.2. A licitação será em lote único.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste certame as empresas regularmente estabelecidas no País, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos.

6.2. Serão impedidas de participar no presente pregão empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos, além de outros porventura previstos neste edital:

- a) Interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 16 da Lei Estadual 15.608/2007;
- b) Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- c) Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com a DPE-PR, conforme inciso III, do artigo 150 da Lei Estadual Paranaense nº 15.608/2007;
- d) Empresas punidas com a sanção prevista no item anterior, durante o prazo de vigência de igual sanção imposto por órgão ou entidades do Estado, nos termos do artigo 155 da Lei Estadual 15.608/2007;
- e) Empresas impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná, conforme artigo 7º da Lei Federal 10.520/2002;
- f) Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública com fulcro no inciso IV do artigo 150 da Lei Estadual 15.608/2007 ou no inciso IV do artigo 87 da Lei Federal 8.666/1993;
- g) Empresas que se encontrem sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente;
- h) Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem regularmente no país;
- i) Consórcio de empresas, sob nenhuma forma;
- j) Cooperativa de mão-de-obra, em consonância com art. 5º da Lei Federal 12.690/2012.

6.3. A participação neste certame importa ao licitante o conhecimento de todas as condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis.

6.4. Para participação no certame, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

6.5. Caso haja participação de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) serão assegurados os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 para as pessoas jurídicas ou pessoas físicas que se identificarem como ME ou EPP no campo apropriado do sistema.

6.5.1. É de responsabilidade exclusiva do licitante o seu correto enquadramento como ME ou EPP no sistema eletrônico.

6.6. Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos artigos 108, 110, 111 e 112, da Instrução Normativa - RFB nº 2110, de 17/10/2022, a licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP optante pelo Simples Nacional, que porventura venha a ser contratada, não poderá se beneficiar da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, consoante o que dispõem o arts. 17, inciso XII, 30, inciso II e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

6.6.1. A licitante optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratada, após a assinatura do contrato, no prazo de 90 (noventa) dias, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou

Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

6.6.2. Caso a licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, a própria DPE/PR, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

6.6.3. A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H, da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

7. CREDENCIAMENTO

7.1. O licitante deverá estar previamente credenciado no sistema de licitações do Banco do Brasil S.A. e dispor de chave de identificação e senha, sendo esta de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo à DPE-PR responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido do sistema, ainda que por terceiros.

7.1.1. Demais informações poderão ser obtidas diretamente no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br ou pelos telefones 4004-0001 – capitais e regiões metropolitanas ou 0800-729-0001 – demais localidades.

7.2. O credenciamento perante o provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão.

7.3. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente pelo licitante ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

7.4. O licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e documentos, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

8. CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS E JUNTADA DE DOCUMENTOS

8.1. O cadastro da proposta, no sistema licitações-e, deverá ser feito no “Menu Opções da Licitação”, opção “Oferecer Proposta”, contendo a descrição resumida do objeto e o valor total do Lote, cotado em moeda nacional com no máximo duas casas decimais após a vírgula (R\$ 0,00).

8.1.1. No campo do sistema “Descrição/Observações”, não poderá haver nenhuma identificação do licitante proponente (tais como nome, CNPJ, site da empresa, telefone, email, etc.), sob pena de desclassificação.

8.1.2. O licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

8.2. Após, o licitante deverá clicar no botão “Estou Ciente” e enviar os documentos descritos abaixo, na opção “incluir anexo do lote”, sob pena de desclassificação:

a) Proposta de preços assinada contendo obrigatoriamente todos os elementos constantes do modelo do Anexo V;

b) Composição do percentual de BDI para os postos de trabalho, insumos (mero fornecimento) e serviços eventuais, de forma separada, conforme modelo do Apêndice VII do Termo de Referência (Anexo I);

b.1) Caso o licitante utilize os mesmos BDI Referenciais calculados pela DPE-PR, não é necessária a apresentação destas planilhas.

c) Documentos de habilitação e declarações previstos no item 13.1 deste edital.

8.2.1. A identificação do licitante na documentação mencionada no item 8.2 é obrigatória e não viola a disposição contida no item 8.1.1.

8.3. O licitante optante do Simples Nacional deverá elaborar Proposta de Preços e, eventualmente, Planilha de Custos e Formação de Preços sem a incorporação dos benefícios tributários provenientes do Simples Nacional, tendo em vista o disposto no item 6.6 e o entendimento do Tribunal de Contas da União acerca da matéria¹.

8.4. O licitante que estiver cadastrado no sistema GMS/PR fica dispensado de juntar os documentos de habilitação contidos no referido sistema que estejam dentro do seu prazo de validade.

8.5. Documentos ausentes ou fora de seu prazo de validade, quando disponíveis em sítios eletrônicos, poderão ser obtidos e anexados ao processo pelo Pregoeiro.

8.6. Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" ou "incluir anexo do lote" do sistema licitações-e poderão ser solicitados pelo Pregoeiro em original ou por cópia autenticada a qualquer momento.

8.6.1. Caso solicitado o envio dos originais ou cópia autenticada dos documentos, estes deverão ser encaminhados, em 3 (três) dias úteis, aos cuidados do Pregoeiro, no endereço indicado no preâmbulo do edital ou em outro a ser definido.

8.7. O licitante poderá, até a data e hora definidas para a abertura da sessão pública, excluir ou substituir a proposta e os documentos inseridos no sistema.

8.8. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, em especial:

a) inexistência de fato impeditivo à habilitação neste certame e ciência da obrigatoriedade de informar acerca de ocorrências posteriores;

b) prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data estipulada para a abertura do presente certame;

c) os preços ofertados deverão refletir o preço CIF de mercado, ou seja, abrangendo todas as despesas que incidirem sobre eles, tais como, seguro, impostos, taxas, fretes, etc., e todas as obrigações previstas no Termo de Referência (Anexo I);

d) no caso de aquisição ou prestação de serviço, objeto desta licitação, ocorrer de fornecedor paranaense, ou seja, em operação interna, deverá ser praticada com isenção do ICMS, conforme dispõe o item 121 do Anexo I – Isenções, do Regulamento do ICMS aprovado pelo Decreto Estadual nº 6.080/2012, editado com amparo no Convênio ICMS nº 26/2003, aprovado pelo CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária.

8.9. A apresentação de proposta que não atenda às disposições supramencionadas ensejará a sua desclassificação.

9. ABERTURA E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. No horário (de Brasília) e dia referidos no preâmbulo, terá início a sessão pública do pregão, com a abertura e divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro

¹ Acórdão 797/2011 – Plenário; Acórdão 1.113/2018 – Plenário; Acórdão 4.023/2020 – Segunda Câmara; Acórdão 1570/2022 – Plenário.



a avaliar a aceitabilidade das propostas e desclassificando aquelas que estejam em desconformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

9.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

9.4. Definida a classificação da(s) proponente(s), seu(s) representante(s) deverá(ão) estar conectado(s) na "Sala de Disputa" do sistema para participar da sessão de lances.

10. FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

10.1. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à etapa competitiva, momento a partir do qual os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

10.2. Para efeito de lances será adotado o MODO DE DISPUTA ABERTO e considerado o VALOR TOTAL para o respectivo lote.

10.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

10.4. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.4.1. A diferença entre os lances enviados não poderá ser inferior à R\$ 50,00 (cinquenta reais) e incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

10.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.6. Durante todo o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados em tempo real do valor de menor lance registrado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

10.7. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste edital da Lei Estadual nº 15.608/2007.

10.8. No caso de desconexão apenas do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances, que continuarão sendo recebidos. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

10.8.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício após comunicação expressa às participantes.

10.9. A fase de lances terá a duração de 10 (dez) minutos, sendo automaticamente prorrogada pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração inicialmente previsto.

10.9.1. A prorrogação automática de que trata o subitem anterior terá duração de 02 (dois) minutos, período este que será renovado sucessivamente sempre que houver lances antes de seu término, inclusive lances intermediários.

10.9.2. Caso não sejam ofertados novos lances no prazo de 02 (dois) minutos, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.9.3. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro poderá, mediante justificativa e em prol da

consecução do melhor preço, admitir o reinício da fase de lances.

10.10. Para os lotes não destinados às microempresas ou empresas de pequeno porte, após a conclusão da etapa de lances, o sistema detectará a existência da situação de empate ficto e convocará, na ordem de classificação, a ME ou EPP para apresentar nova proposta de preço inferior ao menor lance registrado, no prazo de 05 (cinco) minutos. Não havendo manifestação do licitante convocado, o sistema verificará se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática.

10.10.1. Entende-se por empate ficto aquelas situações em que o valor da proposta apresentada por microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta melhor classificada, desde que esta não esteja enquadrada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP).

10.10.2. A situação de empate ficto será reapreciada sempre que houver desclassificação ou inabilitação do licitante melhor classificado, ou quando for chamado o licitante remanescente. Nesta hipótese, o licitante será convocado via sistema para apresentar proposta em 1 (um) dia útil.

10.11. Após o encerramento da etapa de lances e depois de resolvidas as situações de empate ficto, o Pregoeiro encaminhará contraproposta diretamente ao licitante detentor do lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor máximo para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

10.12. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.13. Havendo apenas uma proposta, esta poderá ser aceita desde que atenda a todas as condições do edital, devendo o Pregoeiro negociar visando obtenção de melhor preço.

10.14. A arrematante que apresentar proposta acima do preço máximo deverá readequá-la, sob pena de desclassificação.

10.15. Concluída a negociação o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor máximo para a contratação.

11. ENVIO DA PROPOSTA RECOMPOSTA, DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS E DO DETALHAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1. A arrematante deverá anexar no sistema licitações-e, por meio da opção “Enviar Anexo”, até o primeiro dia útil seguinte ao encerramento da etapa de lances, a proposta recomposta assinada contendo obrigatoriamente todas as informações constantes do modelo do Anexo V.

11.1.1. Na recomposição final, os preços unitários e totais dos itens que compõem a proposta recomposta não poderão ultrapassar os valores máximos que estão fixados neste edital, bem como, não poderão ser majorados os valores unitários consignados na proposta inicial.

11.1.2. Caso o sistema não suporte o tamanho do arquivo, o documento poderá ser encaminhado ao e-mail licitacoes@defensoria.pr.def.br. Na sequência, o Pregoeiro providenciará a sua disponibilização aos demais licitantes.

11.2. A arrematante também deverá encaminhar, no prazo e forma previstos no item 11.1, a Planilha de Custos e Formação de Preços (modelo no Anexo X), em formato .xls, e o Detalhamento da Proposta de Preços (modelo no Anexo XI)².

² Modelos disponíveis em arquivos editáveis no endereço eletrônico:

<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Pagina/Licitacoes> > Licitações - 2023 > Pregão Eletrônico 045/2023.

11.2.1. A arrematante poderá encaminhar sua própria planilha, desde que contenha todas as informações do modelo fornecido.

11.2.3. A DPE-PR poderá solicitar ajustes na planilha apresentada até o seu aceite pelo Departamento de Contratos.

11.3. Serão considerados idôneos para todas as comunicações os meios indicados pela arrematante na sua proposta (telefone, endereço para correspondência e e-mail que deve ser acessado nos dias úteis).

11.4. Dentro do prazo fixado no item 11.1 poderá ocorrer o saneamento de falhas, complementação de insuficiências ou ainda de correções de caráter formal relativos à proposta recomposta e documentos de habilitação. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado a critério do Pregoeiro, mediante justificativa.

12. JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL

12.1. O critério de julgamento da presente licitação é o menor preço total por lote.

12.1.1. Na hipótese de discrepância entre os preços unitários e totais, para efeito de cotejo, prevalecerão os de menor valor.

12.2. Será desclassificada a proposta:

- a) formulada por quem esteja impedida de participar do certame;
- b) que contenha qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes;
- c) que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;
- d) com preços superiores aos valores máximos que estão fixados no Termo de Referência (Anexo I) e seus Apêndices, em especial os Apêndices IV e V, conforme dispõe o art. 27, inciso XXI, da Constituição do Estado do Paraná, ou preços manifestamente inexequíveis, observados os termos do art. 89 da Lei Estadual nº 15.608/2007 e artigo 48, da Lei Federal nº 8.666/1993;**
- e) em desacordo com as especificações, prazos e condições fixadas neste edital;
- f) que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

12.3. No julgamento das propostas o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância, dos documentos e sua validade jurídica, para fins de classificação.

12.4. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica de servidores pertencentes ao quadro de pessoal da DPE-PR ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar suas decisões.

12.5. No caso de desclassificação será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda a este edital, podendo o Pregoeiro negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

13. HABILITAÇÃO

13.1. O licitante deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Em se tratando de: 1) Sociedade Empresária: estatuto ou contrato social em vigor, com todas as suas alterações ou última alteração contratual consolidada, devidamente registradas, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; 2) Sociedade Simples: inscrição do Ato Constitutivo acompanhado de prova do(s) administrador(es) em exercício; 3) Empresário Individual: inscrição comercial devidamente registrada acompanhada de documento de identidade; 4) Empresa Individual

de Responsabilidade Limitada: ato constitutivo em vigor, com todas as suas alterações ou a última alteração contratual consolidada;

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), mediante a apresentação do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal, ou de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), mediante a apresentação do Comprovante de Situação Cadastral no CPF, emitido pela Secretaria da Receita Federal;

c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município sede ou de domicílio do licitante, na forma da lei;

e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Estado sede ou de domicílio do licitante, na forma da lei;

f) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

g) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou de Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos Negativos, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

h) Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecida pela Caixa Econômica Federal – CEF, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

i) Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou de certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

j) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

j.1) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

k) Comprovação da boa situação financeira da empresa, em documento elaborado pelo próprio licitante, mediante a obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas, amplamente aceitas contabilmente para aferir essa situação:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = -----;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = -----;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = -----;

Passivo Circulante

k.1) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices previstos acima deverão comprovar patrimônio líquido de pelo menos 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação;

l) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CREA, em nome da empresa licitante;

m) Certidão de Registro de Pessoa Física no CREA, em nome do Responsável Técnico indicado;

n) Atestado de Capacidade Técnica (ACT) comprovando a empresa licitante ter executado para órgão público, ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, em qualquer esfera, ou ainda para empresa privada os serviços relativos à fiscalização, coordenação, supervisão ou execução de construção, reforma ou manutenção predial em edificações com áreas construídas iguais ou superiores a 1.510 m² com expressa comprovação das seguintes parcelas, observado o disposto nos itens 15.3.2.3 e 15.3.2.4 do Termo de Referência:

n.1) Construção, reforma ou Operações de manutenção de instalações hidrossanitárias prediais.

n.2) Construção, reforma ou Operações de manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão.

o) Certidão de Acevo Técnica (CAT) comprovando o Responsável Técnico ter executado para órgão público, ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, em qualquer esfera, ou ainda para empresa privada os serviços relativos à execução de construção, reforma ou manutenção predial em edificações com áreas construídas iguais ou superiores a 1.510 m² acervados e emitida pelo CREA com expressa comprovação das seguintes parcelas, observado o disposto nos itens 15.3.2.3 e 15.3.2.4 do Termo de Referência:

o.1) Construção, reforma ou Operações de manutenção de instalações hidrossanitárias prediais.

o.2) Construção, reforma ou Operações de manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão.

p) Declaração de Vistoria ou de Pleno Conhecimento do Objeto, conforme modelo do Apêndice VIII do Termo de Referência;

q) Declaração de Responsável Técnico, observado o disposto no capítulo 14 do Termo de Referência, conforme modelo do seu Apêndice IX;

r) Declaração de Conhecimento para Execução dos Serviços, conforme modelo do Apêndice XI do Termo de Referência;

s) Comprovação de que o Responsável Técnico pertence ao quadro permanente da empresa ou é contratado como autônomo, mediante a cópia do registro do vínculo empregatício em Carteira de Trabalho, Certidão do CREA, Contrato Social, Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato de Trabalho registrado na DRT. É admitida declaração de contratação futura do Responsável Técnico indicado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional;

t) Declarações contidas nos Anexos III, IV (se for ME ou EPP), VI, VII e VIII devidamente assinadas.

13.2. A habilitação da arrematante cadastrada no sistema GMS/PR será verificada por consulta aos documentos abrangidos pelo sistema e por meio de documentação complementar que comprove o cumprimento dos requisitos de habilitação previstos neste capítulo, a ser anexada ao sistema www.licitacoes-e.com.br, nos termos deste edital.

13.2.1. O licitante deverá conferir se todos os documentos solicitados neste edital para verificação da habilitação estão inseridos e atualizados no sistema GMS/PR, caso contrário deverá providenciar a sua juntada.

13.3. Somente será considerada habilitada a arrematante que preencha os requisitos de habilitação na data da primeira sessão.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

14.1. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão se referir ao CNPJ cadastrado no site do Banco do Brasil S.A para a participação no certame.

14.1.1. O CNPJ que deve constar nas certidões será o da matriz, se o licitante for a matriz;

14.1.2. O CNPJ que deve constar nas certidões será o da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz (FALÊNCIA – FEDERAL – FGTS – TRABALHISTA).

14.1.3. Caso a arrematante possua matriz e filiais na data da habilitação e participe da licitação com o CNPJ de uma delas, poderá executar o contrato e emitir as respectivas faturas com o CNPJ da outra, desde que comprove os requisitos de habilitação de ambas e indique em sua proposta o CNPJ (da matriz ou filial) que será utilizado para o faturamento, discriminando o item ou lote respectivo, quando for o caso.

14.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitada e declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.2.1. Havendo alguma irregularidade ou restrição quanto aos documentos para prova de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e as empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de cinco dias úteis a partir do momento em que a arrematante for declarada vencedora, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito tributário ou fiscal, e obtenção das certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.2.2. A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

14.3. Toda a documentação apresentada deverá estar dentro do prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor. Documentos expedidos por órgãos oficiais, omissos quanto ao prazo de validade, serão aceitos por 90 (noventa) dias a partir da sua expedição.

14.4. O Pregoeiro poderá sanar irregularidade de habilitação se ausente ou vencido documento disponível em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, nos termos do art. 64, §4º, da Lei Estadual nº 15.608/2007.

14.5. Somente será considerado habilitado o licitante que não possua registros que impeçam sua participação nos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça

(www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

c) Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – GMS/CFPR (http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/compras/situacao_fornecedores;jsessionid=ow5phGNLo2_kT-VPFd-VMhXyAtQXsko6gUoGu9Nf.ssecs75004?windowId=b6c); e

d) Cadastro de Sanções Administrativas da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

14.5.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seus sócios, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/92 e do artigo 158, incisos I e II, da Lei Estadual nº 15.608/07.

14.5.2. Constatada a existência de sanção impeditiva, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

14.6. Caso esteja sendo exigida a apresentação de atestado de capacidade técnica pelos licitantes, e havendo dúvida do Pregoeiro em relação à sua veracidade, serão solicitados documentos comprobatórios, tais como: cópias de notas fiscais, recibos, contratos, nota de empenho, Demonstrativo de Resultados; devendo ser anexados ao sistema licitações-e, por meio da opção “Enviar Anexo”, em até 1 (um) dia útil da solicitação, e, se for o caso, enviados os originais ou cópias autenticadas, via correio, em até 2 (dois) dias úteis da solicitação.

14.7. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital pela arrematante, o Pregoeiro a declarará vencedora e, não havendo manifestação de recurso, poderá adjudicar-lhe o objeto.

14.8. Ocorrendo a inabilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

14.9. O Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância da habilitação, dos documentos e sua validade jurídica, atribuindo-lhes validade e eficácia.

15. RECURSOS

15.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema e de forma motivada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de decadência do direito.

15.2. Uma vez aceita a intenção de recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses, que deverá ser solicitada via e-mail para o endereço licitacoes@defensoria.pr.def.br.

15.3. As razões e contrarrazões deverão ser protocoladas junto ao Pregoeiro/Equipe de Apoio, endereço indicado no preâmbulo, no horário das 12 às 19 horas, em dias úteis; no sistema licitações-e por meio da opção “Enviar Anexo”; ou encaminhadas por e-mail ao endereço licitacoes@defensoria.pr.def.br.

15.4. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até 05 (cinco) dias úteis para:

- a) negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;
- b) motivadamente, reconsiderar a decisão;
- c) manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade julgadora.

15.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

15.7. Não havendo recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

16. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

16.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente, só podendo ser efetuada após a fase recursal, confirmada a regularidade de todos os procedimentos adotados.

17. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

17.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, será firmado Termo de Contrato.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2.1. A assinatura do Termo de Contrato deverá ser promovida por representante legal da licitante, ou por mandatário mediante a apresentação de procuração com firma reconhecida outorgada por representante legal da licitante.

17.3. A convocação para a assinatura do Termo de Contrato será realizada de forma eletrônica no e-mail indicado pela licitante em sua proposta de preços, modo pelo qual também serão formalizadas outras comunicações acerca dos atos do presente procedimento licitatório

17.4. O prazo previsto no item 17.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela DPPR.

17.6. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração verificará se o adjudicatário mantém as condições de habilitação exigidas por ocasião da licitação.

17.7. Se o adjudicatário, no ato do envio da Ordem de Fornecimento, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando injustificadamente recusar-se ao aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

18. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

18.1. Os critérios de prestação dos serviços, fiscalização e recebimento estão previstos no termo de referência (Anexo I).

19. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PREÇOS MÁXIMOS

19.1. O pagamento decorrente do objeto desta licitação correrá à conta dos seguintes recursos: Dotação Orçamentária: 0760.03.061.43.6009 / 95 / 3.3 – Fundo da Defensoria Pública / Recursos de Outras Fontes / Outras Despesas Correntes. Fonte de Recursos: 250 - Diretamente Arrecadados. Detalhamento de Despesas: 3.3.90.37.07 - Serviços de Pintor, Eletricista, Encanador, Pedreiro e afins; 3.3.90.93.10 - Restituições de Despesas Administrativas (Diárias); e 3.3.90.30.21 - Material para Manutenção de Bens Imóveis; 3.3.90.39.16 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

19.2. O valor total máximo da presente licitação, para um período de 12 (doze) meses, está fixado em R\$ 1.854.628,39 (um milhão e oitocentos e cinquenta e quatro mil e seiscentos e vinte e oito reais e trinta e nove centavos).

20. FORMA DE PAGAMENTO

20.1. O prazo para pagamento e demais condições correlatas encontram-se definidos no termo de referência (Anexo I).

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. O descumprimento das obrigações assumidas por ocasião do procedimento de licitação ensejará na aplicação, garantido o contraditório e a ampla defesa à licitante, das seguintes sanções, previstas no art. 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007, e regulamentadas, no âmbito desta Defensoria Pública, por meio da Deliberação CSDP nº 11/2015, quais sejam:

I – Advertência, em caso de conduta que prejudique o andamento do procedimento licitatório ou da contratação;

II – Multa equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, por dia útil, limitada ao percentual máximo de 20% (vinte por cento), na hipótese de atraso no adimplemento de obrigação, tais como a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente fora do prazo estabelecido, início e/ou conclusão do fornecimento fora do prazo previsto;

III – Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, nas seguintes hipóteses, dentre outras:

- a) não manutenção da proposta;
- b) apresentação de declaração falsa;
- c) não apresentação de documento na fase de saneamento;
- d) inexecução contratual;
- e) injustificada, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;
- f) abandono da execução contratual;
- g) apresentação de documento falso;
- h) fraude ou frustração do procedimento mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente;
- i) afastamento ou tentativa de afastamento de outra licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- j) atuação de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
- k) recebimento de condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

l) demonstração de não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 8.158/91;

m) recebimento de condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

IV – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a DPPR pelo prazo de até 2 (dois) anos, nas seguintes hipóteses:

a) recusa injustificada, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

b) não manutenção da proposta;

c) abandono da execução contratual; e

d) inexecução contratual.

V – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, aplicada à licitante que:

a) apresentação de declaração falsa na fase de habilitação;

b) apresentação de documento falso;

c) fraude ou frustração do procedimento mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente;

d) afastamento ou tentativa de afastamento de outra licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

e) atuação de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;

f) recebimento de condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

g) demonstração de não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 8.158/91; e

h) recebimento de condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

21.2. As sanções previstas no presente poderão ser aplicadas cumulativamente em caso de cometimento simultâneo de duas ou mais infrações.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Na contagem dos prazos constantes do presente edital, observar-se-á o disposto no artigo 163 da Lei Estadual nº 15.608/2007, excluindo-se o dia de início e incluindo-se o dia de vencimento.

22.2. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação:

a) promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente da proposta;

b) relevar erros materiais, formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não alterem os parâmetros da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação;

c) convocar licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas.

22.2.1. A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha,

consoante entendimento do Tribunal de Contas da União exarado no Acórdão nº 1211/2021 – Plenário.

22.3. A autoridade competente poderá revogar, anular ou transferir a presente licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, nos termos do art. 91 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

22.4. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá, com base na legislação vigente.

22.5. Na hipótese de divergência entre este Edital e quaisquer condições apresentadas pelos licitantes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os termos deste Edital e dos documentos que o integram.

22.6. Para todas as referências de tempo contidas no presente edital será observado o horário local de Brasília.

22.7. Ao Pregoeiro são reconhecidas as atribuições e poderes constantes do artigo 48 da Lei Estadual nº 15.608/07.

22.8. Na hipótese de ocorrência de impedimentos ao Pregoeiro, sejam eles de ordem jurídica e/ou prática, qualquer dos Pregoeiros indicados nas Resoluções DPG enumeradas no preâmbulo do edital poderão substituí-lo.

22.9. Fica entendido que o presente edital e todos os seus Anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe ou condição que se mencione em um, e se omita em outro, será considerado especificado e válido.

22.10. Acompanham o presente Edital e dele constituem parte integrante os seguintes anexos:

-ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

-APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA – QUADRO RESUMO DE DOCUMENTAÇÃO

-APÊNDICE II DO TERMO DE REFERÊNCIA – ROTINA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÍNUOS

-APÊNDICE III DO TERMO DE REFERÊNCIA – EQUIPE PERMANENTE DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÍNUOS

-APÊNDICE IV DO TERMO DE REFERÊNCIA – COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DA MÃO DE OBRA PARA -EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS (POSTOS DE SERVIÇOS)

-APÊNDICE V DO TERMO DE REFERÊNCIA – PLANILHA DE ORÇAMENTO ESTIMATIVO/BASE

-APÊNDICE VI DO TERMO DE REFERÊNCIA – DEMONSTRATIVO DE BDI

-APÊNDICE VII DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE PLANILHA DE DEMONSTRAÇÃO DE BDI

-APÊNDICE VIII DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA/PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO

-APÊNDICE IX DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

-APÊNDICE X DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO

-APÊNDICE XI DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

-APÊNDICE XII DO TERMO DE REFERÊNCIA – QUADRO ESTIMATIVO DE DIÁRIAS E QUILOMETRAGEM

-
- ANEXO II** – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO
 - ANEXO III** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
 - ANEXO IV** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE BENEFICIÁRIA DO TRATAMENTO FAVORECIDO PREVISTO NA LC 123/2006
 - ANEXO V** – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
 - ANEXO VI** – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
 - ANEXO VII** – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
 - ANEXO VIII** – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA PÚBLICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL
 - ANEXO IX** – MINUTA DO CONTRATO
 - ANEXO X** – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
 - ANEXO XI** – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS DETALHADA

22.11. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, para solucionar eventuais litígios, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Curitiba, data da assinatura digital.

ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada no ramo da Engenharia para prestação de serviços continuados de operação, de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas e instalações, incluindo fornecimento de mão de obra (Postos de Serviço e Mão de obra Especializada), material de consumo e insumos necessários e adequados à execução dos serviços, bem como realização de serviços comuns de engenharia, eventuais e sob demanda, para todas as sedes atuais da Defensoria Pública do Estado do Paraná, e também em até 40 (quarenta) novas sedes que vierem a surgir ao longo da execução contratual.

2. DAS JUSTIFICATIVAS E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Atualmente as edificações da Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPE/PR contam apenas com manutenções especializadas, as quais são: manutenção de elevadores, manutenção dos sistemas preventivos contra incêndio e manutenção dos sistemas de ares-condicionados e renovadores de ar. Ocorre que as manutenções em uma edificação vão muito além dos sistemas citados acima. A NBR 5674:2012 – Manutenção de edificações – Requisitos para o sistema de gestão de manutenção, relata o seguinte: *“A omissão em relação à necessária atenção para a manutenção das edificações pode ser constatada nos frequentes casos de edificações retiradas de serviço muito antes de cumprida a sua vida útil projetada (VUP), causando muitos transtornos aos seus usuários e um sobrecurso intensivo dos serviços de recuperação ou construção de novas edificações. Significando custo relevante na fase de uso da edificação, a manutenção não pode ser feita de modo improvisado, esporádico ou casual. Ela deve ser entendida como um serviço técnico perfeitamente programável e com um investimento na preservação do valor patrimonial. A elaboração e a implantação de um programa de manutenção corretiva e preventiva nas edificações, além de serem importantes para a segurança e qualidade de vida dos usuários, são essenciais para a manutenção dos níveis de desempenho ao longo da vida útil projetada. Para atingir maior eficiência e eficácia na administração de uma edificação ou de um conjunto de edificações, é necessária uma abordagem fundamentada em procedimentos organizados em um sistema na gestão da manutenção, segundo uma lógica de controle de qualidade e custo”*.

2.2. Diante do exposto pela própria NBR 5674:2012, (i) considerando que a DPE/PR não possui um contrato continuado para prestação dos referidos serviços, (ii) considerando que os custos para recuperação de uma edificação são muito superiores aos de uma manutenção e, (iii) o risco que uma edificação sem manutenção pode representar para Defensores, Servidores, Estagiários e Assistidos, bem como à continuidade do serviço prestado, justifica-se a contratação dos serviços objeto deste estudo.

2.3. Registra-se que a DPE/PR não possui um Plano Anual de Compras aprovado.

3. ELEMENTOS INSTRUTORES

3.1. Será disponibilizado pela DPE/PR arquivo digital com o seguinte conteúdo específico:

- 3.1.1. Documentações necessárias (Documentos, imagens, etc.);
- 3.1.2. Projeto Arquitetônicos das sedes (quando houver);
- 3.1.3. Projetos elétrico e lógico das sedes (quando houver);
- 3.1.4. Planilha de custos dos Postos de Trabalho (Apêndice IV);
- 3.1.5. Planilha de Orçamento Estimativo (Apêndice V);
- 3.1.6. Demonstrativo de BDI (Apêndice VI);
- 3.1.7. Modelo de Planilha para demonstração de BDI (Apêndice VII);
- 3.1.8. Modelo de Declaração de Vistoria (Apêndice VIII);
- 3.1.9. Modelo de Declaração de Responsável Técnico (Apêndice IX);
- 3.1.10. Modelo de Declaração de Subcontratação (Apêndice X);
- 3.1.11. Modelo de declaração de conhecimento para execução dos serviços (Apêndice XI);
- 3.1.12. Quadro estimativo de diárias e quilometragem (Apêndice XII).

4. DO LOCAL DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA VISTORIA

4.1. Locais de realização dos serviços Capital e Região Metropolitana

MUNICÍPIO	LOCAL	ENDEREÇO
Curitiba	Sede Central de Atendimento DPP/PR	Rua José Bonifácio, 66 - Centro - CEP: 80020-130

Curitiba	Sede Administrativa DPP/PR	Rua Mateus Leme, 1908 - Centro Cívico - CEP: 80530-010
Curitiba	Sede Núcleos e Corregedoria	Rua Benjamin Lins, 779 - Batel – 80420-100
Núcleo Criminal do Ahú	Fórum	Av. Anita Garibaldi, 750 - Ahú - CEP: 80540-180
Santa Felicidade	Fórum	Av. Via Veneto, 1490 - Santa Felicidade - CEP: 82020-470
Boqueirão	Fórum	Av. Marechal Floriano Peixoto, 8257 - Boqueirão - CEP: 81650-000
CIC	Fórum	Rua Lodovico Kaminski, 2525 - Caiuá - CEP: 81260-282
Pinheirinho	Fórum	Av. Winston Churchill, 2471 - Capão Raso - CEP: 81150-050
Casa da Mulher Brasileira	Fórum	Av. Paraná, 870 - Cabral - CEP: 80035-130
Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	Fórum	Av. João Gualberto, 1073 - Alto da Glória - CEP: 80030-001
Vara da Infância e da Juventude e Adoção	Fórum	Rua da Glória, 290 -1º andar - Centro Cívico - CEP:80030-060
Vara de adolescentes em conflito com a Lei	Fórum	Rua Pastor Manoel Virgílio de Souza, 1310 - Capão da Imbuia -CEP: 82810-140
Vara de Infrações Penais contra Crianças, Adolescentes e Idosos	Fórum	Av. Iguaçu, 750 - Rebouças - CEP: 80230-020
Tribunal de Júri	Fórum	Rua Ernâni Santiago de Oliveira, 268 - Centro Cívico - CEP: 80530-130
Segundo Grau de Jurisdição	Fórum	Rua da Glória, 393 -7º andar - Centro Cívico - CEP: 80030-060
São José dos Pinhais	Sede DPP/PR	Largo Ver. Segismundo Salata, 192 - Centro, São José dos Pinhais - PR, 83005-115
Colombo	CDL	Avenida São Gabriel, 433 – Roça Grande, Colombo

4.2. Locais de realização dos serviços interior

MUNICÍPIO	LOCAL	ENDEREÇO
Umuarama	Sede DPP/PR	Rua Desembargador Munhoz de Mello,3792 - Zona I - CEP: 87501-180
Campo Mourão	Sede DPP/PR	R. Shuhei Uetsuka, s/n - Jardim Lar Parana, Campo Mourão - PR, 87305-320 (Esquina com R. Duque de Caxias)
União da Vitória	Fórum	Rua Marechal Floriano Peixoto, 314 – Centro – União da Vitória
Francisco Beltrão	Sede DPP/PR	Rua Alagoas, 655 – Francisco Beltrão
Castro	Sede DPP/PR	Rua Padre Damaso, 81 - Centro - CEP: 84165-540
Guaratuba	Fórum	Rua Tiago Pedroso, 417 - Cohapar
Apucarana	Fórum	Travessa João Gurgel Macedo, 100 - Centro - CEP: 86800-710

Cornélio Procópio	Sede DPP/PR	Rua Santos Dumont, 635 - Centro
Ponta Grossa	Sede DPP/PR	Rua Doutor Leopoldo Guimarães da Cunha, 300 - Oficinas - CEP: 84035-900
Londrina	Sede DPP/PR	Av. Bandeirantes, 263 - Vila Ipiranga - CEP: 86010-020
Maringá	Sede DPP/PR	Av. Tiradentes, 1289 - Zona 4 CEP: 87013-344
Cascavel	Sede DPP/PR	Rua São Paulo, 346 - Centro - CEP: 85801-020
Foz do Iguaçu	Sede DPP/PR	Rua Antônio Raposo, 923 - Centro - CEP: 85851-090
Pato Branco	Fórum	Rua Maria Bueno, 284, Samburgaro
Guarapuava	Sede DPP/PR	Avenida Manoel Ribas, 2537, Centro

4.3. Inclusão de novos imóveis a serem mantidos

4.3.1. Ao longo da execução do Contrato, até 40 (quarenta) novas cidades e/ou endereços poderão ser acrescidos para prestação dos serviços.

4.3.2. A execução do serviço nas novas cidades e/ou novos endereços seguirá o formato previsto para as sedes já existentes.

4.3.3. Não haverá revisão contratual para o atendimento de novas localidades, cabendo às etapas predecessoras de planejamento de execução das demandas atentar à capacidade de atendimento de novos locais, conforme especificação do regime de execução contratual.

4.3.4. A inclusão de novos postos estimados para atuação mensal e que não estejam na requisição inicial serão contratados mediante ofício e observarão o prazo de início já previsto no TR

4.4. Vistoria Prévia

4.4.1. Entende-se a vistoria prévia como sendo de suma importância para o conhecimento das edificações, para que se verifique o estado de conservação de cada uma delas, aderência ao plano de manutenção, etc.

4.4.2. As visitas aos atuais imóveis serão **facultadas** e ocorrerão conforme calendário de visitação a ser estipulado no Edital de Licitação.

4.4.2.1. As visitas somente ocorrerão mediante manifestação de interesse dos proponentes, nos termos e prazos previstos no Edital de Licitação.

4.4.3. Alternativamente, a DPE/PR disponibilizará aos interessados conjunto fotográfico dos imóveis para conhecimento das estruturas e instalações da prestação dos serviços.

4.4.4. Aos proponentes que não realizarem vistoria técnica em, ao menos, as 03 (três) maiores sedes da Capital (Sede Administrativa, Sede de Atendimento Central e Sede dos Núcleos Especializados) ou em 05 (cinco) sedes do interior do Estado, será obrigatória a apresentação de Declaração de Vistoria com a opção pela não realização da mesma, conforme Apêndice VIII.

4.4.5. Os proponentes que realizarem a visita em, ao menos, as 03 (três) maiores sedes da Capital (Sede Administrativa, Sede de Atendimento Central e Sede dos Núcleos Especializados) ou em 05 (cinco) sedes do interior do Estado, deverão apresentar Declaração de Vistoria declarando conhecimento das condições de prestação dos serviços, conforme Apêndice VIII.

4.4.6. Os proponentes que não apresentarem as Declarações de que tratam os itens 4.4.4 e 4.4.5 serão **desclassificados** do processo licitatório.

5. DEFINIÇÕES

5.1. **Manutenção preventiva:** conjunto de ações ou de operações de manutenção ou conservação, executadas sobre um equipamento, sistema ou instalação, com programação antecipada e efetuada dentro de uma periodicidade por meio de inspeções sistemáticas, objetivando mantê-lo(s) operando ou em condições de operar dentro das especificações do fabricante. As atividades preventivas incluem: ensaios, testes, ajustes, calibrações, limpeza geral, pinturas, reconstituições de partes com características alteradas, substituições de peças ou equipamentos desgastados, reorganização interna e externa de componentes, adaptações de componentes, instalação e fixação de itens, entre outras.

5.2. **Manutenção corretiva:** conjunto de ações ou operações de manutenção ou conservação desenvolvidas com o objetivo de fazer retornar às condições especificadas, o equipamento, sistema ou instalação após a ocorrência de defeitos, falhas ou desempenho insuficiente.

5.3. **Serviços eventuais:** serão serviços executados sob demanda específica da CONTRATANTE, e que visam ao atendimento de necessidades que extrapolam os

planos de manutenção preventiva e corretiva de natureza continuada. Estes não serão executados por profissionais pertencentes aos postos de trabalho, somente em caso muito específicos e autorizados pela DPE/PR.

5.3.1. **Engenheiro Responsável³:** profissional pertencente ao quadro técnico da empresa, integrante da equipe técnica do contrato, que responde pela obra e/ou serviço sob sua responsabilidade, na vigência de seu contrato com empresa. Esse engenheiro será o responsável técnico pela execução e coordenação da manutenção predial e serviços eventuais.

5.3.2. **Material de consumo ou reposição:** são os materiais de consumo, peças de reposição e insumos necessários para a atividade de manutenção predial (preventiva e corretiva) a serem utilizados pela mão de obra de execução dos serviços contínuos, que por defeito, quebra, fadiga ou por fim de vida útil necessitam ser substituídos nos equipamentos e sistemas, e cujas quantidades e custos serão medidos mensalmente, conforme efetivamente utilizados.

5.3.3. **Equipamentos, instrumentos e ferramentas:** são os utilizados na manutenção preventiva e corretiva, tais como: amperímetro, voltímetro, multíteste, malas de ferramentas para os profissionais, furadeiras, trenas, escadas, etc. e que deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.

6. NORMAS TÉCNICAS A SEREM CONSIDERADAS

6.1. Os materiais empregados e os serviços executados, contínuos ou eventuais, deverão obedecer a todas as normas atinentes ao objeto do contrato, existentes ou que venham a ser editadas.

6.2. Os materiais empregados e os serviços executados, contínuos ou eventuais, também deverão obedecer a todas as normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, atinentes ao objeto do contrato, existentes ou que venham a ser editadas. Na falta das normas da ABNT, normas internacionais consagradas poderão ser utilizadas.

³ Esse profissional se justifica, mesmo que a DPE/PR possua em seu quadro profissional tais profissionais, pois este será o responsável pelos serviços prestados pelos profissionais da sua empresa, e além disso, serviços como elaboração de orçamentos, cronogramas de serviços eventuais os quais deverão ser realizados pela contratada, requerem tal profissional para a sua execução.

7. PLANO BÁSICO DE MANUTENÇÃO PREDIAL CONFORME NBR 5674:2012 – MANUTENÇÃO DE EDIFICAÇÕES – REQUISITOS PARA O SISTEMA DE GESTÃO DE MANUTENÇÃO

7.1. O plano de manutenção constante no Apêndice II deverá ser considerado como um plano inicial, podendo sofrer alterações ou ser adaptado tanto no conteúdo quanto nas periodicidades para que se adeque da melhor forma às edificações da DPE/PR;

7.2. Poderá ser desenvolvido um plano de manutenção para cada sede de forma individualizada e/ou por grupos de sedes, a depender do seu porte, localização geográfica e necessidades particulares, tendo sempre o plano do Apêndice II como balizador.

8. SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

8.1. Disposições Gerais:

8.1.1. O objeto será dividido em duas classes de serviços, a primeira compreenderá a prestação de serviços contínuos de manutenção predial preventiva e corretiva, a qual deverá seguir um planejamento, sendo cumprido no mínimo o estipulado no item 7 (Plano Básico de Manutenção Predial), e a segunda a execução de serviços comuns de Engenharia eventuais ou sob demanda;

8.1.2. Para o atendimento dos serviços continuados são previstos os Postos de Trabalho constantes na Tabela 1, abaixo, que ficarão lotados em Curitiba e atenderão todas as sedes da DPE/PR, conforme estimativa prevista no Anexo XII.

Previsão de Postos de Trabalho					
Item	Posto de Trabalho	Turno	Carga horária semanal (H)	Quantidade Mín. de empregados por postos	Quantidade Máx. de empregados por postos
1	Servente	Diurno	44	1	1
2	Carpinteiro	Diurno	44	0	1
3	Eletricista	Diurno	44	1	2
4	Encanador	Diurno	44	1	2
5	Pedreiro	Diurno	44	0	1
6	Pintor	Diurno	44	0	1

7	Mestre de obras / Encarregado	Diurno	44	1	1
TOTAL DE POSTOS MÍN. E MÁX.				4	9

Tabela 1

8.1.3. Para os profissionais da Tabela 1, deverá ser previsto o fornecimento pela contratada de uniformes, equipamentos de proteção individual – EPIs, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços contínuos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Apêndice IV deste.

8.1.4. Para os profissionais da Tabela 1, deverá ser previsto pela empresa contratada o fornecimento de veículo(s) adequado(s) em boas condições de uso e conservação para o transporte dos profissionais entre as unidades da DPE/PR e também, para viagens intermunicipais. Além disso, deverá comportar o transporte de ferramentas e materiais utilizados pelos profissionais para a completa execução dos serviços objeto desse estudo, sem ônus adicional para a DPE/PR.

8.1.4.1. A CONTRATADA se responsabilizará pela escolha do (s) veículo (s) a ser (em) disponibilizado (s), de acordo com o planejamento logístico necessário à execução contratual.

8.1.4.2. É dever da CONTRATADA garantir que os veículos estejam em consonância com a legislação vigente, arcando com todas as despesas necessárias para tanto, além daquelas que vierem a incorrer durante a execução contratual, tais como taxas, impostos, multas, seguros, entre outros.

8.1.4.3. Eventuais indisponibilidades dos veículos da CONTRATADA, seja por manutenção preventiva, corretiva ou proveniente de outras causas, deverão ser tratadas de forma a evitar a interrupção do serviço prestado ou minimizar os seus impactos o mais rápido possível.

8.1.4.4. Nos casos em que os materiais necessários à completa execução do serviço não puderem ser transportados no veículo a ser fornecido pela CONTRATADA, esta deverá providenciar a entrega destes nos locais necessários, sem custos adicionais para a DPE/PR.

8.1.5. Os serviços contínuos de Manutenção Preventiva e Corretiva, não de forma exaustiva, incluem:

8.1.5.1. Manutenção preventiva e corretiva nos sistemas, redes e instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, redes telefônicas e sem fio, bombas de água e esgoto, motores elétricos existentes ou que venham a ser instalados;

8.1.5.2. Manutenção preventiva e corretiva nos sistemas prediais como coberturas, impermeabilizações, esquadrias, vidraçaria, gesso, forro, marcenaria, adaptações/ ajuste de mobiliários em geral, cortinas, persianas, pintura, alvenaria, divisórias (inclusive Drywall), serralheria e soldagem, existentes ou que venham a ser instalados;

8.1.5.3. Limpeza e higienização, em conformidade com as legislações pertinentes e as normas técnicas, das caixas d'água e dos reservatórios inferiores e superiores, existentes ou que venham a ser instalados;

8.1.5.4. Execução de serviços periódicos e programados conforme Plano de Manutenção Básico, o qual deverá atender, quanto a serviços e periodicidade, no mínimo o indicado no item 7.

8.1.6. Os serviços comuns de Engenharia e eventuais ou sob demanda, não de forma exaustiva, incluem:

8.1.6.1. Mudança de instalações, alterações de layout, instalação ou remanejamento de instalações hidráulicas e sanitárias, reconstituição e pequenas alterações de partes civis (paredes de alvenaria, execução de assentamento de cerâmica, rejuntamento, impermeabilizações, vidraçaria, calhas, etc.);

8.1.6.2. Manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de prevenção e combate a incêndio que inclui, recomposição de equipamento extintor de incêndio;

8.1.6.3. Realização de serviços comuns de Engenharia que a especialidade dos postos de serviços previstos não tenha atribuição técnica e condições para realizar.

8.1.7. Os serviços a serem licitados **não contemplam**:

8.1.7.1. Serviços que se enquadrem como obra ou reforma;

8.1.7.2. Manutenção dos equipamentos relativos ao sistema de transporte vertical (elevadores, plataformas, etc.);

-
- 8.1.7.3. Manutenção dos equipamentos de fornecimento de energia ininterrupta (nobreaks);
 - 8.1.7.4. Manutenção em sistemas elétricos como: subestações, grupo motor-gerador, transformadores, etc.;
 - 8.1.7.5. Reparos e consertos em equipamentos eletrônicos (switches, patch-panels), e eletrodomésticos;
 - 8.1.7.6. Manutenção de instalações de microfones e sistemas de áudio, vídeo e sonorização;
 - 8.1.7.7. Manutenção de bebedouros, geladeiras e frigobar;
 - 8.1.7.8. Serviços de desinsetização, desratização e controle de pragas;
 - 8.1.7.9. Execução de outros serviços de engenharia não enquadrados como de manutenção predial, nem os considerados não comuns, que seriam aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade que não possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, na forma do que dispõe, contrário sensu, ao art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520/2002.

8.2. Disposições Específicas:

8.2.1. Quanto aos serviços a serem executados:

8.2.1.1. **Serviços contínuos:** são serviços cuja interrupção compromete as atividades da Administração, podendo a sua contratação estender-se por mais de um exercício financeiro.

8.2.1.2. **Serviços eventuais:** são serviços executados sob demanda específica da DPE/PR, e que visam ao atendimento de necessidades que extrapolam os planos de manutenção preventiva e corretiva (item 7) de natureza continuada.

8.2.2. O fornecimento de materiais de consumo para a manutenção predial será executado em regime de empreitada por preço unitário, faturado por medição mensal (através de Relatório de Execução de Serviço), e o pagamento será efetuado de acordo com o quantitativo efetivamente fornecido e executado mensalmente, não restando para a DPE/PR a obrigação de executar ou pagar pela quantidade estimada em planilha de referência de contratação.

8.2.3. Devido ao fato de o objeto da contratação tratar-se de um serviço no qual a mão de obra e o fornecimento de insumos são de mensuração e quantificação imprecisas, tanto pela vida útil dos componentes instalados em edificações locadas pela DPE/PR, quanto pela imprevisibilidade das ocorrências, será adotado para a referida contratação o **Regime de Empreitada por Preço Unitário**.

8.2.3.1. No Regime de Empreitada por Preço Unitário, os insumos e serviços serão medidos e pagos pelos serviços efetivamente prestados e atestados, de acordo com as orientações da fiscalização do contrato e com estas especificações, sendo que os pagamentos observarão os preços propostos para cada posto de trabalho, de acordo com as planilhas de composição de custos e formação de preços apresentadas junto com a proposta, acrescidos dos insumos de manutenção e serviços eventuais efetivamente utilizados e executados.

8.2.3.2. Como critério de julgamento das propostas, será adotado o **menor preço global**, que será composto pelo somatório dos preços de cada item constante do Apêndice V. Os serviços e quantidades da planilha de referência estimativa do órgão são meras estimativas, que servirão como referência para a licitação.

8.2.3.3. O preço da proposta deverá contemplar todos os impostos, taxas, encargos sociais e fiscais, bem como quaisquer outras despesas relativas ao fornecimento nos moldes solicitados neste.

8.2.4. Quanto ao **Relatório de Execução de Serviço**:

8.2.4.1. Este deverá ser emitido **mensalmente** pelo Engenheiro Responsável, e deverá conter:

8.2.4.1.1. Checklist das rotinas de manutenção preventiva, com a data efetiva da realização de cada procedimento e funcionários que executaram;

8.2.4.1.2. Relatório das manutenções corretivas juntamente com relatório fotográfico, quando estas existirem;

8.2.4.1.3. Relatório dos serviços eventuais juntamente com relatório fotográfico, quando estes existirem;

-
- 8.2.4.1.4. Apresentar lista de insumos de consumo utilizados no mês, com quantidades e código da Tabela SINAPI ou da proposta;
 - 8.2.4.1.5. Apresentar o Ateste do servidor da unidade demandante dos insumos/serviços utilizados ou executados;
 - 8.2.4.1.6. Descrição de quaisquer anormalidades e/ou dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços;
 - 8.2.4.1.7. Apresentação de sugestões para melhorar a execução dos serviços;
 - 8.2.4.1.8. Outras atividades correlatas.

9. FLUXOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão realizados de acordo com as rotinas de execução descritas no item 7 e executadas pelos profissionais dos postos de trabalho, incluindo-se, sempre que necessário, a realização de viagens intermunicipais, conforme estimativa prevista no Anexo XII.

9.1.1. Os insumos utilizados para a realização desses trabalhos serão os fornecidos na listagem do Apêndice V, constantes na tabela de insumos para manutenção predial, ou por insumos constantes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, estabelecida para o estado do Paraná no mês de apresentação das propostas, acrescidos do BDI de 20,72% (Apêndice VI).

9.2. A contratada fornecerá uniformes, EPIs, ferramentas e equipamentos básicos constantes na relação, que é incerta, no Apêndice IV para a prestação dos serviços contínuos descritos no item 7, sem ônus para a DPE/PR, pois os custos já estão abarcados nos valores referentes à mão de obra.

9.3. Para os **serviços eventuais**, devem ser observadas as disposições abaixo:

9.3.1. Os serviços eventuais, sob demanda, constantes no Apêndice V, serão realizados conforme demanda da DPE/PR.

9.3.1.1. Os serviços eventuais só serão realizados mediante emissão prévia de OS - Ordem de Serviço.

9.3.1.2. Para cada demanda de serviços eventuais será gerada uma solicitação de serviço, que deverá conter: especificação do objeto, orçamento sintético específico, local do serviço, incluindo-se eventuais despesas com viagens intermunicipais, quantidades e composições de custos unitários, prazo de execução com cronograma estimado, solicitação da entrega da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), quando se fizer necessário.

9.3.1.3. Para cada solicitação de serviço eventual ao longo do contrato será elaborada planilha orçamentária pela CONTRATADA, que poderá ser composta pelos serviços constantes na Planilha Estimativa de serviços eventuais (Apêndice V) ou por serviços constantes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, estabelecida para o estado do Paraná no mês de apresentação das propostas, acrescidos do BDI de 30,32% (Apêndice VI).

9.3.1.4. A análise de serviços/insumos não constantes no SINAPI ficará a cargo da Fiscalização Técnica do Contrato.

9.3.1.5. Devido à falta de histórico de serviços desta natureza realizados na DPE/PR, pelo fato deste modelo de contratação de serviços ser o primeiro, está listado no Apêndice V uma gama de serviços e itens, estimados pela Gestão de Engenharia da Instituição como os prováveis a serem utilizados ao longo do contrato para a execução dos serviços eventuais.

9.3.1.6. Após o conhecimento de cada SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO, em até 05 (cinco) dias úteis, a contratada deverá apresentar Planilha Orçamentária assinada, o Cronograma das atividades detalhadas, ART, quando necessário, de execução dos serviços correspondentes e Declaração de conhecimento para execução dos serviços (Apêndice XI) para aprovação da Fiscalização Técnica da DPE/PR.

9.3.1.7. Após o recebimento pela Fiscalização Administrativa da DPE/PR, lotada em cada imóvel a ser mantido, da declaração de conhecimento para execução dos serviços, será expedida ORDEM DE SERVIÇO (O.S.) com a indicação do início e o prazo para execução dos serviços.

9.3.1.8. Os valores decorrentes das O.S. finalizadas e aprovadas pela fiscalização administrativa, serão encaminhadas ao Departamento de Fiscalização de Contratos (DFC) para serem faturados mensalmente, mediante

apresentação de Nota Fiscal – NF específica e distinta daquela referente à mão de obra dos serviços contínuos.

9.3.1.9. Serviços realizados sem autorização da fiscalização técnica e sem O.S. serão desconsiderados para fins de pagamento.

9.4. Na falta de insumos ou serviços constantes na planilha de referência, será utilizada metodologia descrita no item 27.5.1.

9.5. Os serviços, tanto contínuos quanto eventuais, somente serão considerados executados mediante aprovação, pela Fiscalização Técnica ou Fiscalização Administrativa (quando autorizada), de todas as etapas, incluídas a retirada dos entulhos, a reconstituição das partes danificadas, se for este o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas.

9.6. Dependendo da complexidade dos serviços a serem realizados, contínuos ou eventuais, estes poderão ser acompanhados por funcionários designados pela Fiscalização de Técnica.

9.7. O **recebimento dos serviços** dar-se-á da seguinte forma:

9.7.1. PROVISORIAMENTE: em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação, da conclusão dos serviços pela CONTRATADA, após a verificação dos serviços pela Fiscalização técnica ou por Responsável autorizado por ela;

9.7.2. DEFINITIVAMENTE: em até 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificação final dos serviços pela Fiscalização técnica.

9.8. Se, após o recebimento provisório, for identificada qualquer desconformidade ou falha na execução cuja responsabilidade seja da CONTRATADA, o prazo para a efetivação do recebimento definitivo será interrompido, recomeçando sua contagem após a resolução dos problemas levantados.

9.9. Os serviços eventuais deverão ter cobertura de garantia técnica de execução a partir do recebimento definitivo dos serviços, e os prazos deverão seguir os termos indicados no item 21 deste documento.

9.9.1. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA estará obrigada a reparar qualquer defeito relacionado à má execução dos serviços, sempre que houver solicitação, sem ônus para a CONTRATANTE, e conforme prazo estipulado pelo Fiscal do Contrato de acordo com o caso.

9.10. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto.

10. EQUIPE TÉCNICA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar e manter nas dependências da DPE/PR toda a mão de obra necessária para a realização dos serviços contínuos.

10.2. A equipe de serviços deverá ser composta por profissionais qualificados e especializados, os quais terão a função de executar os serviços considerados indispensáveis, rotineiros, preventivos, corretivos e/ou emergenciais.

10.3. As exigências de formação, atribuições e quantitativos de profissionais constam no Apêndice III.

10.4. As equipes deverão ser coordenadas por um Encarregado-Geral, o qual ficará sob a orientação do Engenheiro Responsável.

10.4.1. O Engenheiro Responsável não faz parte da mão de obra de serviços contínuos e será o responsável técnico pela execução e coordenação dos serviços de manutenção predial e serviços eventuais. A remuneração deste profissional será efetuada mensalmente, através do serviço de coordenação de atividade de manutenção predial, o qual tem seu valor regrado na tabela de serviços eventuais constante no Apêndice V.

10.5. As escalas de trabalho serão estabelecidas pela CONTRATADA, e deverão ocorrer dentro do período das 08:00 às 18:00, devendo a jornada respeitar o intervalo mínimo de 01 (uma) hora para almoço.

10.5.1. A critério da DPE/PR e de maneira fundamentada, os serviços poderão ser prestados, excepcionalmente, a partir das 06:00 ou até às 20:00, mediante ajuste prévio no início da jornada de trabalho ou utilização de banco de horas, de forma a não prejudicar a continuidade do serviço público. Para tanto, a CONTRATADA deverá ser comunicada com, ao menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, exceto os casos urgentes, conforme disciplina específica.

10.6. Em caso de necessidade justificada de realização de serviços rotineiros fora do horário especificado, será necessária a autorização prévia da Fiscalização Administrativa ou Fiscalização Técnica da DPE/PR.

10.7. Em caso de necessidades de urgências/emergências e/ou necessidade de realização de serviços extra horários em Curitiba e Região Metropolitana, ou ainda, em viagem, deverá ser utilizado o banco de horas para execução do período trabalhado, conforme detalhado a seguir:

10.7.1. O banco de horas será formado semanalmente, e utilizado dentro do período de 01 (um) ano.

10.7.2. A carga horária máxima de trabalho admitida pela DPE/PR para os postos de trabalho é de 44 horas semanais. No entanto, as atividades da DPE/PR ocorrem de segunda-feira a sexta-feira, desse modo, toda semana cada profissional terá adicionada ao seu banco de horas a quantidade de 04 (quatro) horas.

10.8. Essa carga horária poderá ser utilizada para remunerar os atendimentos dos casos elencados no item 10.7.

10.9. A utilização do banco de horas aos finais de semana deverá ser avisada com, ao menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, exceto nos casos urgentes, em que o não atendimento importe em prejuízos à estrutura ou patrimônio institucional.

10.10. Nos casos urgentes localizados na Capital ou RMC, a empresa deverá disponibilizar os profissionais necessários ao atendimento da demanda em, no máximo, 01 (uma) hora, a contar da abertura do chamado.

10.11. Nos casos urgentes localizados no interior do Estado, a empresa deverá disponibilizar os profissionais necessários ao atendimento da demanda em, no máximo, 08 (oito) horas da abertura do chamado, excluído o período de deslocamento até o local da ocorrência.

10.12. Eventuais interrupções na jornada de trabalho causadas por ausência de materiais ou ferramentas, ou ainda, por atrasos injustificados na execução dos serviços ou cumprimento do itinerário de viagem, serão apurados pela DPE/PR, sendo as horas excedentes consideradas injustificadas descontadas do banco de horas.

11. PREPOSTO

11.1. Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá manter um preposto, com fins de representá-la administrativamente sempre que necessário, bem como estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados, além de coordenar, comandar e controlar execução de serviços, cumprir instruções, determinações, etc.

11.2. Deverá ser vedada a indicação, como preposto, de funcionários da CONTRATADA responsáveis pela prestação de serviços junto à CONTRATANTE, à exceção do Engenheiro Responsável, o qual poderá acumular a função.

11.3. O preposto não precisará ficar em tempo integral à disposição da DPE, exceto se ele for o Engenheiro Responsável.

12. CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO

12.1. A CONTRATADA deverá realizar o controle da jornada de trabalho, da assiduidade e pontualidade de seus empregados.

12.2. Fica expressamente vedada a realização de hora-extra.

13. REQUISITOS PARA O INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, REQUISIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE PROFISSIONAIS (POSTOS DE SERVIÇOS)

13.1. O início da prestação dos serviços deverá estar condicionado à apresentação de todos os documentos exigidos no Termo de Referência e indicados no Apêndice I para esta etapa.

13.2. Após ateste da documentação pela DPE/PR, a prestação dos serviços deverá ser iniciada em até 48 (quarenta e oito) horas.

13.3. Em caso de solicitação da DPE/PR para a substituição de profissionais, a CONTRATADA terá prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para atendê-la provisoriamente e 20 (vinte) dias úteis para atendê-la em definitivo.

13.4. Os profissionais indicados para efeito de substituição, inclusive para o cargo de Engenheiro Responsável, deverão atender estritamente às exigências do TR, quanto à formação, experiência e capacidade técnica.

13.5. A responsabilidade de assegurar a prestação dos serviços durante os horários definidos pela DPE/PR deverá ser de responsabilidade da CONTRATADA.

13.6. A CONTRATANTE terá o direito de, eventualmente, não solicitar a substituição do profissional (cobertura) e, nesse caso, as horas referentes ao posto vago serão deduzidas da respectiva fatura.

13.7. A escolaridade, a formação e a experiência mínima de cada profissional, exigidas no Apêndice III, deverão ser comprovadas pela CONTRATADA, mediante apresentação de documentação correspondente.

14. COMPOSIÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

14.1. A execução dos serviços objeto da futura contratação deve ter acompanhamento por profissionais legalmente habilitados (Engenheiro Responsável) e em conformidade com a habilitação profissional definida na resolução nº 218, do CONFEA, ou conselho de classe competente, que dispõem sobre a regulamentação da atribuição de títulos, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais.

14.2. Além dos profissionais elencados para os postos de trabalho, a equipe técnica deverá ser composta por 01 (um) profissional graduado em Engenharia Civil, devidamente habilitado e registrado no CREA, a ser designado como Responsável Técnico pela execução e coordenação dos serviços e equipes de manutenção predial (preventiva e corretiva) e serviços eventuais.

15. REQUISITOS DOCUMENTAIS

15.1. **Declaração de Vistoria**, nos termos do item 4.4 e seus subitens.

15.2. **Declaração de Responsabilidade Técnica**, nos termos do Apêndice IV deste.

15.3. **Regularidade profissional e da empresa**

15.3.1. A redação do Art. 69. da Lei Federal nº 5194/1966, traz que: *“Só poderão ser admitidos nas concorrências públicas para obras ou serviços técnicos e para concursos de projetos, profissionais e pessoas jurídicas que apresentarem prova de quitação de débito ou visto do Conselho Regional da jurisdição onde a obra, o serviço técnico ou projeto deva ser executado”*, posto isto, para que seja comprovado que se trata de uma empresa ou um prestador de serviços regularmente inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) deverá exigir-se, para habilitação da empresa, a Certidão de Registro ou Inscrição no CREA.

15.3.2. Além disso, por se tratar de um serviço técnico especializado, o qual se for executado por profissional ou empresa não qualificada e/ou habilitada poderá trazer riscos à edificação, que em muitos casos são locadas, sendo a DPE/PR a responsável pela sua manutenção, e o principal, se os serviços forem executados por empresa e profissionais sem as devidas qualificações, poderá trazer riscos à segurança das pessoas que lá irão trabalhar, por exemplo, curto circuito, incêndio etc., desse modo, solicita-se:

15.3.2.1. Para a empresa (qualificação técnico-operacional)

15.3.2.1.1. Atestado de Capacidade Técnica (ACT) comprovando ter executado para órgão público, ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, em qualquer esfera, ou ainda para empresa privada os serviços relativos à fiscalização, coordenação, supervisão ou execução de construção, reforma ou manutenção predial em edificações com áreas construídas iguais ou superiores a 1.510 m² com expressa comprovação das seguintes parcelas:

15.3.2.1.1.1. Construção, reforma ou Operações de manutenção de instalações hidrossanitárias prediais.

15.3.2.1.1.2. Construção, reforma ou Operações de manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão.

15.3.2.2. Para o Responsável Técnico (qualificação técnico-profissional)

15.3.2.2.1. Certidão de Acevo Técnica (CAT) comprovando ter executado para órgão público, ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, em qualquer esfera, ou ainda para empresa privada os serviços relativos à execução de construção, reforma ou manutenção predial em edificações com áreas construídas iguais ou superiores a 1.510 m² acervados e emitida pelo CREA com expressa comprovação das seguintes parcelas:

15.3.2.2.1.1. Construção, reforma ou Operações de manutenção de instalações hidrossanitárias prediais.

15.3.2.2.1.2. Construção, reforma ou Operações de manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão.

15.3.2.3. Para fins de aceitação como objeto similar:

15.3.2.3.1. Deve-se considerar os acervos similares ao do objeto: edifícios comerciais, edificações públicas, sedes administrativas de indústrias e empresas.

15.3.2.3.2. Não aceitar obras como: galpões, barracões, loteamentos, rodovias e quadras esportivas e afins, por se diferenciarem muito do objeto da contratação.

15.3.2.3.3. Conforme parágrafo 4º do artigo 76 da Lei Estadual Nº 15.608/07, admite-se certidões e atestados de complexidade superior ao objeto, como hospitais, estádios, museus, teatros, etc.

15.3.2.4. As parcelas "Construção, reforma ou operações de manutenção de instalações hidrossanitárias prediais" e "Construção, reforma ou operações de manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão" poderão ser comprovadas por meio de ACTs ou CATs distintos, desde que cada um deles a área seja igual ou superior a 1.510 m².

15.3.3. O Responsável Técnico indicado pela empresa registrará Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA conforme preceitua o artigo 1º da Lei Federal nº 6.496/77 e o artigo 20 da Lei Federal nº 5.194/66, para os serviços de manutenção predial continuada antes do início dos serviços, e conforme preceituam os artigos 45 a 47 e 50 da Lei Federal nº 12.378/2011. Para os serviços eventuais a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) será emitida para cada serviço específico antes do seu início, se necessário.

15.3.3.1. O prazo para a entrega da ART do Responsável Técnico para os serviços de manutenção predial continuada deverá ser de até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato.

16.DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Será admitida subcontratação parcial do objeto, restrita conforme descrito na cláusula 16 do Termo de Referência.

16.1.1. Independentemente da subcontratação dos serviços nos termos descritos, a CONTRATADA se compromete a fornecer serviços padronizados em todos os locais de prestação.

16.2. A subcontratação deverá ser previamente autorizada pela DPE/PR, mediante apresentação de pedido formal e os documentos capazes de demonstrar que a(s) SUBCONTRATADA(S) possuem habilitação fiscal, trabalhista e jurídica, bem como qualificação técnica para os serviços subcontratados, nos mesmos limites exigidos na habilitação da contratada.

16.2.1. O requerimento de subcontratação deve ser realizado mediante apresentação da Declaração de Compromisso de Subcontratação, que consta em apêndice ao Termo de Referência, juntamente com os documentos da SUBCONTRATADA, e o contrato de subcontratação celebrado entre a CONTRATADA e a SUBCONTRATADA.

16.2.1.1. A DPE/PR terá o prazo de 10 (dez) dias para homologar a subcontratação.

16.2.1.2. A Ordem de Serviço, documento que autoriza a prestação do mesmo, será emitida após a homologação.

16.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da SUBCONTRATADA, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação (artigo 69 da Lei nº 8.666/1993).

16.4. O pagamento dos serviços subcontratados será realizado diretamente à CONTRATADA.

16.5. A subcontratação sem observância do disciplinado neste termo, poderá ensejar motivo para rescisão contratual, conforme artigo 78, III da Lei 8.666/93.

17. GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1. Será(ão) designado(s) representante(s) e a autoridade competente para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

17.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em

corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 120, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/07;

17.2.1. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do instrumento contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

17.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e, se for o caso, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17.4. A gestão, acompanhamento e fiscalização técnica e administrativa serão realizados pelo Departamento de Infraestrutura e Materiais (DIM) e para as sedes do interior em parcerias com os responsáveis por cada sede. A fiscalização do contrato ficará por conta do Departamento de Fiscalização de Contratos (DFC).

17.5. A gestão, acompanhamento e fiscalização técnica e administrativa serão compostas por:

17.5.1. Gestor do Contrato – Departamento de Contratos (DPC).

17.5.2. Fiscais Técnicos – Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista e Arquiteto.

17.5.3. Fiscais Administrativos – Servidores Efetivos (indicados).

17.6. A gestão administrativa e técnica, o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato serão responsáveis pela verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

17.7. Os fiscais técnicos e administrativos serão designados para acompanhar a execução do contrato, de forma a assegurar o cumprimento do objeto contratual, trazendo aos autos do processo os elementos necessários e suficientes à compatibilização dos atos praticados pela fiscalização, assim como pelo recebimento dos serviços e por atestar as notas fiscais para pagamento.

17.8. O atestado sobre a condição da prestação dos serviços será elaborado pelos fiscais tendo por base a visitação *in loco* e acrescido de informações colhidas junto às sedes da DPE/PR.

17.9. **Atribuições dos Fiscais Técnicos:**

17.9.1. Ter conhecimento do objeto contratado, das disposições do edital e dos termos do instrumento contratual.

17.9.2. Verificar, *in loco*, quando necessário, a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução, que devem ser encaminhadas ao fiscal administrativo do contrato.

17.9.3. Atestar diretamente as notas fiscais correspondentes à prestação dos serviços, diante da impossibilidade de ateste pelo fiscal administrativo.

17.9.3.1. A situação citada acima poderá ser aplicada nos casos de sedes do interior do Estado, quando os mesmos tenham dificuldades no atesto devido à complexidade de algum serviço. A atividade de fiscalização técnica poderá ser delegada aos fiscais técnicos de cada unidade, a depender da complexidade e da capacidade fática individual para acompanhamento dos serviços, mediante acompanhamento remoto dos fiscais técnicos.

17.10. Atribuições dos Fiscais Administrativos:

17.10.1. Ter conhecimento do objeto contratado, das disposições do edital e dos termos do instrumento contratual.

17.10.2. Gerir os documentos relacionados ao contrato, juntando-os aos autos do processo administrativo e providenciar os encaminhamentos necessários.

17.10.3. Elucidar ocasionais dúvidas do representante da contratada.

17.10.4. Atestar as notas fiscais correspondentes à prestação dos serviços, com base nas informações encaminhadas pelo Fiscal Técnico.

17.10.5. Detalhar para o Fiscal Administrativo lotado em Curitiba, por escrito, eventos ocorridos em desacordo com as cláusulas contratuais para que esse tome as medidas cabíveis.

17.10.6. Recusar o recebimento de bens e serviços que não atendam às especificações contratuais.

17.11. Atribuições do Fiscal do Contrato:

17.11.1. À Fiscalização do Contrato compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do contrato e dos respectivos serviços, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências das faltas, falhas ou problemas observados.

17.11.2. A fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, obrigações e encargos sociais e trabalhistas e, também outras documentações exigidas pela DPE/PR ficam sob responsabilidade do Departamento de Fiscalização de Contratos (DFC).

17.11.3. Realização de notificações e aplicação de sanções previstas.

17.12. A fiscalização NÃO exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

18. DAS SANÇÕES

18.1. O descumprimento das obrigações assumidas ensejará na aplicação, garantido o contraditório e a ampla defesa à licitante, das sanções previstas na Lei Estadual nº 15.608/2007 e regulamentadas, no âmbito desta Defensoria, por meio da Deliberação CSDP nº 11/2015, quais sejam:

I - Advertência, em caso de conduta que prejudique o andamento do procedimento licitatório ou da contratação;

II - Multa equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, por dia útil, limitada ao percentual máximo de 20% (vinte por cento), na hipótese de atraso no adimplemento de obrigação, tais como a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente fora do prazo estabelecido, início e/ou conclusão do fornecimento fora do prazo previsto;

III - Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, nas seguintes hipóteses, dentre outras:

- a) não manutenção da proposta;
- b) apresentação de declaração falsa;
- c) não apresentação de documento na fase de saneamento;
- d) inexecução contratual;
- e) recusa injustificada, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;
- f) abandono da execução contratual;
- g) apresentação de documento falso;

- h) fraude ou frustração do procedimento mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente;
- i) afastamento ou tentativa de afastamento de outra licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- j) atuação de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
- k) recebimento de condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- l) demonstração de não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 8.158/91;
- m) recebimento de condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

IV - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a DPE/PR pelo prazo de até 2 (dois) anos, nas seguintes hipóteses:

- a) recusa injustificada, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;
- b) não manutenção da proposta;
- c) abandono da execução contratual;
- d) inexecução contratual.

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, aplicada à licitante que:

- a) apresentação de declaração falsa na fase de habilitação;
- b) apresentação de documento falso;
- c) fraude ou frustração do procedimento mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente;
- d) afastamento ou tentativa de afastamento de outra licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- e) atuação de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
- f) recebimento de condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

g) demonstração de não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 8.158/91;

h) recebimento de condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

18.2. As sanções previstas acima poderão ser aplicadas cumulativamente.

18.3. O acompanhamento da execução contratual observará como critérios mínimos de acurácia os requisitos contidos na Tabela 2, cuja gradação de severidade está correlacionada na Tabela 3.

18.4. O Departamento de Fiscalização de Contratos, mediante comunicação dos fiscais administrativos e/ou fiscais técnicos, fará o registro das infrações comunicadas, devendo, conforme a gravidade e/ou acúmulo de infrações, recomendar apuração específica, nos termos da Deliberação CSDP nº011/2015.

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por empregado ou por ocorrência
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
3	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
4	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material.	2	Por ocorrência
5	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia e por posto
6	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
7	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
8	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
9	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
10	Retirar das dependências da DPE/PR quaisquer equipamentos ou materiais, sem autorização prévia do responsável.	1	Por item e por ocorrência
11	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	4	Por empregado e por ocorrência
Para os itens a seguir, deixar de:			
12	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	1	Por empregado e por dia
13	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	1	Por empregado e por dia
14	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência

15	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
16	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
17	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
18	Efetuar a reposição de funcionários faltosos.	2	Por ocorrência
19	Entregar o uniforme aos funcionários nas datas e periodicidades previstas.	1	Por dia
20	O responsável técnico, detentor do(s) acervo(s) técnico profissional (is) da licitação, de realizar as visitas semanais rotineiras, na hipótese e condições definidas neste Termo de Referência.	3	Por ocorrência.
21	Atualizar diariamente o Livro de Registro de Serviços, disponibilizando-o à Fiscalização, na forma estabelecida neste Termo de Referência.	1	Por ocorrência e por dia
22	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida.	1	Por ocorrência e por dia
23	Apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo definido pela fiscalização.	1	Por dia
24	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	2	Por empregado e por ocorrência
25	Apresentar as Notas Fiscais discriminando preços e quantidades de todos os materiais utilizados, indicando marca, quantidade total e quantidade unitária (volume, peso e etc.).	2	Por ocorrência
26	Entregar os salários, vale-transporte e/ou ticket-refeição nas datas avençadas.	3	Por ocorrência e por dia
27	Fornecer os uniformes, conforme previsto neste Termo Referência.	1	Por empregado
28	Promover a limpeza do local de prestação dos serviços como um todo, após notificação da Fiscalização	1	Por ocorrência e por dia

Tabela 2

Grau da Infração	Pontos da Infração
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

Tabela 3

19. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1. Entende-se que a medição dos serviços deverá ser realizada mensalmente, sendo detalhada em notas fiscais separadas, com os devidos tributos, conforme indicado:

19.1.1. Medição referente à Mão-de-obra dos serviços contínuos (Postos de Serviço).

19.1.2. Medição referente aos materiais de consumo ou reposição (insumos) efetivamente utilizados no mês.

19.1.3. Medição referente aos serviços eventuais executados no mês através de ordem de serviço específica.

19.1.4. Medição referente às diárias e quilometragem utilizadas no período.

19.2. Disposições para materiais de consumo ou reposição (insumos):

19.2.1. O material de consumo e reposição será fornecido pela CONTRATADA e faturado por medição (através de Relatório de Materiais Utilizados), sendo o pagamento efetuado de acordo com o quantitativo efetivamente utilizado no mês na execução dos serviços.

19.2.2. Os materiais de consumo ou reposição serão pagos separadamente do preço mensal para os serviços de operação e manutenção preventiva e corretiva contínuos e dos serviços eventuais.

19.3. Disposições para os serviços eventuais:

19.3.1. Os serviços eventuais somente serão realizados mediante a Ordem de Serviço específica emitida pela Fiscalização Administrativa (Curitiba), sempre que houver necessidade/demanda, sendo que tais serviços, na maioria dos casos, não serão executados pela equipe permanente de mão-de-obra contínua, exceto em casos especiais com expressa autorização da Fiscalização Técnica;

19.3.2. Os serviços eventuais serão pagos separadamente do preço mensal para os serviços de operação e manutenção preventiva e corretiva contínuos e dos materiais de consumo/reposição, devendo ser previamente orçados pela CONTRATADA.

19.4. Na falta de serviço/insumo constante na planilha de referência (SINAPI), será efetuada cotação de mercado conforme indicado no item 9.

19.5. Disposições para os Critérios de Medição:

19.5.1. Caso alguma informação não esteja contida na tabela, será usado critério acordado entre as partes, item análogo ou medições comumente utilizadas no mercado.

Unidades	Critérios de Medição
----------	----------------------

Und.	Será medido por unidade efetivamente fornecida; remanejada; inclusive transporte, carga, descarga e embalagens; regulagem, lubrificação, substituição de pivôs, até o momento do fechamento da medição.
m ²	Será medido pela área, até a segunda casa decimal, até o momento do fechamento da medição.
m ³	Será medido pelo volume, até a segunda casa decimal, até o momento do fechamento da medição.
Kg	Será medido pelo peso, até a segunda casa decimal, efetivamente fornecido, inclusive carga, transporte, descarga, embalagens, até o momento do fechamento da medição.
m	Será medido pelo comprimento, até a segunda casa decimal, efetivamente fornecido; cortado ou soldado, no caso de soldas; cortado, no caso vidros, inclusive acabamentos de bordas; reparado, no caso de trincas de forro de gesso; inclusive carga, transporte, descarga e embalagens, até o momento do fechamento da medição.
Mês	Será medido o período efetivamente trabalhado, conforme o mês de referência, para cumprimento dos horários contratuais.
H	Será medido pelo período de 60 (sessenta) minutos efetivamente trabalhado, contínuo ou não, para atendimento das exigências contratuais.
L	Será medido pelo volume, até a segunda casa decimal, efetivamente fornecido, inclusive carga, transporte, descarga e embalagens, até o momento do fechamento da medição.

20. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1. O faturamento/nota fiscal de cada classe de objeto deverão ser apresentados separadamente.

20.1.1. As diárias devem ser faturadas em separado.

20.2. Da classe dos serviços continuados:

20.2.1. O responsável pelo acompanhamento da execução do contrato deverá receber os relatórios mensais para faturamento referente à prestação dos serviços da equipe permanente e de eventuais diárias utilizadas no período, que deverão ser faturadas separadamente.

20.2.2. Após o ateste do(s) faturamento(s) mensal(is) pelo responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, os pagamentos serão efetuados na forma de depósito ou crédito em conta corrente em favor da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias.

20.2.3. O faturamento deverá ser realizado em face do CNPJ 13.950.733/0001-39 da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.

20.2.4. Para a liberação do pagamento, o Fiscal do Contrato encaminhará o documento de cobrança e a documentação complementar ao Departamento Financeiro que então providenciará a liquidação da obrigação.

20.2.4.1. A nota fiscal/fatura deverá obrigatoriamente apresentar o mês da prestação de serviços, valor unitário e o valor total do pagamento pretendido, e declarar a integralidade dos serviços prestados, e em situações de faturamento proporcional (pro rata), o mesmo deverá ser destacado;

20.2.5. O pagamento dos serviços prestados somente será efetuado após a comprovação do pagamento dos correspondentes salários dos empregados da CONTRATADA, relativos ao mês referenciado na nota fiscal/fatura, bem como após a comprovação de quitação de débitos com a Previdência Social, FGTS, 13º Salário, PIS, ISS, Férias e demais encargos referentes aos empregados que prestarem serviços para a execução do objeto contratado.

20.2.6. Havendo erro ou apresentação incompleta do documento de cobrança o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será interrompido, iniciando-se novamente após a regularização.

20.2.7. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos a CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

20.2.7.1. Eventuais retenções e/ou descontos dos pagamentos serão apreciados em procedimento específico para apuração do eventual inadimplemento.

20.2.7.2. Os pagamentos dos salários mensais e de outras verbas remuneratórias deverão ser efetuados pela CONTRATADA, impreterivelmente na data limite estabelecida em Lei, sob pena de multa. Se persistido o atraso a Administração poderá, se achar conveniente efetuar o pagamento diretamente aos funcionários da Contratada, sem prejuízo de abertura de procedimento próprio para apuração de eventuais responsabilidades, garantido o direito ao contraditório, e das

demais sanções legais, nos termos estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

20.2.7.3. Sempre que a CONTRATADA, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao vencido, não tiver efetuado o pagamento do salário dos empregados terceirizados por ela contratados, a CONTRATANTE poderá promover a dedução, do valor da fatura do mesmo mês correspondente, dos valores pertinentes aos salários líquidos não pagos, e efetuar o pagamento diretamente aos empregados terceirizados contratados.

20.2.7.4. Uma vez pagos os empregados terceirizados pela CONTRATANTE, na conformidade do disposto no Parágrafo anterior, a CONTRATADA fará jus ao recebimento da diferença, uma vez comprovada a regularidade de pagamento do FGTS do mês de competência dos serviços prestados, em relação a todos os segurados envolvidos na prestação de serviços.

20.2.7.5. Os encargos da folha de pagamento, com exceção da retenção do recolhimento dos 11% (onze por cento) da Previdência Social, serão de responsabilidade da empresa Contratada.

20.2.7.6. A eventual inadimplência da CONTRATADA para com seus empregados terceirizados relativamente ao vale-transporte e vale-alimentação, poderá ter o mesmo tratamento previsto no item 4.2.7.2 desta Cláusula;

20.2.7.7. A CONTRATADA repassará à CONTRATANTE eventuais reduções de preços decorrentes de mudança de alíquotas de impostos ou contribuições, em função de alterações na legislação durante a vigência deste contrato.

20.2.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a fornecedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela DPPR, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da fornecedora, e calculados, desconsiderado o critério pro rata die, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.

20.2.9. A DPPR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

20.2.9.1. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da DPPR serão imputáveis exclusivamente à fornecedora quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

20.3. Da classe dos serviços comuns de Engenharia eventuais ou sob demanda:

20.3.1. Após o ateste do faturamento mensal relativo aos serviços comuns de Engenharia eventuais ou sob demanda pelo responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, os pagamentos serão efetuados na forma de depósito ou crédito em conta corrente em favor da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias, exceto para as despesas de valor inferior a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), cujo pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, nos termos do § 3º do artigo 5º da Lei 8.666/93, contados também da data do ateste.

20.3.2. O faturamento deverá ser realizado em face do CNPJ 13.950.733/0001-39 da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.

20.3.3. Para a liberação do pagamento, o Fiscal do Contrato encaminhará o documento de cobrança e documentação complementar ao Departamento Financeiro que então providenciará a liquidação da obrigação.

20.3.4. Havendo erro ou apresentação incompleta do documento de cobrança o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será interrompido, iniciando-se novamente após a regularização.

20.3.5. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos a CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

20.3.5.1. Eventuais retenções e/ou descontos dos pagamentos serão apreciados em procedimento específico para apuração do eventual inadimplemento.

20.3.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a fornecedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela DPPR, entre a última data prevista para

pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da fornecedora, e calculados, desconsiderado o critério pro rata die, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.

20.3.7. A DPPR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

20.3.7.1. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da DPPR serão imputáveis exclusivamente à fornecedora quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

20.4. Da classe do fornecimento dos insumos necessários e adequados à execução dos serviços:

20.4.1. Após o ateste do faturamento mensal relativo ao fornecimento dos insumos necessários e adequados à execução dos serviços pelo responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, os pagamentos serão efetuados na forma de depósito ou crédito em conta corrente em favor da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias, exceto para as despesas de valor inferior a R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), cujo pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, nos termos do § 3º do artigo 5º da Lei 8.666/93, contados também da data do ateste.

20.4.2. O faturamento deverá ser realizado em face do CNPJ 13.950.733/0001-39 da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.

20.4.3. Para a liberação do pagamento, o Fiscal do Contrato encaminhará o documento de cobrança e documentação complementar ao Departamento Financeiro que então providenciará a liquidação da obrigação.

20.4.4. Havendo erro ou apresentação incompleta do documento de cobrança o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será interrompido, iniciando-se novamente após a regularização.

20.4.5. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos a CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

20.4.5.1. Eventuais retenções e/ou descontos dos pagamentos serão apreciados em procedimento específico para apuração do eventual inadimplemento.

20.4.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a fornecedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela DPPR, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da fornecedora, e calculados, desconsiderado o critério pro rata die, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.

20.5. A DPPR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

20.5.1. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da DPPR serão imputáveis exclusivamente à fornecedora quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

21. PRAZO DE GARANTIA DOS SERVIÇOS

21.1. Os prazos de garantia técnica para os serviços seguirão o prazo de garantia recomendado no Apêndice D da NBR 15575-1 (Edificações habitacionais – Desempenho – Parte 1: Requisitos Gerais), a contar do recebimento definitivo dos serviços.

21.2. A CONTRATADA deverá reparar os vícios verificados dentro do prazo de garantia dos serviços, sem ônus para a DPE/PR.

21.3. Para garantir a qualidade dos serviços deverão ser previstos:

21.3.1. Avaliação periódica da qualidade dos serviços prestados, após seu recebimento, no máximo a cada 12 (doze) meses;

21.3.2. Ocorrências verificadas que demandem correções dentro do prazo de garantia serão comunicadas à CONTRATADA por notificação escrita para que a mesma solucione os problemas adequadamente;

21.3.3. Caso os reparos não sejam feitos, deverão ser tomadas as medidas cabíveis pela Fiscalização de Contratos.

22. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

22.1. O prazo de vigência da contratação terá início com sua publicação no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DEDPR), e será de 12 (doze) meses, excluído o dia do termo final, podendo ser prorrogado na forma do artigo 103 inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, e do artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/1993 e da jurisprudência aplicável à espécie.

22.2. O prazo de vigência da contratação terá início com sua publicação no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DEDPR), e vigorará até o Recebimento Definitivo do objeto ou até 12 (doze) meses, prorrogável na forma do artigo 103 inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/2007.

22.3. Há faculdade de rescisão contratual unilateral após 12 (doze) meses, pela CONTRATANTE, mediante comunicação formal à CONTRATADA, com antecipação mínima de 15 (quinze) dias.

22.3.1. A rescisão descrita no item anterior não ensejará o direito à indenização, multa ou qualquer outro valor, exceto os pagamentos pelo objeto contratual já prestado.

23. DO PREÇO

23.1. No preço estão incluídos todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origem Federal, Estadual e Municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à DPE/PR quaisquer custos adicionais.

24. DAS MEDIÇÕES E DO RECEBIMENTO

24.1. As medições serão realizadas conforme o descrito no item 19. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS do Termo de Referência.

24.2. O objeto será recebido provisoriamente, pelo responsável pelo acompanhamento, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, no prazo limite estabelecido nas

cláusulas seguintes, após a comunicação escrita da CONTRATADA, acompanhada do respectivo documento de cobrança e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que permitam à CONTRATANTE prestar as informações necessárias perante o fisco, nos termos da legislação aplicável, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta e demais documentos pertinentes à contratação.

24.2.1. Em se tratando de serviços, será recebido provisoriamente em até 5 (cinco) dias úteis da comunicação escrita do contratado, conforme item 9.7.1 do Termo de Referência;

24.2.2. O recebimento provisório poderá ser dispensado nas hipóteses previstas taxativamente no artigo 124, I, II e III da Lei nº 15.608/2007, nestes casos será feito mediante recibo, conforme parágrafo único do citado dispositivo.

24.3. O recebimento definitivo será realizado de acordo com os seguintes prazos:

24.4. O recebimento definitivo será realizado em até 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 73 da Lei 8.666/1993 e artigo 123 da Lei Estadual 15.608/2007, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto ao contratado, salvo quando houver previsão expressa e justificada.

24.5. Esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação do CONTRATANTE, não dispondo de forma diversa o edital ou demais documentos do processo de compra, considerar-se-á definitivamente aceito pela Administração o objeto contratual, para todos os efeitos.

24.6. O objeto será recebido definitivamente somente mediante a presença do documento de cobrança e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que permitam à CONTRATANTE prestar as informações necessárias perante o fisco, nos termos da legislação pertinente.

24.6.1. Caso não se observe o mencionado no item anterior, ou quando se verificar alguma inconsistência nos documentos enviados pela CONTRATADA, o prazo de recebimento será interrompido e recomeçará a contar do zero a partir da regularização da pendência.

24.7. No caso de recebimento definitivo de objeto contratual cujo valor supere R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), deverá ser designada comissão específica pela autoridade competente, composta por, no mínimo, 3 (três) membros, que elaborará termo circunstanciado para esse fim.

24.8. Antes do encaminhamento ao Departamento Financeiro (DFI) e consequente liberação do pagamento, o servidor responsável terá o prazo de 10 (dez) dias para realizar o ateste do faturamento/documento de cobrança, a contar do recebimento de todos os documentos elencados nos itens anteriores.

24.9. O objeto prestado será recusado caso apresente especificações técnicas diferentes das contidas neste Termo de Referência, salvo se de especificações semelhantes ou superiores, a exclusivo critério da CONTRATANTE, mediante devido procedimento interno, nos limites da discricionariedade administrativa.

24.10. A CONTRATADA deverá corrigir, refazer ou substituir o objeto contratual que apresentar quaisquer divergências com as especificações fornecidas, bem como realizar possíveis adequações necessárias, sem ônus para a CONTRATANTE.

24.11. O recebimento definitivo do objeto contratual fica condicionado à demonstração de cumprimento pela CONTRATADA de todas as suas obrigações assumidas, dentre as quais se incluem a apresentação dos documentos pertinentes, conforme descrito no item 7.2, e demais documentos complementares.

24.12. Os recebimentos provisório ou definitivo do objeto contratual não excluem a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução/prestação do objeto.

24.13. Os recebimentos provisório e definitivo ficam condicionados à prestação da totalidade do objeto contratual indicado na ordem de fornecimento/serviço, sendo vedados recebimentos fracionados decorrentes de um mesmo pedido.

24.13.1. Caso a prestação do objeto contratual seja estipulada de forma parcelada, os recebimentos provisório e definitivo serão efetuados apenas por ocasião da entrega da última parcela, quando, então, serão adotadas as medidas destinadas ao pagamento dos serviços, desde que observadas as demais condições do procedimento da contratação indicado em epígrafe, do Termo de Referência e seus apêndices e da proposta.

25. DA REVISÃO E REAJUSTE

25.1. DA CLASSE DOS SERVIÇOS CONTINUADOS:

25.1.1. Os preços acordados poderão ser alterados, por reajuste ou repactuação, apenas depois de decorridos 12 (doze) meses, observadas as condições adiante descritas.

25.1.2. Os valores resultantes de reajuste terão sempre, no máximo, quatro casas decimais.

25.1.3. Quando, antes da data do reajuste, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção seu equilíbrio econômico financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

25.1.4. As solicitações (reajuste, repactuação ou revisão) deverão ser endereçadas à Defensoria Pública do Estado do Paraná e enviadas ao seguinte endereço eletrônico, ou o que vier a substituí-lo mediante ofício e instruídos com os documentos pertinentes: contratosdpp@defensoria.pr.def.br

25.1.5. O pedido descrito no item supra somente será considerado, após confirmação de recebimento enviada pela CONTRATANTE.

25.1.6. O reajuste ou a repactuação serão concedidos mediante apostilamento, conforme dispõem o art. 108, § 3º, inc. II da Lei Estadual n.º 15.608/2007 e o art. 65, § 8º da Lei Federal 8.666/1993.

25.1.7. Os prazos para as respostas da Contratante aos requerimentos da Contratada, desde que devidamente instruídos, serão:

- a) Para reajuste: 60 (sessenta) dias;
- b) Para repactuação: 90 (noventa) dias;
- c) Para revisão: 120 (cento e vinte) dias.

25.1.7.1. Caso em qualquer momento se fizer necessário solicitar complementação documental da Contratada, os prazos do item supra ficam interrompidos até sua apresentação.

25.1.8. Da Repactuação do Valor dos Postos de Trabalho

25.1.9. O interregno mínimo de 12 (doze) meses, tanto para a primeira repactuação do contrato quanto para as posteriores, será contado a partir de cada aniversário do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente no momento da apresentação da proposta mais recente pela Contratada.

25.1.10. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade será a data-base da categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão-de-obra da contratação pretendida.

25.1.11. As repactuações de contrato serão precedidas de requerimento da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por

meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, de planilha de composição analítica das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas referente a cada posto e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação do contrato.

25.1.12. A repactuação do preço contratual deverá ser requerida pela CONTRATADA em até 12 (doze) meses contados de cada aniversário de publicação do contrato. Transcorrido esse período sem o requerimento referido, ocorrerá a caducidade do direito.

25.1.13. Os efeitos financeiros decorrentes da repactuação motivada por majoração salarial devem incidir a partir da data da respectiva alteração, conforme especificado no acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente que fixou o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato objeto do pedido de repactuação.

25.1.14. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação do contrato, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tomarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

25.1.15. Os valores dos postos de trabalho serão repactuados com a variação verificada nos valores constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, conforme as regras abaixo mantendo-se válidas, em qualquer caso, as condições apresentadas no item 28.4.2 do termo de referência:

25.1.15.1. Para a primeira repactuação, o período considerado será entre a data da proposta mais recente da empresa e a data da solicitação de repactuação, que deverá ocorrer após a entrada em vigência de novo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, documento necessário para a requisição.

25.1.15.2. Para as repactuações seguintes, o período a ser considerado é entre a entrada em vigência de um acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho e o documento que vier a substituí-lo.

25.1.16. **Do reajuste do valor das diárias de viagem:**

25.1.17. Os valores referentes a diárias que constam do Apêndice XII do Termo de referência poderão ser alterados a cada 12 (doze) meses contados de cada aniversário da data da apresentação da proposta da contratada (em __/__/____).

25.1.18. O reajuste deverá ser requerido pela Contratada até trinta dias antes do fim de cada período de 12 (doze) meses contados de cada aniversário de publicação do contrato. Transcorrido esse período sem o requerimento referido, ocorrerá a caducidade do direito.

25.1.19. Os valores das diárias, observado o período do item 5.1.18 supra, serão reajustados mediante a aplicação da variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE, ou se for extinto, outro índice que o substitua, a critério da Contratante.

25.1.20. Os novos valores contratuais decorrentes dos reajustes terão suas vigências iniciadas a partir do dia seguinte à data em que se completarem 12 (doze) meses do aniversário da data de apresentação da proposta.

25.1.21. Na hipótese de não ter sido divulgado o índice relativo ao último mês do período da apuração, deverá ser adotada a variação dos 12 (doze) meses imediatamente antecedentes a esse mês.

25.1.22. Caso, na data de aniversário de publicação do contrato, e desde que haja prévio requerimento da Contratada, ainda não tenha sido possível à Contratante proceder aos cálculos devidos, deverá esta última ressaltar essa questão em qualquer termo que se discuta valores/prazo contratual para resguardar o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados.

25.1.23. Da Revisão Contratual

25.1.24. A revisão será realizada única e tão somente com relação às hipóteses previstas em lei, em especial aquelas constantes do artigo 112, § 3º, incisos II e III, da Lei Estadual nº 15.608/2007, observando todas as disposições pertinentes.

25.1.25. A revisão do preço original do contrato dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessárias justificativas, dos pronunciamentos dos setores técnico e jurídico, além da aprovação da autoridade competente.

25.2. DA CLASSE DOS SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA EVENTUAIS OU SOB DEMANDA:

25.2.1. Os preços contratados poderão ser alterados, por reajuste, apenas depois de decorridos 12 (doze) meses, observadas as condições adiante descritas.

25.2.2. Os valores resultantes de reajuste terão sempre, no máximo, quatro casas decimais.

25.2.3. Quando, antes da data do reajuste, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção seu equilíbrio econômico financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

25.2.4. As solicitações (reajuste ou revisão) deverão ser endereçadas à Defensoria Pública do Estado do Paraná e enviadas ao seguinte endereço eletrônico, ou o que vier a substituí-lo mediante ofício e instruídos com os documentos pertinentes: contratosdpp@defensoria.pr.def.br

25.2.5. O pedido descrito no item supra somente será considerado, após confirmação de recebimento enviada pela CONTRATANTE.

25.2.6. O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõem o art. 108, § 3º, inc. II da Lei Estadual n.º 15.608/2007 e o art. 65, § 8º da Lei Federal 8.666/1993.

25.2.7. Os prazos para as respostas da Contratante aos requerimentos da Contratada, desde que devidamente instruídos, serão:

- a) Para reajuste: 60 (sessenta) dias;
- b) Para repactuação: 90 (noventa) dias;
- c) Para revisão: 120 (cento e vinte) dias.

25.2.7.1. Caso em qualquer momento se fizer necessário solicitar complementação documental da Contratada, os prazos do item supra ficam interrompidos até sua apresentação.

25.2.8. Do reajuste:

25.2.9. Os valores contratados para esta classe de serviços poderão ser alterados a cada 12 (doze) meses contados de cada aniversário da data da apresentação da proposta da contratada, (em __/__/__);

25.2.10. O reajuste deverá ser requerido pela Contratada até trinta dias antes do fim de cada período de 12 (doze) meses contados de cada aniversário de publicação do contrato. Transcorrido esse período sem o requerimento referido, ocorrerá a caducidade do direito.

25.2.11. Os valores contratados, observado o período do item 25.2.9 supra, serão reajustados anualmente com a mesma variação de valores do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI verificada entre a data da proposta (em __/__/__) e a data do reajuste;

25.2.11.1. Na inexistência de itens no referido sistema de preços, será utilizado o Índice Nacional de Custo da Construção Disponibilidade Interna – INCC-DI, nos termos do inciso XI do artigo 40 da Lei 8.666/1993.

25.2.12. Os novos valores contratuais decorrentes dos reajustes terão suas vigências iniciadas a partir do dia seguinte à data em que se completarem 12 (doze) meses do aniversário da data de apresentação da proposta.

25.2.13. Na hipótese de não ter sido divulgado o índice relativo ao último mês do período da apuração, deverá ser adotada a variação dos 12 (doze) meses imediatamente antecedentes a esse mês.

25.2.14. Caso, na data de aniversário de publicação do contrato, e desde que haja prévio requerimento da Contratada, ainda não tenha sido possível à Contratante proceder aos cálculos devidos, deverá esta última ressaltar essa questão em qualquer termo que se discuta valores/prazo contratual para resguardar o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados.

25.2.15. Da Revisão Contratual

25.2.16. A revisão será realizada única e tão somente com relação às hipóteses previstas em lei, em especial aquelas constantes do artigo 112, § 3º, incisos II e III, da Lei Estadual nº 15.608/2007, observando todas as disposições pertinentes.

25.2.17. A revisão do preço original do contrato dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessárias justificativas, dos pronunciamentos dos setores técnico e jurídico, além da aprovação da autoridade competente.

25.3. DA CLASSE DO FORNECIMENTO DOS INSUMOS NECESSÁRIOS E ADEQUADOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

25.3.1. Os preços contratados poderão ser alterados, por reajuste, apenas depois de decorridos 12 (doze) meses, observadas as condições adiante descritas.

25.3.2. Os valores resultantes de reajuste terão sempre, no máximo, quatro casas decimais.

25.3.3. Quando, antes da data do reajuste, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção seu equilíbrio econômico financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

25.3.4. As solicitações (reajuste ou revisão) deverão ser endereçadas à Defensoria Pública do Estado do Paraná e enviadas ao seguinte endereço eletrônico, ou o que

vier a substituí-lo mediante ofício e instruídos com os documentos pertinentes: contratosdpp@defensoria.pr.def.br

25.3.5. O pedido descrito no item supra somente será considerado, após confirmação de recebimento enviada pela CONTRATANTE.

25.3.6. O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõem o art. 108, § 3º, inc. II da Lei Estadual n.º 15.608/2007 e o art. 65, § 8º da Lei Federal 8.666/1993.

25.3.7. Os prazos para as respostas da Contratante aos requerimentos da Contratada, desde que devidamente instruídos, serão:

- a) Para reajuste: 60 (sessenta) dias;
- b) Para repactuação: 90 (noventa) dias;
- c) Para revisão: 120 (cento e vinte) dias.

25.3.7.1. Caso em qualquer momento se fizer necessário solicitar complementação documental da Contratada, os prazos do item supra ficam interrompidos até sua apresentação.

25.3.8. **Do reajuste:**

25.3.9. Os valores contratados para esta classe poderão ser alterados a cada 12 (doze) meses contados de cada aniversário da data da apresentação da proposta da contratada, (em __/__/__);

25.3.10. O reajuste deverá ser requerido pela Contratada até trinta dias antes do fim de cada período de 12 (doze) meses contados de cada aniversário de publicação do contrato. Transcorrido esse período sem o requerimento referido, ocorrerá a caducidade do direito.

25.3.11. Os valores contratados, observado o período do item 5.3.9 supra, serão reajustados anualmente com a mesma variação de valores do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI verificada entre a data da proposta (em __/__/__) e a data do reajuste;

25.3.11.1. Na inexistência de itens no referido sistema de preços, será utilizado o Índice Nacional de Custo da Construção Disponibilidade Interna – INCC-DI, nos termos do inciso XI do artigo 40 da Lei 8.666/1993.

25.3.12. Os novos valores contratuais decorrentes dos reajustes terão suas vigências iniciadas a partir do dia seguinte à data em que se completarem 12 (doze) meses do aniversário da data de apresentação da proposta.

25.3.13. Na hipótese de não ter sido divulgado o índice relativo ao último mês do período da apuração, deverá ser adotada a variação dos 12 (doze) meses imediatamente antecedentes a esse mês.

25.3.14. Caso, na data de aniversário de publicação do contrato, e desde que haja prévio requerimento da Contratada, ainda não tenha sido possível à Contratante proceder aos cálculos devidos, deverá esta última ressaltar essa questão em qualquer termo que se discuta valores/prazo contratual para resguardar o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados.

25.3.15. Da Revisão Contratual

25.3.16. A revisão será realizada única e tão somente com relação às hipóteses previstas em lei, em especial aquelas constantes do artigo 112, § 3º, incisos II e III, da Lei Estadual nº 15.608/2007, observando todas as disposições pertinentes.

25.3.17. A revisão do preço original do contrato dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessárias justificativas, dos pronunciamentos dos setores técnico e jurídico, além da aprovação da autoridade competente.

26. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

26.1. Aplicam-se ao presente as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520/2002, na Lei Complementar Federal nº 123/2006, na Lei Estadual nº 15.608/2007 e legislação complementar, aplicáveis subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/1993 e a Lei Federal nº 8.078/1990;

26.2. Os diplomas legais acima indicados aplicam-se especialmente quanto aos casos omissos.

27. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E CUSTOS

27.1. Formação do preço

27.1.1. A estimativa de quantidades e custos tem como meta balizar os orçamentos futuros na etapa licitatória. Tanto o orçamento quanto os quantitativos são ESTIMATIVOS.

27.1.2. Tal orçamento estimativo servirá como balizador para o valor máximo da contratação.

27.1.3. O valor máximo apresentado será uma estimativa máxima anual de gastos, não havendo obrigação por parte da DPE/PR de execução de serviços no valor total informado, pois os mesmos serão executados à medida que surgirem as necessidades da Instituição.

27.1.4. Os valores unitários constantes na tabela de orçamento base dos serviços e insumos foram obtidos das Tabelas do SINAPI (Última versão disponível à época), e o outros, não encontrados nas mesmas, foram estimados a partir de composições semelhantes e/ou pesquisa de mercado, pelo Departamento de Infraestrutura e Materiais (DIM).

27.1.5. Na proposta de preço, todas as despesas indiretas (administração, seguros, garantias, riscos, despesas financeiras, lucro/remuneração, impostos) deverão estar computados no BDI.

27.2. Apresentação da proposta

27.2.1. Com relação aos preços, na proposta deverão ser apresentadas:

27.2.1.1. As tabelas preenchidas (sintética e analítica) com as composições dos valores dos profissionais ocupantes dos postos de trabalho, conforme modelo fornecido pela DPE/PR.

27.2.1.2. As tabelas preenchidas com os preços dos serviços eventuais e insumos, conforme modelo fornecido pela DPE/PR.

27.2.1.3. Explicações do BDI aplicado pela empresa.

27.3. Aceitabilidade de propostas e preços

27.3.1. Deverá ser avaliada a compatibilidade dos preços ofertados com o valor estimado para a contratação e a conformidade da proposta com as especificações técnicas do objeto e com o Termo de Referência;

27.3.2. Propostas que apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, não serão admitidas.

27.3.3. Deverão ser desclassificadas:

27.3.3.1. Propostas que não atendam ao Termo de Referência e edital.

27.3.3.2. Propostas com valor global superior ao estimado para a contratação ou com preço manifestamente inexequível (custos incompatíveis com os valores do mercado).

27.3.3.3. Propostas com preços unitários de materiais e serviços superiores aos estimados para esta contratação.

27.4. Definição dos salários-base e demais benefícios profissionais

27.4.1. Os salários-base dos profissionais dos postos de serviço foram retirados da Tabela SINAPI, bem como os seus encargos complementares.

27.4.2. Os salários-base, benefícios e demais custos previstos nas Convenções Coletivas de Trabalho dos Sindicatos, não poderão ser inferiores aos valores por elas estabelecidos.

27.5. Aditamento Contratual

27.5.1. Na celebração de aditivo de acréscimo de quantidade será utilizado o mesmo valor unitário ofertado pela CONTRATADA.

27.5.1.1. Na celebração de aditivo para inclusão de novo item no projeto, o preço do novo item será obtido da seguinte forma:

27.5.1.1.1. Será obtido o preço do item com base nos sistemas de referência de custos ou, na sua ausência, mediante pesquisa de mercado;

27.5.1.1.2. Sobre o preço de referência será aplicado o BDI, conforme Apêndice VI;

27.5.1.1.3. Sobre o preço obtido acima será aplicado o percentual de desconto da diferença entre o valor global máximo da licitação e o valor global da proposta da CONTRATADA.

27.6. Apresentação do Quadro Resumo de estimativa de Custos

27.6.1. Abaixo apresenta-se um resumo das estimativas de custos para a contratação dos serviços.

27.6.2. Os valores colhidos junto ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) tem como mês de referência as tabelas desoneradas para o estado do Paraná de janeiro/2023, e os itens ou serviços não constantes na SINAPI, foram colhidos por pesquisa de mercado pelo Departamento de Infraestrutura e Materiais (DIM).

27.6.3. Os custos detalhados estão apresentados respectivamente nos Apêndice IV e Apêndice V.

27.6.4. A planilhas com os cálculos do BDI encontram-se no Apêndice VI.

27.6.5. Os custos com diárias e quilometragem foram detalhados no Apêndice XII.

27.6.5.1. O valor (unitário e total) da diária, previsto no Apêndice XII, é fixo e, portanto, não será objeto de disputa pelos licitantes. Dessa forma, os licitantes deverão considerar o valor total de R\$ 97.010,59 para as diárias e inclui-lo no valor total da sua proposta de preços.

TABELA DE VALORES MÁXIMOS	
Descrição	Valor (R\$)
Valor Total Máximo dos Postos de Serviço	R\$ 723.396,08
Valor Total Máximo para Materiais de Reposição e Consumo	R\$ 410.277,80
Valor Total Máximo para Serviços Eventuais	R\$ 623.943,92
Valor Total Máximo para Diárias	R\$ 97.010,59
VALOR TOTAL MÁXIMO DA LICITAÇÃO	R\$ 1.854.628,39

28.POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO

28.1. Referente aos impactos ambientais e para que se tenha o seu correto tratamento, destaca-se algumas medidas a serem consideradas:

28.1.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes.

28.1.2. Racionalização/economia de recursos e principalmente no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.

28.1.3. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de asseio e conservação.

28.1.4. Descarte adequado de materiais tóxicos como óleo de motor, lâmpadas fluorescentes e reatores, pilhas e baterias, etc., sempre apresentando à CONTRATANTE comprovação deste descarte, da forma ecologicamente correta.

28.1.5. Correta separação e descarte dos resíduos gerados por atividades relacionadas a construção civil.

28.2. Os materiais empregados pela CONTRATADA deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

28.3. A CONTRATADA deverá repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água.

28.4. Deverá ainda atender, no que couber, às disposições da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela LEI n. 12.305, de 02/08/2010, regulamentada pelo Decreto n° 7.404, de 23/12/2010.

29. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS COMUNICAÇÕES

29.1. Qualquer comunicação entre as partes somente terá validade se devidamente formalizada por escrito, por qualquer meio admitido em Direito, desde que confirmado o recebimento junto ao destinatário.

29.2. As solicitações previstas neste instrumento deverão ser direcionadas da seguinte forma, salvo aqueles referentes a procedimento de infração administrativa que observará o rito previsto na Deliberação CSDP n° 11/2015 ou a que vier substituí-la:

a. Quanto à gestão contratual, como reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogação, alterações e rescisão contratuais: contratosdpp@defensoria.pr.def.br (Departamento de Contratos – DPC);

b. Quanto a pagamentos e demais encargos, verificação de nota débito e certidões, esclarecimento sobre cumprimento de cláusulas contratuais: fiscalizacao@defensoria.pr.def.br (Departamento de Fiscalização de Contratos - DFC);

c. Quanto à execução técnica do contrato: engenharia@defensoria.pr.def.br.

29.3. Todas as solicitações também poderão ser dirigidas ao Protocolo Geral (PTG) mediante remessa pelo Correio para o endereço da CONTRATANTE descrito na primeira lauda deste instrumento, hipótese em que valerá, para efeito de eventual contagem de prazo, a data do recebimento.

30. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

30.1. O extrato do presente instrumento deverá ser publicado no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná e a divulgação no sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade contratante, em até 20 (vinte) dias úteis após sua assinatura; nos termos do artigo 8º da Resolução DPG n° 313/2022 e da Resolução DPG n° 265/2021, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.



APÊNDICE I – QUADRO RESUMO DE DOCUMENTAÇÃO

Documentação para habilitação da Empresa	Documentação a ser apresentada em reunião inicial / antes do início da execução dos serviços
Verificar item 13.1 do edital	Anotação de Responsabilidade Técnica ART para os serviços continuados de Manutenção Predial
	Apresentação da qualificação dos profissionais dos postos de serviço conforme Apêndice III

APÊNDICE II – ROTINA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÍNUOS

Observação: Conforme indicado no item 7 deste documento, as rotinas apresentadas não são exaustivas e podem sofrer modificações de acordo com as necessidades da DPE/PR ou de cada imóvel. Esta tabela serve então, como norteadora dos serviços contínuos a serem realizados pela CONTRATADA.

INSTALAÇÕES CIVIS						
Manutenção predial preventiva e corretiva		Periodicidade				
Item	Grupos/Descrição/Serviços	Diária	Semanal	Mensal	Semestral	Anual
1	Elementos da estrutura predial, fundações, vigas e pilares, lajes, marquises, muros de contenção, escadas e rampas					
	Verificar o estado geral dos elementos			X		
	Verificar exposição de elementos enterrados			X		
	Verificar infiltração/umidade incomum no elemento e/ou proximidades			X		
	Verificar a existência de ferragens descobertas			X		
	Verificar pontos de corrosão em ferragens			X		
	Verificar pontos danificados ou deteriorados			X		
	Verificar existência de rachaduras, trincas ou fissuras			X		
Item	Grupos/Descrição/Serviços	Diária	Semanal	Mensal	Semestral	Anual
2	Paredes externas, internas e vedações verticais					
	Inspecionar estados das alvenarias dos Prédios		X			
	Verificar possíveis defeitos nas alvenarias		X			
	Inspeção em divisórias internas (madeira, eucatex, gesso, MDF, Drywall)		X			
	Verificação de perfis de divisórias		X			
	Verificação e substituição de vidros quebrados, trincados ou riscados.		X			
Item	Grupos/Descrição/Serviços	Diária	Semanal	Mensal	Semestral	Anual
3	Revestimentos (cerâmico e pedras)					
	Verificar folgas e desníveis nos revestimentos do prédio		X			
	Verificar rejuntamento e vedação de revestimentos dos prédios		X			
	Verificar estado de conservação dos revestimentos (riscos, manchas, rachaduras)		X			
Item	Grupos/Descrição/Serviços	Diária	Semanal	Mensal	Semestral	Anual
4	Pintura					
	Verificar estado de conservação de pintura interna do prédio, bem como o tempo de pintura		X			
	Verificar possíveis erros de acabamentos para serem corrigidos		X			
Item	Grupos/Descrição/Serviços	Diária	Semanal	Mensal	Semestral	Anual
5	Esquadrias (alumínio, ferro, madeira e vidro)					



	Verificação de estado de conservação das portas, janelas, portas corta-fogo		X			
	Inspeção de dobradiças e fechaduras		X			
	Lubrificação de dobradiças		X			
	Inspeção dos componentes das esquadrias		X			
	Inspeção em portões e grades do prédio		X			
	Inspeção em vidros de esquadrias e divisórias do prédio		X			
	Verificação da estanqueidade/Estado dos elementos de vedação		X			
Item	Grupos/Descrição/Serviços	Diária	Semanal	Mensal	Semestral	Anual
	Fachadas					
6	Limpeza e lavagem externa de fachadas e vidros					X
Item	Grupos/Descrição/Serviços	Diária	Semanal	Mensal	Semestral	Anual
	Pisos (cerâmicos, pedras, paviflex, tacos, tablados, asfalto, concretados, alta resistência)					
7	Verificar o estado de conservação e o aparecimento de rachaduras fissuras e buracos em pisos			X		
Item	Grupos/Descrição/Serviços	Diária	Semanal	Mensal	Semestral	Anual
	Sinalização predial					
8	Verificar o estado de conservação da sinalização, placas indicativas, letreiros, quadros informativos e afins		X			
Item	Grupos/Descrição/Serviços	Diária	Semanal	Mensal	Semestral	Anual
	Elementos da cobertura das edificações, telhados, estruturas de telhado, cobertura, drenagem, impermeabilização, calhas, rufos, grelhas, grades, correntes, ralos e condutores de água pluvial					
	Inspeccionar e corrigir aparentes defeitos na cobertura dos prédios			X		
	Verificar erros de queda d'água, estrutura do telhado e impermeabilização, a fim de evitar vazamentos			X		
	Substituir elementos trincados, danificados, deteriorados ou faltantes na estrutura			X		
	Substituir telhas quebradas, rachadas ou trincadas e instalar telhas faltantes			X		
	Verificar a integridade de elementos de fixação			X		
	Verificar ressecamento de buchas de fixação, substituindo, se necessário			X		
	Limpar o telhado			X		
	Corrigir problemas de fixação e vedação			X		
	Substituir elementos ressecados			X		
	Limpar a cobertura			X		
	Verificar integridade dos elementos de impermeabilização, mantas e rebocos de cumeeiras			X		
	Verificar pontos sem impermeabilização, inclusive de lajes			X		



	Verificar calafetação das junções, limpar e desentupir as calhas, rufos grelhas e condutores			X		
	Substituir ou reconstruir peças danificadas ou deterioradas e instalar peças faltantes			X		
	Verificar capacidade de escoamento e comunicar casos de subdimensionamento			X		
	Inspecionar os tubos de escoamento e descartar final das águas pluviais			X		
Item	Grupos/Descrição/Serviços	Diária	Semanal	Mensal	Semestral	Anual
10	Elementos das instalações hidrossanitárias, tubulações, conexões, fixações e acessórios					
	Inspecionar e limpar os sifões das pias e lavatórios		X			
	Inspecionar e limpar os ralos simples e caixa sifonadas		X			
	Verificar as saídas dos tubos de ventilação das redes hidráulicas		X			
	Verificar as conexões das peças com a tubulação			X		
	Verificar o estado de conservação e fixação das tubulações aparentes, inibindo processos de deterioração com tratamento adequado			X		
	Retocar, caso necessário, a pintura das tubulações aparentes			X		
	Verificar a existência de refluxos e inclinações mal executadas, corrigindo e relatando as medidas necessárias para solução dos problemas			X		
	Verificar retorno de odores nas tubulações, identificando as causas e adotando as ações corretivas necessárias			X		
	Identificar situações críticas de vazão incompatível para o dimensionamento da tubulação, relatando os casos			X		
	Verificar a ocorrência de vazamentos, entupimentos e outros defeitos na tubulação, efetuando as correções necessárias		X			
Item	Grupos/Descrição/Serviços	Diária	Semanal	Mensal	Semestral	Anual
11	Reservatórios de água					
	Verificar estado de limpeza e conservação geral dos reservatórios			X		
	Verificar funcionamento, vazão e estanqueidade de boias			X		
	Verificar estado de tubulações que fazem parte do reservatório (Ladrão, extravasor)			X		
	Verificar os níveis dos diversos reservatórios (inferiores e superiores)		X			
	Verificar e corrigir, se necessário, os controladores de nível dos reservatórios		X			



	Verificar e recuperar, se necessário, os registros e válvulas dos barriletes				X	
	Examinar as condições do alçapão de acesso ao reservatório, procedendo, se necessário, as melhorias na vedação, a eliminação de ferrugens e pintura geral				X	
	Verificar e reparar, se necessário, a estanqueidade das flanges			X		
	Verificar vazamentos, adotando ações corretivas e impermeabilizações, se necessário			X		
	Verificar a existência de dejetos ou substâncias poluentes, procedendo as remoções			X		
	Efetuar limpeza geral do reservatório seguindo o procedimento estabelecido na NBR 5626:2020.				X	
Item	Grupos/Descrição/Serviços	Diária	Semanal	Mensal	Semestral	Anual
Válvulas de caixas de descarga						
12	Verificar e reparar se necessário, o funcionamento das válvulas de descargas	X				
	Inspecionar o funcionamento das válvulas de retenção			X		
	Verificar e reparar se necessário, a regulação das válvulas dos mictórios e sanitários	X				
	Inspecionar o estado das ligações e conexões, observando a existência de vazamentos e oxidação			X		
	Verificar o desgaste dos reparos das válvulas de descarga, substituindo, se necessário			X		
	Verificar os acoplamentos e os anéis de vedação			X		
	Lubrificar os registros e válvulas dos barriletes			X		
Item	Grupos/Descrição/Serviços	Diária	Semanal	Mensal	Semestral	Anual
Registros, torneiras e metais sanitários						
13	Verificar o funcionamento e a estanqueidade dos registros, e torneiras, efetuando as correções necessárias			X		
	Testar a operação das torneiras automáticas (com funcionamento por sensores ou por pressão), efetuando as regulações de vazão	X				
	Verificar o estado de conservação dos metais, efetuando os reapertos e/ou colocação das peças de acabamento faltantes (canoplas, carrapetas, etc.)	X				
	Verificar a ocorrência de entupimentos, vazamentos ou outros defeitos, efetuando as correções necessárias	X				
Item	Grupos/Descrição/Serviços	Diária	Semanal	Mensal	Semestral	Anual
14	Vasos sanitários, mictórios, tanques, lavatórios, pias e demais aparelhos sanitários					



	Verificar existência de peças danificadas			X		
	Verificar funcionamento das peças	X				
	Verificar entupimentos e executar limpeza e desobstrução	X				
	Corrigir todos os problemas verificados, com fixação, ajuste e recomposição.		X			
Item	Grupos/Descrição/Serviços	Diária	Semanal	Mensal	Semestral	Anual
Ralos e Grelhas						
15	Verificar existência de peças danificadas		X			
	Verificar funcionamento das peças		X			
	Executar limpeza e desobstrução		X			
Item	Grupos/Descrição/Serviços	Diária	Semanal	Mensal	Semestral	Anual
16	Caixas de inspeção, caixas de areia, caixas coletoras, caixas de gordura, fossas sépticas e sumidouros					
	Verificar o estado geral de conservação das caixas			X		
	Verificar as condições e fixação das tampas das caixas			X		
	Verificar transbordamentos e entupimentos			X		
	Limpar as caixas de gordura, de inspeção e de areia				X	
	Inspecionar e reparar tampas e transbordamentos das fossas e sumidouros				X	
	Limpar com jato d'água e fazer sucção a vácuo dos dejetos de fossas e sumidouros				X	
Item	Grupos/Descrição/Serviços	Diária	Semanal	Mensal	Semestral	Anual
17	Barrilete e Coluna de Distribuição					
	Verificar estado das tubulações e conexões dos sistemas				X	
	Verificar e lubrificar preventivamente os registros (gaveta, esfera) característicos de cada sistema				X	
Item	Grupos/Descrição/Serviços	Diária	Semanal	Mensal	Semestral	Anual
18	Hidrômetro					
	Inspecionar e tomar nota da leitura diária do hidrômetro	X				
	Conferir a leitura informada na fatura de água com a leitura do hidrômetro.			X		
	Verificar e corrigir possíveis vazamentos nas conexões que fazem parte do sistema do hidrômetro		X			
Item	Grupos/Descrição/Serviços	Diária	Semanal	Mensal	Semestral	Anual
19	Entulhos e Restos de Obra					
	Fazer o descarte, recolhimento correto de entulhos de restos de obras e manutenção predial		X			

EQUIPAMENTOS



Manutenção predial preventiva e corretiva		Periodicidade				
Item	Grupos/Descrição/Serviços	Diária	Semanal	Mensal	Semestral	Anual
1	Bombas hidráulicas					
	Testar o funcionamento das bombas (principal e reserva).			X		
	Verificar e reparar se necessário, a existência de ruídos e vibrações anormais quer elétrico ou mecânicos.			X		
	Verificar e reparar se necessário, as condições do acoplamento, braçadeiras, mangotes.			X		
	Verificar e reparar se necessário, as condições do selo mecânico.			X		
	Verificar e reparar se necessário, as condições de fixação da bomba com referência à base, amortecedores e conexões.			X		
	Verificar e reparar se necessário, o alinhamento do eixo da bomba.			X		
	Verificar e reparar se necessário, a regulagem e atuação dos dispositivos de acionamento, chave-boia, fusíveis, relés térmicos, etc.			X		
	Testar a inversão para a bomba reserva ou vice versa, quando for o caso.			X		
	Verificar e reparar se necessário, a existência de vazamentos nas gaxetas.			X		
	Verificar, durante o período de operação das bombas, a estanqueidade do conjunto, avaliando o desempenho das válvulas de retenção, dos rotores e dos mancais.			X		
	Limpar e lubrificar o motor e a bomba.				X	
	Verificar a existência de pontos de ferrugem no equipamento, caso exista, inibir o processo de corrosão, lixando e protegendo com nova pintura as partes afetadas.				X	
	Verificar e complementar se necessário, o nível de óleo das bombas.				X	
	Verificar o desgaste dos rotores, rolamentos, gaxetas, mancais, válvulas e registros, procedendo às substituições necessárias.				X	
	Verificar condições críticas de sobrecarga e/ou trabalho em regime descontínuo, adotando as ações corretivas ou relatando as medidas a serem executadas.				X	
	Medir a tensão e a corrente nos terminais dos motores, sob carga, relatando a necessidade de atuação no caso de variação acima dos limites especificados para a máquina.				X	



	Conferir as ligações, verificando se estão compatíveis com o diagrama e os parâmetros nominais de placa.				X	
	Examinar as conexões na caixa de ligação dos motores, procedendo à limpeza geral, reapertos e eventuais substituições/colocação das peças (terminais, bornes, parafusos, etc.).				X	
	Verificar a existência de correntes de fuga para a carcaça, adotando as medidas corretivas, quando for o caso.				X	
	Verificar a presença de condições ambientais agressivas ao funcionamento normal da máquina (ventilação, temperatura, umidade, etc.) relatando alternativas técnicas para atenuação/eliminação das causas.				X	
Item	Grupos/Descrição/Serviços	Diária	Semanal	Mensal	Semestral	Anual
2	Portões					
	Testar o funcionamento dos portões			X		
	Verificar e reparar se necessário, a existência de ruídos e vibrações anormais quer elétrico ou mecânicos.			X		
	Verificar e reparar se necessário, os trilhos, cremalheira, rodízio, etc.			X		
	Verificar e reparar caso haja danos físicos ao conjunto.			X		
	Se necessário efetuar a regulagem.			X		
	Limpar e lubrificar o motor e as engrenagens.			X		
	Verificar a existência de pontos de ferrugem no equipamento, caso exista, inibir o processo de corrosão, lixando e protegendo com nova pintura as partes afetadas.				X	
	Verificar condições críticas de sobrecarga e/ou trabalho em regime descontínuo, adotando as ações corretivas ou relatando as medidas a serem executadas.				X	
	Medir a tensão e a corrente nos terminais dos motores, sob carga, relatando a necessidade de atuação no caso de variação acima dos limites especificados para a máquina.				X	
	Examinar as conexões na caixa de ligação dos motores, procedendo à limpeza geral, reapertos e eventuais substituições/colocação das peças (terminais, bornes, parafusos, etc.).				X	
	Verificar a presença de condições ambientais agressivas ao funcionamento normal da máquina (ventilação, temperatura, umidade, etc....) relatando alternativas técnicas para atenuação/eliminação das causas.				X	



INSTALAÇÕES ELÉTRICAS						
Manutenção predial preventiva e corretiva		Periodicidade				
Item	Grupos/Descrição/Serviços	Diária	Semanal	Mensal	Semestral	Anual
1	Elementos das instalações elétricas, iluminação, luminárias, letreiros bandeiras, totens e painéis					
	Substituir lâmpadas, reatores e dispositivos de partida queimados ou avariados.	X				
	Substituir as lâmpadas que apresentam tonalidade de cor diferente do restante da instalação.		X			
	Verificar o funcionamento de dispositivos de comando automáticos (fotocélula, timer, relé, minuteria, contactor, etc.) procedendo a sua aferição e/ou substituição, se for o caso.			X		
	Verificar elementos danificados, deteriorados ou faltantes.			X		
	Efetuar medição do nível de iluminação e relatar, quando for o caso, alternativas para o melhoramento.				X	
	Verificar a fixação da luminária e seus componentes.				X	
	Executar limpeza geral do corpo da luminária (refletor, difusor, aletas, compartimentos, etc.) e dos seus componentes (soquetes, bases e terminais), de forma apropriada					X
2	Limpar interna e externamente os letreiros luminosos, bandeiras, totens e painéis, com substituição dos componentes danificados.				X	
	Rede de distribuição de energia, quadros elétricos, plugues e tomadas					
	Inspecionar os quadros de alimentação parciais e terminais, verificando disjuntores, barramentos e isoladores, executando os reapertos, limpeza, investigando aquecimento anormal, dano físico, alteração de coloração, presença de fuligem, mal contato, folgas mecânicas, integridade de isolações ou danos de qualquer natureza em quaisquer componentes, procedendo a sua substituição caso necessário.			X		
	Verificar a ocorrência de danos no isolamento de cabos/fios, curto-circuito ou correntes de fuga para a carcaça, promovendo as devidas correções.			X		
	Verificar a correta fixação dos espelhos, placas e/ou tampas de caixas de passagem e/ou módulos de			X		



tomadas e interruptores, colocando os elementos porventura faltantes (parafusos, garras, etc.).					
Examinar os elementos fusíveis, substituindo os componentes danificados ou queimados.			X		
Testar a operação dos dispositivos de controle e sinalização, substituindo, quando for o caso, os elementos com mau funcionamento, queimados ou em fim de vida útil.			X		
Verificar o funcionamento de dispositivos de comando automáticos (fotocélula, timer, relé, contactor, etc.) procedendo a sua aferição e/ou substituição, se for o caso.			X		
Verificar e corrigir vibrações ou ruídos anormais.			X		
Medir e registrar as correntes e tensões dos circuitos de alimentação do quadro sob carga e verificar se estão com fases equilibradas e compatíveis com a capacidade nominal dos fios/cabos/barramentos e disjuntores, conforme recomendações ABNT, relatando, se for o caso, a necessidade de redimensionamentos.			X		
Verificar ocorrência de aquecimento excessivo nos condutores, corrigindo as causas do problema ou, se for o caso, relatando (fornecimento de laudo) as medidas a serem adotadas.			X		
Verificar o uso inadequado de disjuntores unipolares em circuitos polifásicos, procedendo à troca quando for o caso.			X		
Verificar o balanceamento das cargas entre as fases, efetuando os ajustamentos necessários para o perfeito equilíbrio.			X		
Conferir as leituras dos instrumentos do painel, realizando se necessário, sua aferição e/ou ajuste ou substituição.			X		
Verificar o estado geral dos condutores, efetuando a troca dos fios/cabos que apresentam danos que comprometam o isolamento ou suas características condutoras.			X		
Verificar o aterramento da carcaça e da tampa do quadro elétrico, corrigindo problema se necessário			X		
Medir as correntes dos circuitos de distribuição sob carga e verificar se estão compatíveis com a capacidade nominal dos fios/cabos/barramentos e disjuntores, conforme recomendações ABNT, relatando, se for o caso, a					X



	necessidade de redimensionamentos.					
	Lubrificar e reparar, quando necessário, os fechos e dobradiças das portas.					X
	Verificar o ajuste e sensibilidade dos relés de sobrecarga e dispositivos temporizadores eletromecânicos e eletrônicos.					X
	Efetuar a limpeza geral interna e externa, procedendo à eliminação de focos de corrosão com tratamento e pintura e desobstruindo as aberturas de ventilação.					X
	Conferir e completar, quando for o caso, a identificação dos circuitos com anilhas e/ou etiquetas, de acordo com o padrão existente.					X
	Atualizar a legenda, se necessário.					X
	Identificar, quando necessário, os quadros, as posições dos dispositivos de reversão, comando, sinalização, etc., com plaquetas acrílicas, conforme convenção adotada em cada caso.					X
	Testar o funcionamento das chaves seccionadoras e reversoras, procedendo à limpeza dos contatos, lubrificação, reapertos, e reparos e substituições que se fizerem necessárias.					X
	Efetuar medição termográfica do quadro (sem os espelhos de proteção do barramento) e apresentar relatório.				X	
	Verificar a existências de equipamentos ligados indevidamente nas redes estabilizadas e/ou supridas por UPS.			X		
	Proceder a identificação dos pontos elétricos com tensão, circuito e o tipo de rede (normal ou estabilizada) através de etiquetas rotuladoras.				X	
	Verificar o estado de conservação dos espelhos e tampas, procedendo a sua fixação ou, se necessário, sua substituição.				X	
	Executar a limpeza interna das caixas de tomadas de piso, verificando a presença de umidade, corpos estranhos e corrosões, adotando as medidas corretivas necessárias.				X	
Item	Grupos/Descrição/Serviços	Diária	Semanal	Mensal	Semestral	Anual
	SPDA e aterramento					
3	Verificar a fixação da base, mastro, captor e demais itens do conjunto de SPDA, realizando os apertos e reforços necessários.					X
	Examinar o estado geral das conexões e isoladores, procedendo reaperto e, quando for o caso, a substituição das					X



	peças danificadas.					
	Verificar a integridade dos cabos de interligação e descida, eliminando ligações e/ou contatos indevidos.					X
	Examinar as condições do tubo de proteção e isolamento do cabo de descida junto ao solo, verificando na fixação e/ou necessidade de substituição.					X
	Identificar instalações com para-raios tipo radioativo, relatando, quando for o caso, para providências relativas à substituição do sistema mediante novo projeto.					X
	Medir e aferir, através de instrumento adequado, a resistência de aterramento das malhas dos sistemas elétricos e SPDA. (Sistema de Proteção contra descarga atmosférica). Apresentar relatório impresso.					X
	Promover, quando necessário, a melhoria da resistência de aterramento, através do aumento de hastes e/ou aplicação de solução (gel) para correção da resistividade do solo.					X
	Verificar o estado geral dos componentes dos sistemas de aterramento, eliminando, por meios adequados, os focos de corrosão e/ou substituindo, se necessário, os elementos danificados.					X
	Verificar as condições das caixas de inspeção, efetuando a limpeza, os reparos devidos e/ou, se necessário, a substituição/colocação de tampas.					X
	Examinar as conexões das hastes, realizando a limpeza e reapertos.					X
	Inspecionar as ligações dos diversos componentes da instalação ao sistema de aterramento, observando sua perfeita continuidade elétrica, verificando, ainda, a necessidade de melhoria das instalações.					X
	Verificar a equipotencialização dos sistemas de aterramento, propondo adequações quando necessário.					X

APÊNDICE III – EQUIPE PERMANENTE DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÍNUOS

PREVISÃO DE POSTOS DE TRABALHO					
Item	Posto de Trabalho	Turno	Carga horária semanal (H)	Quantidade Mín. de empregados por postos	Quantidade Máx. de empregados por postos
1	Servente	Diurno	44	1	1
2	Carpinteiro	Diurno	44	0	1
3	Eletricista	Diurno	44	1	2
4	Encanador	Diurno	44	1	2
5	Pedreiro	Diurno	44	0	1
6	Pintor	Diurno	44	0	1
7	Mestre de obras / Encarregado	Diurno	44	1	1
TOTAL DE POSTOS - MÍN. E MÁX.				4	9

1. REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA EQUIPE DE SERVIÇOS CONTÍNUOS:

1.1. Servente:

Requisitos: São considerados serventes, os empregados que auxiliam diretamente os operários qualificados, desde que executem estas tarefas durante mais de 06 (seis) meses ou que tenham comprovação na carteira profissional, ou aprovados em teste prático realizado na empresa.

Atribuições:

- 1.1.1. Auxiliar os eletricitas, encanadores, pedreiros, pintores e carpinteiro na realização de suas atividades, sob orientação dos mesmos; e supervisão do Encarregado-geral;
- 1.1.2. Executar os serviços gerais de manutenção civil, elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos, sob orientação e supervisão do Encarregado-Geral;
- 1.1.3. Manter o ambiente de trabalho livre de entulhos, recolhendo as sobras, equipamentos e ferramentas;
- 1.1.4. Executar todos os serviços em plena segurança e obediência às determinações superiores, comunicando ao Encarregado-Geral o término das tarefas;
- 1.1.5. Desempenhar outras atividades inerentes à função sob orientação e supervisão do Encarregado-Geral.
- 1.1.6. Executar os serviços gerais de baixa complexidade, sob orientação e supervisão do Encarregado-geral;

1.1.7. Realizar manutenção de primeiro nível, tais como:

- Conferir níveis de óleo e graxa;
- Limpar máquinas e ferramentas;
- Verificar condições dos equipamentos;
- Lubrificar componentes das máquinas;
- Reparar defeitos mecânicos dos equipamentos.

1.2. Carpinteiro/Montador de Móveis:

Requisitos: Experiência mínima de 06 (seis meses) no exercício da profissão, comprovado por anotação na carteira profissional, de certificado fornecido por instituição de ensino ou testes realizados pela contratada.

Atribuições:

- 1.2.1. Preparar o local de trabalho, ordenar o processo de produção, planejar o trabalho, interpretar projetos desenhos e especificações e esboçar os produtos conforme solicitação;
- 1.2.2. Confeccionar e restaurar produtos de madeira e derivados (produção em série ou sob medida), embalando, transportando e montando o produto no local da instalação;
- 1.2.3. Realizar serviços de montagem e manutenção de portas e esquadrias;
- 1.2.4. Realizar cortes em madeiras, confeccionar formas de madeira, confeccionar forro de laje (painéis), construir estruturas de madeira para telhado, construir andaimes e proteção de madeira;
- 1.2.5. Realizar serviços de montagem e desmontagem de divisórias do tipo naval e especial, incluindo portas, ferragens e instalação de isolamento acústico.
- 1.2.6. Realizar demais serviços na área de manutenção predial geral, que exijam habilidade no trato com ferramentas manuais (elétricas ou mecânicas), tais como:
 - 1.2.6.1. Fixação e retirada de elementos (suportes, prateleiras, barras, quadros, dentre outros);
 - 1.2.6.2. Efetuar adaptação ou manutenção desses elementos (corte, perfuração, colagem, reaperto, reencaixe, lubrificação);
 - 1.2.6.3. Efetuar manutenção de persianas e cortinas (retirada – para limpeza ou conserto – recolocação, fixação de peças soltas ou danificadas);
 - 1.2.6.4. Regulagem de molas hidráulicas de piso (portas de vidro temperado) ou aéreas;
 - 1.2.6.5. Realizar pequenos serviços de vidraçaria;
 - 1.2.6.6. Realizar serviços de remoção, instalação e conserto de fechaduras;
 - 1.2.6.7. Realizar montagem e desmontagem de móveis modulares;
- 1.2.7. Montar o produto no local da instalação em conformidade a normas e procedimentos técnicos e de segurança, qualidade, higiene e preservação ambiental;
- 1.2.8. Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e idêntico grau de complexidade.

1.3. Eletricista:

Requisitos: Experiência mínima de 06 (seis meses) no exercício da profissão, comprovado por anotação na carteira profissional, ou de certificado fornecido por instituição de ensino.

Atribuições:

- 1.3.1. Planejar serviços de manutenção e instalação eletroeletrônica: interpretar ordens de serviço, auxiliar na elaboração de orçamentos, especificar materiais e componentes eletroeletrônicos, verificar condições físicas do local de trabalho.
- 1.3.2. Realizar manutenções preventiva e corretiva de instalações elétricas prediais, equipamentos, comandos e controles eletroeletrônicos, tais como:
 - Obedecer a normas técnicas;
 - Listar equipamentos (máquinas, instrumentos, etc.);
 - Listar itens de verificação dos sistemas eletroeletrônicos;
 - Inspecionar sensitivamente máquinas e equipamentos;
 - Avaliar as necessidades de manutenção;
 - Diagnosticar defeitos eletroeletrônicos;
 - Reparar equipamentos eletroeletrônicos;
 - Substituir componentes e dispositivos elétricos;
 - Monitorar equipamentos eletroeletrônicos;
 - Ajustar componentes e dispositivos elétricos;
 - Lubrificar componentes eletroeletrônicos;
 - Testar o funcionamento dos componentes e equipamentos;
 - Limpar máquinas, equipamentos e local de trabalho.
- 1.3.3. Instalar sistemas e componentes eletroeletrônicos, tais como:
 - Interpretar esquemas elétricos;
 - Corrigir esquemas elétricos;
 - Instalar calhas, suportes, eletrodutos, canaletas e sistemas estruturados de suportação e proteção mecânica;
 - Confeccionar chicotes e cablagens elétricos;
 - Fixar manualmente chicotes, cablagens, condutores, equipamentos e acessórios;
 - Conectar cabos aos equipamentos e acessórios;
 - Liberar máquinas, equipamentos e sistemas para testes de funcionamento.
- 1.3.4. Executar as alterações nos sistemas, conforme projetos ou especificações autorizadas;
- 1.3.5. Interpretar desenhos e diagramas elétricos;
- 1.3.6. Executar medições de grandezas elétricas;
 - Verificar tensões dos sistemas;
 - Verificar resistências dos componentes eletroeletrônicos;
 - Medir correntes dos circuitos;
 - Medir fator de potência;
 - Verificar aterramento e isolamento;
- 1.3.7. Diagnosticar anomalias nos equipamentos elétricos e sistemas elétricos prediais, tomando as medidas necessárias;
- 1.3.8. Efetuar a manutenção preventiva e corretiva nos quadros de distribuição parciais e terminais, substituindo componentes e executando reapertos que se façam necessários.

- 1.3.9. Instalar quadros de distribuição, calhas, caixas de fusíveis, disjuntores, lâmpadas, reatores, luminárias, tomadas, interruptores, e demais partes estruturais da rede elétrica, utilizando ferramentas e equipamentos adequados;
- 1.3.10. Subsidiar a preparação de atualização das plantas (como construído: “as built”) e relatórios;
- 1.3.11. Desempenhar outras atividades inerentes à função.

1.4. Encanador:

Requisitos: Experiência mínima de 06 (seis meses) no exercício da profissão, comprovado por anotação na carteira profissional, de certificado fornecido por instituição de ensino ou testes realizados pela contratada.

Atribuições:

- 1.4.1. Operacionalizar projeto de instalações de tubulações, tais como:
 - Estudar o trabalho a ser executado, analisando desenhos e/ou esquemas, especificações e outras informações, para programar o roteiro de operações;
 - Definir traçados das tubulações;
 - Identificar pressão do fluído;
 - Dimensionar tubulações;
 - Especificar materiais;
 - Quantificar materiais;
 - Separar materiais conforme medidas e tipos;
 - Conferir validade dos materiais;
 - Inspeccionar materiais visualmente
- 1.4.2. Preparar local para instalação: Inspeccionar local; marcar local definido para instalação; Isolar local de trabalho; Abrir paredes, lajes, pisos ou valas; Acondicionar materiais no local de instalação; Fixar suportes; Marcar os pontos de colocação das tubulações, uniões e furos nas paredes, lajes e pisos, utilizando instrumentos de marcação, para orientar a instalação do sistema projetado;
- 1.4.3. Montar e instalar registros e outros acessórios da tubulação, trechos de tubos (metálicos e não-metálicos), fazendo as conexões necessárias com os aparelhos, para completar a instalação do sistema;
- 1.4.4. Realizar teste de alta pressão (estanqueidade), tais como:
 - Vedar saídas das tubulações;
 - Instalar manômetros na rede;
 - Pressurizar a rede;
 - Determinar tempo de duração do teste conforme NBR;
 - Monitorar teste no manômetro e na rede;
 - Corrigir falhas na vedação;
 - Refazer teste;
 - Liberar rede para uso.
- 1.4.5. Realizar testes operacionais, tais como:
 - Regular pressão nas tubulações;
 - Testar pressão da água que vem da concessionária;

- Drenar tubulações;
- Testar equipamentos operacionais;

1.4.6. Realizar manutenção de equipamentos e acessórios, tais como:

- Identificar falhas ou defeitos;
- Analisar causa das falhas ou defeitos;
- Desativar sistemas de distribuição;
- Identificar materiais, equipamentos e instrumentos utilizados na solução das falhas ou defeitos;
- Substituir acessórios e equipamentos defeituosos ou fora do prazo de validade;
- Testar reparos dos acessórios ou equipamentos;
- Reativar sistemas de distribuição.

1.4.7. Testar as tubulações, utilizando ar comprimido ou água sobre pressão e observando manômetros, para assegurar-se da vedação de todo o sistema e repará-lo caso seja localizado vazamento;

1.4.8. Executar a manutenção preventiva e corretiva das instalações, substituindo ou reparando partes componentes, como tubos, válvulas, conexões, aparelhos, revestimentos isolantes e outros, para mantê-las em boas condições de funcionamento;

1.4.9. Elaborar estudos para dimensionamento de redes, instalação e manutenção de equipamentos e para melhoramento da qualidade dos serviços contratados;

1.4.10. Subsidiar a preparação de atualização das plantas (como construído: “as built”) e relatórios;

1.4.11. Desempenhar outras atividades inerentes à função.

O funcionário deverá ter conhecimentos técnicos de instalação e manutenção de sistemas, subsistemas e equipamentos hidrossanitários predial – de água fria, de água quente, de esgotos, de águas pluviais e hidráulica.

1.5. Pedreiro:

Requisitos: Experiência mínima de 06 (seis meses) no exercício da profissão, comprovado por anotação na carteira profissional, de certificado fornecido por instituição de ensino ou testes realizados pela contratada.

Atribuições:

1.5.1. Executar trabalhos de alvenaria, concreto e outros materiais de construção civil, guiando-se por desenhos, esquemas e especificações e, utilizando processos e instrumentos pertinentes ao ofício, para construir, reformar, ou reparar prédios e obras similares.

1.5.2. Organizar e preparar o local de trabalho para execução dos serviços;

1.5.3. Construir e/ou reparar fundações e estruturas de alvenaria;

1.5.4. Aplicar revestimentos, pisos e contrapisos;

1.5.5. Assentar esquadrias em geral.

1.5.6. Reparo de telhados, incluindo calhas, rufos e etc.

1.5.7. Eventualmente realiza trabalho em altura.

1.6. Pintor:

Requisitos: Experiência mínima de 06 (seis meses) no exercício da profissão, comprovado por anotação na carteira profissional, de certificado fornecido por instituição de ensino ou testes realizados pela contratada.

Atribuições:

- 1.6.1. Pintar as superfícies externas e internas de edifícios e outras obras civis;
- 1.6.2. Lixar, aplicar massa corrida e pintar com uma ou várias camadas de tinta; revestir tetos, paredes e outras partes de edificações com papel e materiais plásticos;
- 1.6.3. Preparar material para acabamento de obras;
- 1.6.4. Corrigir superfícies para acabamento de obras;
- 1.6.5. Preparar as superfícies para acabamento;
- 1.6.6. Combinar materiais e pigmentos entre outras atividades;
- 1.6.7. Aplicar tinta ou revestimento;
- 1.6.8. Calcular quantidades de materiais para pintura, retocar superfícies pintadas, realizar limpeza e organização das ferramentas utilizadas nas pinturas. Eventualmente realiza trabalho em altura.

1.7. Encarregado Geral:

Requisitos: Ensino médio completo, curso Técnico em Edificações, cursos básicos (40 horas) e complementar (40 horas) em NR10, com registro regular junto ao CREA-PR, e experiência mínima de 01 (um) ano na função de encarregado de manutenção em instalações prediais, comprovada em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

Atribuições:

- 1.7.1. Executar tarefas de caráter técnico, relativos ao planejamento, avaliação e controle da manutenção das instalações prediais;
- 1.7.2. Supervisionar, comandar e fiscalizar os serviços de manutenção elétrica e hidráulica; manutenção de carpintaria e marcenaria, troca de peças e reparo de pisos e assoalhos, conservação de alvenaria e fachadas, recuperação de pinturas, impermeabilização de superfícies, montagem de equipamentos de trabalho e segurança, inspecionando o local, manutenção predial, seguindo as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente, manutenção de telefonia, rede e telecomunicações;
- 1.7.3. Interpretar a documentação técnica dos serviços (plantas, planilhas, orçamentos e cálculos gerais);
- 1.7.4. Orientar as atividades de execução das tarefas, solucionando problemas, prestando esclarecimentos e tomando outras medidas para assegurar a observância dos padrões técnicos estabelecidos;
- 1.7.5. Examinar as instalações, máquinas, equipamentos e instrumentos técnicos diversos em funcionamento, utilizando amperímetros, voltímetros e outros

- instrumentos de precisão, ou operando-os experimentalmente, para assegurar-se de que se ajustam as condições e normas técnicas e de segurança;
- 1.7.6. Organizar e supervisionar as atividades de manutenção preventiva e corretiva, distribuindo, coordenando e acompanhando as tarefas dos trabalhadores, para assegurar o desenvolvimento regular e eficiente dos serviços;
 - 1.7.7. Distribuir as tarefas de manutenção aos trabalhadores, baseando-se nas especificações dos programas e na especialização de cada um, para obter o máximo de rendimento;
 - 1.7.8. Esclarecer aos trabalhadores, as normas e instruções de segurança ou de outra natureza, efetuando reuniões, ministrando eventuais treinamentos ou empregando outros meios de informações, para assegurar o cumprimento dos regulamentos e das condições de segurança e higiene do trabalho;
 - 1.7.9. Orientar os trabalhos de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, detectando defeitos, consertando ou substituindo componentes, realizando regulagens necessárias e aplicando testes funcionais, para evitar desgastes prematuros dos equipamentos e assegurar à maquinaria as condições de pleno funcionamento;
 - 1.7.10. Requisitar componentes, equipamentos, instrumentos e materiais e outras peças de reposição, preenchendo formulários e encaminhando-os ao escritório da CONTRATADA, para atender as necessidades do trabalho;
 - 1.7.11. Operar softwares de edição de texto, planilhas eletrônicas, correio eletrônico e demais programas de apoio às tarefas de manutenção;
 - 1.7.12. Elaborar e/ou supervisionar a elaboração de orçamentos de serviços, com base nas normas aplicáveis;
 - 1.7.13. Realizar e/ou supervisionar a realização de medições e a consolidação de quantitativos de materiais e serviços, estando apto a realizar conversões entre as diferentes unidades de peso e medida.
 - 1.7.14. Supervisionar o trabalho das equipes de manutenção, certificando-se do cumprimento do horário de trabalho e do emprego correto dos uniformes, equipamentos e ferramentas, sobretudo dos EPIs – equipamentos de proteção individual;
 - 1.7.15. Elaborar orçamento, tomando como base a TABELA SINAPI, entre outras estabelecidas no termo de referência;
 - 1.7.16. Cuidar da disciplina;
 - 1.7.17. Estar em contato permanente com a FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE;
 - 1.7.18. Desempenhar outras atividades inerentes à função.

2. FORNECIMENTO DE UNIFORMES:

- 2.1. Deverão ser fornecidos aos empregados pela CONTRATADA, desde o início dos serviços, uniformes NOVOS, em quantidades e características mínimas que serão descritas em Apêndice. Os custos dos uniformes estão sendo remunerados nos custos e formação de preços da mão de obra, conforme APÊNDICE IV.

3. FORNECIMENTO DE EPIs:

3.1. Deverão ser fornecidos aos empregados pela CONTRATADA, desde o início dos serviços, Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, em quantidades e características mínimas que serão descritas em APÊNDICE do Termo de Referência. Os custos dos EPIs estão sendo remunerados nos custos e formação de preços da mão de obra, conforme APÊNDICE IV.

4. FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS BÁSICOS

4.1. Deverão ser fornecidos aos empregados pela CONTRATADA, quaisquer ferramentas e equipamentos básicos que se façam necessários à execução dos serviços, conforme características das atividades e atribuições pertinente a cada posto de trabalho. Os custos das ferramentas e equipamentos estão sendo remunerados nos custos e formação de preços da mão de obra, conforme APÊNDICE IV.

**APÊNDICE IV – COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DA MÃO
DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS (POSTOS DE
SERVIÇOS)**

Observação: Todas as composições foram levantadas com base na SINAPI (Data Base 01/2023 – PR – Desonerada). Caso necessário saber o que compõe os Exames, Kit de Ferramentas, Kit de EPIs, Encargos Complementares Considerados, Custo de Uniformes considerados e etc., registra-se que todas essas informações estão presentes do Caderno de Cálculos e Parâmetros 2ª Edição da SINAPI.

COMPOSIÇÃO 101452 – SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTAR					
(Data Base 07/2023 – PR – Desonerado)					
Código	Descrição Básica	Unidade	Coeficiente	Custo Unitário	Total
41084	Servente de obras	MÊS	1	2573,04	2573,04
40861	Alimentação - mensalista (coletado caixa)	MÊS	1	714,35	714,35
40862	Transporte - mensalista (coletado caixa)	MÊS	1	162,47	162,47
40863	Exames - mensalista (coletado caixa)	MÊS	1	215,56	215,56
40864	Seguro -mensalista (coletado caixa)	MÊS	1	12,89	12,89
43479	Ferramentas - família servente - mensalista (encargos complementares - coletado caixa)	MÊS	1	110,64	110,64

43503	EPI - família servente - mensalista (encargos complementares - coletado	MÊS	1	235,50	235,50
101364	Curso de capacitação para servente (encargos complementares) - mensalista	MÊS	1	43,09	43,09
TOTAL (R\$/MÊS)					4067,54

COMPOSIÇÃO 101396 – CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTAR					
(Data Base 07/2023 – PR – Desonerado)					
Código	Descrição Básica	Unidade	Coeficiente	Custo Unitário	Total
40915	Carpinteiro de esquadrias	MÊS	1	3430,91	3430,91
40861	Alimentação - mensalista (coletado caixa)	MÊS	1	714,35	714,35
40862	Transporte - mensalista (coletado caixa)	MÊS	1	162,47	162,47
40863	Exames - mensalista (coletado caixa)	MÊS	1	215,56	215,56
40864	Seguro - mensalista (coletado caixa)	MÊS	1	12,89	12,89



43471	Ferramentas - família carpinteiro de formas - mensalista (encargos complementares - coletado caixa)	MÊS	1	92,90	92,90
43495	EPI - família carpinteiro de formas - mensalista (encargos complementares - coletado caixa)	MÊS	1	253,46	253,46
101310	Curso de capacitação para carpinteiro de esquadria (encargos complementares) - mensalista	MÊS	1	40,00	40,00
TOTAL (R\$/MÊS)					4922,54

COMPOSIÇÃO 101399 – ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTAR					
(Data Base 07/2023 – PR – Desonerado)					
Código	Descrição Básica	Unidade	Coeficiente	Custo Unitário	Total
40918	Eletricista	MÊS	1	3643,51	3643,51
40861	Alimentação - mensalista (coletado caixa)	MÊS	1	714,35	714,35



40862	Transporte - mensalista (coletado caixa)	MÊS	1	162,47	162,47
40863	Exames - mensalista (coletado caixa)	MÊS	1	215,56	215,56
40864	Seguro - mensalista (coletado caixa)	MÊS	1	12,89	12,89
43472	Ferramentas - família eletricista - mensalista (encargos complementares - coletado caixa)	MÊS	1	161,79	161,79
43496	EPI - família eletricista - mensalista (encargos complementares - coletado caixa)	MÊS	1	214,40	214,40
101313	Curso de capacitação para eletricista (encargos complementares) - mensalista	MÊS	1	107,37	107,37
TOTAL (R\$/MÊS)					5232,34

COMPOSIÇÃO 101402 – ENCANADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTAR

(Data Base 07/2023 – PR – Desonerado)

Código	Descrição Básica	Unidade	Coeficiente	Custo Unitário	Total
--------	------------------	---------	-------------	----------------	-------



40928	Encanador ou bombeiro hidráulico	MÊS	1	3643,51	3643,51
40861	Alimentação - mensalista (coletado caixa)	MÊS	1	714,35	714,35
40862	Transporte - mensalista (coletado caixa)	MÊS	1	162,47	162,47
40863	Exames - mensalista (coletado caixa)	MÊS	1	215,56	215,56
40864	Seguro - mensalista (coletado caixa)	MÊS	1	12,89	12,89
43473	Ferramentas - família encanador - mensalista (encargos complementares - coletado caixa)	MÊS	1	60,76	60,76
43497	EPI - família encanador - mensalista (encargos complementares - coletado caixa)	MÊS	1	189,52	189,52



101316	Curso de capacitação para encanador ou bombeiro hidráulico (encargos complementares) - mensalista	MÊS	1	51,73	51,73
TOTAL (R\$/MÊS)					5050,79

COMPOSIÇÃO 101445 – PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTAR					
(Data Base 07/2023 – PR – Desonerado)					
Código	Descrição Básica	Unidade	Coeficiente	Custo Unitário	Total
41065	Pedreiro	MÊS	1	3643,51	3643,51
40861	Alimentação - mensalista (coletado caixa)	MÊS	1	714,35	714,35
40862	Transporte - mensalista (coletado caixa)	MÊS	1	162,47	162,47
40863	Exames - mensalista (coletado caixa)	MÊS	1	215,56	215,56
40864	Seguro - mensalista (coletado caixa)	MÊS	1	12,89	12,89
43477	Ferramentas - família pedreiro - mensalista (encargos complementares - coletado caixa)	MÊS	1	158,88	158,88



43501	EPI - família pedreiro - mensalista (encargos complementares - coletado caixa)	MÊS	1	220,75	220,75
101357	Curso de capacitação para pedreiro (encargos complementares) – mensalista	MÊS	1	61,02	61,02
TOTAL (R\$/MÊS)					5189,43

COMPOSIÇÃO 101446 – PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTAR					
(Data Base 07/2023 – PR – Desonerado)					
Código	Descrição Básica	Unidade	Coeficiente	Custo Unitário	Total
41079	Pintor	MÊS	1	3643,51	3643,51
40861	Alimentação - mensalista (coletado caixa)	MÊS	1	714,35	714,35
40862	Transporte - mensalista (coletado caixa)	MÊS	1	162,47	162,47
40863	Exames - mensalista (coletado caixa)	MÊS	1	215,56	215,56
40864	Seguro - mensalista (coletado caixa)	MÊS	1	12,89	12,89



43478	Ferramentas - família pintor - mensalista (encargos complementares - coletado caixa)	MÊS	1	315,88	315,88
43502	EPI - família pintor - mensalista (encargos complementares - coletado caixa)	MÊS	1	316,25	316,25
101358	Curso de capacitação para pintor (encargos complementares) - mensalista	MÊS	1	42,48	42,48
TOTAL (R\$/MÊS)					5423,39

COMPOSIÇÃO 93572 – ENCARREGADO/MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTAR (Data Base 07/2023 – PR – Desonerado)*

Código	Descrição Básica	Unidade	Coeficiente	Custo Unitário	Total
40818	Encarregado geral de obras	MÊS	1	5191,92	5191,92
40861*	Alimentação - mensalista (coletado caixa)	MÊS	1	714,35	714,35

40862*	Transporte - mensalista (coletado caixa)	MÊS	1	162,47	162,47
40863	Exames - mensalista (coletado caixa)	MÊS	1	215,56	215,56
40864	Seguro - mensalista (coletado caixa)	MÊS	1	12,89	12,89
43475	Ferramentas - família encarregado geral - mensalista (encargos complementares - coletado caixa)	MÊS	1	21,49	21,49
43499	EPI - família encarregado geral - mensalista (encargos complementares - coletado caixa)	MÊS	1	221,51	221,51
95422	Curso de capacitação para encarregado geral (encargos complementares) - mensalista	MÊS	1	86,96	86,96
TOTAL (R\$/MÊS)					6627,15

*Para este profissional, por não haver padronização entre Convenções Coletivas, a SINAPI não inclui custos de Alimentação e Transporte. Para a DPE/PR, consideramos os mesmos custos que os dos outros profissionais. (Fonte: Caderno de Cálculos e Parâmetros SINAPI 2ª Edição)



Previsão de Custo Postos de Trabalho									
Item	Posto de Trabalho	Turno	Carga horária semanal (H)	Quantidade Máx. de empregados por posto (09 postos)	Custo por posto de trabalho/mês	Total por posto de trabalho *	Custo Total/mês	Custo Total p/ 12 meses do contrato (sem BDI)	Custo Total p/ 12 meses do contrato (com BDI)**
1	Servente	Diurno	44	1	R\$ 4.067,54	R\$ 4.067,54	R\$ 46.796,31	R\$ 561.555,72	R\$ 723.396,08
2	Carpinteiro	Diurno	44	1	R\$ 4.922,54	R\$ 4.922,54			
3	Eletricista	Diurno	44	2	R\$ 5.232,34	R\$ 10.464,68			
4	Encanador	Diurno	44	2	R\$ 5.050,79	R\$ 10.101,58			
5	Pedreiro	Diurno	44	1	R\$ 5.189,43	R\$ 5.189,43			
6	Pintor	Diurno	44	1	R\$ 5.423,39	R\$ 5.423,39			
7	Mestre de obras/Encarregado	Diurno	44	1	R\$ 6.627,15	R\$ 6.627,15			
BDI	28,82								

* Considerando-se 5 semanas por mês.

**Explicação do BDI no Apêndice VI.



APÊNDICE V – PLANILHA DE ORÇAMENTO ESTIMATIVO/BASE

Observação: Nos itens em que constam referências de marcas, informa-se que o mesmo tem intuito apenas de referenciar a qualidade do item. (Data-Base 07/2023)

INSUMOS MANUTENÇÃO PREDIAL								
IT E M	CÓD IGO	BA NC O	DESCRIÇÃO INSUMO	UNI D	QUANT IDADE	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
1	1	PM	Abraçadeira em PVC rígido para tubo soldável, água fria, 20mm, marca Tigre, Amanco ou similar	UN	10	R\$ 9,41	R\$ 11,36	R\$ 113,63
2	2	PM	Abraçadeira em PVC rígido para tubo soldável, água fria, 25mm, marca Tigre, Amanco ou similar	UN	10	R\$ 16,87	R\$ 20,36	R\$ 203,64
3	3	PM	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1" E PARAFUSO DE FIXACAO	UN	10	R\$ 5,38	R\$ 6,49	R\$ 64,93
4	4	PM	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1/2" E PARAFUSO DE FIXACAO	UN	10	R\$ 11,79	R\$ 14,23	R\$ 142,28
5	5	PM	Abraçadeira tipo lacre “enforca-gato” em nylon cor branca, com proteção UV, 100 x 2,5 mm (comprimento x largura), tensão de ruptura aproximada 8 kgf, (100 unid)	Pcte	2	R\$ 9,93	R\$ 11,99	R\$ 23,98
6	6	PM	Abraçadeira tipo lacre “enforca-gato” em nylon cor branca, com proteção UV, 140 x 3,6 mm (comprimento x largura), tensão de ruptura aproximada 18 kgf, (100 unid)	Pcte	2	R\$ 16,69	R\$ 20,14	R\$ 40,29
7	7	PM	Abraçadeira tipo lacre “enforca-gato” em nylon cor branca, com proteção UV, 190 x 4,8 mm (comprimento x largura), tensão de	Pcte	2	R\$ 17,83	R\$ 21,52	R\$ 43,04



			ruptura aproximada 22 kgf (100 unid)					
8	8	PM	Abraçadeira tipo lacre “enforca-gato” em nylon cor branca, com proteção UV, 200 x 3,6 mm (comprimento x largura), tensão de ruptura aproximada 18 kgf, marca Zenith, Vonder ou similar. (100 unid)	Pcte	2	R\$ 16,05	R\$ 19,38	R\$ 38,76
9	9	PM	Abraçadeira tipo lacre “enforca-gato” em nylon cor branca, com proteção UV, 300 x 4,8 mm (comprimento x largura), tensão de ruptura aproximada 22 kgf, marca Zenith, Vonder ou similar. (50 unid)	Pcte	2	R\$ 16,30	R\$ 19,68	R\$ 39,35
10	10	PM	Abraçadeira tipo lacre “enforca-gato” em nylon cor branca, com proteção UV, 370 x 7,6 mm (comprimento x largura), tensão de ruptura aproximada 54 kgf, marca Zenith, Vonder ou similar. (50 unid)	Pcte	1	R\$ 44,82	R\$ 54,11	R\$ 54,11
11	11	PM	Acabamento para válvula de descarga clássica branca (Docol, Hydra ou similar)	UN	20	R\$ 36,17	R\$ 43,67	R\$ 873,36
12	12	PM	Acabamento para válvula de descarga clássica cromada (Docol, Hydra ou similar)	UN	10	R\$ 116,07	R\$ 140,12	R\$ 1.401,16
13	13	PM	Acabamento para válvula de descarga banheiro PNE cromada (Docol, Hydra ou similar)	UN	3	R\$ 667,93	R\$ 806,33	R\$ 2.418,98
14	14	PM	ACIDO MURIATICO, DILUICAO 10% A 12% PARA USO EM LIMPEZA	UN	5	R\$ 11,92	R\$ 14,39	R\$ 71,94
15	103	SIN API	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 110 MM X 4", PARA AGUA FRIA	UN	10	R\$ 46,66	R\$ 56,33	R\$ 563,28
16	107	SIN API	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO	UN	10	R\$ 0,88	R\$ 1,06	R\$ 10,62



			COM BOLSA E ROSCA, 20 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA					
17	65	SIN API	ADAPTADOR PVC SOLDABEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA	UN	10	R\$ 0,96	R\$ 1,16	R\$ 11,59
18	108	SIN API	ADAPTADOR PVC SOLDABEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 32 MM X 1", PARA AGUA FRIA	UN	10	R\$ 1,93	R\$ 2,33	R\$ 23,30
19	110	SIN API	ADAPTADOR PVC SOLDABEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 40 MM X 1 1/2", PARA AGUA FRIA	UN	10	R\$ 6,71	R\$ 8,10	R\$ 81,00
20	109	SIN API	ADAPTADOR PVC SOLDABEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 40 MM X 1 1/4", PARA AGUA FRIA	UN	10	R\$ 4,00	R\$ 4,83	R\$ 48,29
21	111	SIN API	ADAPTADOR PVC SOLDABEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 50 MM X 1 1/4", PARA AGUA FRIA	UN	10	R\$ 9,08	R\$ 10,96	R\$ 109,61
22	112	SIN API	ADAPTADOR PVC SOLDABEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 50 MM X 1 1/2", PARA AGUA FRIA	UN	10	R\$ 4,81	R\$ 5,81	R\$ 58,07
23	113	SIN API	ADAPTADOR PVC SOLDABEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 60 MM X 2", PARA AGUA FRIA	UN	10	R\$ 12,05	R\$ 14,55	R\$ 145,47
24	104	SIN API	ADAPTADOR PVC SOLDABEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 75 MM X 2 1/2", PARA AGUA FRIA	UN	10	R\$ 20,97	R\$ 25,31	R\$ 253,15
25	102	SIN API	ADAPTADOR PVC SOLDABEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 85 MM X 3", PARA AGUA FRIA	UN	10	R\$ 28,91	R\$ 34,90	R\$ 349,00
26	15	PM	Adaptador em PVC rígido, soldável, esgoto, para sifão metálico, junta elástica, 1 1/2" x	UN	10	R\$ 3,96	R\$ 4,78	R\$ 47,84



			40mm, marca Tigre, Amanco ou similar					
27	119	SIN API	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, BISNAGA COM 75 GR	UN	15	R\$ 9,90	R\$ 11,95	R\$ 179,27
28	20080	SIN API	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM 175 GR	UN	5	R\$ 24,86	R\$ 30,01	R\$ 150,05
29	122	SIN API	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM 850 GR	UN	5	R\$ 76,17	R\$ 91,95	R\$ 459,76
30	157	SIN API	ADESIVO ESTRUTURAL A BASE DE RESINA EPOXI PARA INJEÇÃO EM TRINCAS, BICOMPONENTE, BAIXA VISCOSIDADE	KG	4	R\$ 145,50	R\$ 175,65	R\$ 702,59
31	131	SIN API	ADESIVO ESTRUTURAL A BASE DE RESINA EPOXI, BICOMPONENTE, PASTOSO (TIXOTROPICO)	KG	4	R\$ 44,30	R\$ 53,48	R\$ 213,92
32	156	SIN API	ADESIVO ESTRUTURAL A BASE DE RESINA EPOXI, BICOMPONENTE, FLUIDO	KG	4	R\$ 51,80	R\$ 62,53	R\$ 250,13
33	7334	SIN API	ADITIVO ADESIVO LIQUIDO PARA ARGAMASSAS DE REVESTIMENTOS CIMENTICIOS	L	50	R\$ 15,18	R\$ 18,33	R\$ 916,26
34	38123	SIN API	SELANTE TIPO VEDA CALHA PARA METAL E FIBROCIMENTO	KG	20	R\$ 63,91	R\$ 77,15	R\$ 1.543,04
35	16	PM	ALONGADOR/PROLONGADOR EXTENSÃO TORNEIRA 1/2 CROMADO PEQUENO (aprox. 4cm)	UN	15	R\$ 18,43	R\$ 22,25	R\$ 333,69
36	299	SIN API	ANEL BORRACHA DN 100 MM, PARA TUBO SERIE REFORCADA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 3,20	R\$ 3,86	R\$ 38,63
37	298	SIN API	ANEL BORRACHA DN 75 MM, PARA TUBO SERIE REFORCADA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 2,46	R\$ 2,97	R\$ 29,70
38	296	SIN API	ANEL BORRACHA PARA TUBO ESGOTO PREDIAL DN 50 MM (NBR 5688)	UN	10	R\$ 1,54	R\$ 1,86	R\$ 18,59



39	297	SIN API	ANEL BORRACHA PARA TUBO ESGOTO PREDIAL DN 75 MM (NBR 5688)	UN	10	R\$ 2,26	R\$ 2,73	R\$ 27,28
40	301	SIN API	ANEL BORRACHA PARA TUBO ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM (NBR 5688)	UN	10	R\$ 2,73	R\$ 3,30	R\$ 32,96
41	300	SIN API	ANEL BORRACHA, DN 150 MM, PARA TUBO SERIE REFORCADA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 11,08	R\$ 13,38	R\$ 133,76
42	2008 5	SIN API	ANEL BORRACHA, DN 50 MM, PARA TUBO SERIE REFORCADA ESGOTO PREDIAL	UN	20	R\$ 2,02	R\$ 2,44	R\$ 48,77
43	328	SIN API	ANEL BORRACHA, PARA TUBO/CONEXAO PVC PBA, DN 100 MM, PARA REDE AGUA	UN	20	R\$ 7,23	R\$ 8,73	R\$ 174,56
44	325	SIN API	ANEL BORRACHA, PARA TUBO/CONEXAO PVC PBA, DN 50 MM, PARA REDE AGUA	UN	20	R\$ 2,13	R\$ 2,57	R\$ 51,43
45	2032 6	SIN API	ANEL BORRACHA, PARA TUBO/CONEXAO PVC PBA, DN 60 MM, PARA REDE AGUA	UN	20	R\$ 3,90	R\$ 4,71	R\$ 94,16
46	329	SIN API	ANEL BORRACHA, PARA TUBO/CONEXAO PVC PBA, DN 75 MM, PARA REDE AGUA	UN	20	R\$ 6,05	R\$ 7,30	R\$ 146,07
47	6138	SIN API	ANEL DE VEDACAO, PVC FLEXIVEL, 100 MM, PARA SAIDA DE BACIA / VASO SANITARIO	un	50	R\$ 11,29	R\$ 13,63	R\$ 681,46
48	4313 0	SIN API	ARAME GALVANIZADO 12 BWG, D = 2,76 MM (0,048 KG/M) OU 14 BWG, D = 2,11 MM (0,026 KG/M)	KG	5	R\$ 26,23	R\$ 31,66	R\$ 158,32
49	344	SIN API	ARAME GALVANIZADO 16 BWG, D = 1,65MM (0,0166 KG/M)	KG	5	R\$ 34,48	R\$ 41,62	R\$ 208,12
50	345	SIN API	ARAME GALVANIZADO 18 BWG, D = 1,24MM (0,009 KG/M)	KG	5	R\$ 37,41	R\$ 45,16	R\$ 225,81
51	4313 2	SIN API	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,60 MM	KG	5	R\$ 26,23	R\$ 31,66	R\$ 158,32



			(0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M)					
52	366	SIN API	AREIA FINA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	30	R\$ 115,00	R\$ 138,83	R\$ 4.164,84
53	370	SIN API	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	30	R\$ 115,00	R\$ 138,83	R\$ 4.164,84
54	1381	SIN API	ARGAMASSA COLANTE AC I PARA CERAMICAS	KG	100	R\$ 0,69	R\$ 0,83	R\$ 83,30
55	3435 3	SIN API	ARGAMASSA COLANTE AC-II	KG	100	R\$ 1,28	R\$ 1,55	R\$ 154,52
56	3759 5	SIN API	ARGAMASSA COLANTE TIPO ACIII	KG	100	R\$ 2,12	R\$ 2,56	R\$ 255,93
57	3759 6	SIN API	ARGAMASSA COLANTE TIPO ACIII E	KG	100	R\$ 2,43	R\$ 2,93	R\$ 293,35
58	130	SIN API	ARGAMASSA POLIMERICA DE REPARO ESTRUTURAL, BICOMPONENTE	KG	100	R\$ 3,98	R\$ 4,80	R\$ 480,47
59	3688 6	SIN API	ARGAMASSA PRONTA PARA CONTRAPISO	KG	500	R\$ 0,71	R\$ 0,86	R\$ 428,56
60	3435 5	SIN API	ARGAMASSA PISO SOBRE PISO	KG	100	R\$ 1,98	R\$ 2,39	R\$ 239,03
61	371	SIN API	ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA MULTIUSO, PARA REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO E ASSENTAMENTO DE BLOCOS DIVERSOS	KG	100	R\$ 0,75	R\$ 0,91	R\$ 90,54
62	3755 3	SIN API	ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA PARA CHAPISCO COLANTE	KG	50	R\$ 1,41	R\$ 1,70	R\$ 85,11
63	377	SIN API	ASSENTO VASO SANITÁRIO DE PLÁSTICO, TIPO CONVENCIONAL	UN	30	R\$ 38,90	R\$ 46,96	R\$ 1.408,80
64	379	SIN API	ARRUELA QUADRADA EM ACO GALVANIZADO, DIMENSAO = 38 MM, ESPESSURA = 3MM, DIAMETRO DO FURO= 18 MM	UN	50	R\$ 1,57	R\$ 1,90	R\$ 94,77



65	7588	SIN API	AUTOMATICO DE BOIA SUPERIOR / INFERIOR, *15* A / 250 V	UN	25	R\$ 39,90	R\$ 48,17	R\$ 1.204,18
66	1042 2	SIN API	BACIA SANITARIA (VASO) COM CAIXA ACOPLADA, DE LOUCA BRANCA	UN	5	R\$ 416,10	R\$ 502,32	R\$ 2.511,58
67	17	PM	Baguete em espuma, cor preta, diam. 3/8" para fixação de vidro em perfil de divisória.	M	30	R\$ 8,05	R\$ 9,71	R\$ 291,45
68	7270	SIN API	BLOCO CERAMICO (ALVENARIA DE VEDACAO), 4 FUROS, DE 9 X 9 X 19 CM	UN	500	R\$ 0,92	R\$ 1,11	R\$ 555,31
69	7271	SIN API	BLOCO CERAMICO (ALVENARIA DE VEDACAO), 8 FUROS, DE 9 X 19 X 19 CM	UN	500	R\$ 0,80	R\$ 0,97	R\$ 482,88
70	7268	SIN API	BLOCO CERAMICO (ALVENARIA DE VEDACAO), 8 FUROS, DE 9 X 19 X 29 CM	UN	500	R\$ 1,11	R\$ 1,34	R\$ 670,00
71	7267	SIN API	BLOCO CERAMICO (ALVENARIA VEDACAO), 6 FUROS, DE 9 X 14 X 19 CM	UN	500	R\$ 0,72	R\$ 0,87	R\$ 434,59
72	6140	SIN API	BOLSA DE LIGACAO EM PVC FLEXIVEL PARA VASO SANITARIO 1.1/2 " (40 MM)	UN	20	R\$ 4,06	R\$ 4,90	R\$ 98,02
73	828	SIN API	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDABEL, CURTA, COM 25 X 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 0,64	R\$ 0,77	R\$ 7,73
74	829	SIN API	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDABEL, CURTA, COM 32 X 25 MM, PARA AGUA FRIA	UN	10	R\$ 1,03	R\$ 1,24	R\$ 12,43
75	812	SIN API	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDABEL, CURTA, COM 40 X 32 MM, PARA AGUA FRIA	UN	10	R\$ 2,27	R\$ 2,74	R\$ 27,40
76	819	SIN API	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDABEL, CURTA, COM 50 X 40 MM, PARA AGUA FRIA	UN	10	R\$ 3,94	R\$ 4,76	R\$ 47,56
77	818	SIN API	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDABEL, CURTA, COM 60 X 50	UN	10	R\$ 7,35	R\$ 8,87	R\$ 88,73



			MM, PARA AGUA FRIA					
78	20086	SIN API	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, LONGA, 50 X 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 3,38	R\$ 4,08	R\$ 40,80
79	7568	SIN API	BUCHA DE NYLON SEM ABA S10, COM PARAFUSO DE 6,10 X 65 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	50	R\$ 0,73	R\$ 0,88	R\$ 44,06
80	7584	SIN API	BUCHA DE NYLON SEM ABA S12, COM PARAFUSO DE 5/16" X 80 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA E CABECA SEXTAVADA	UN	50	R\$ 1,12	R\$ 1,35	R\$ 67,60
81	11945	SIN API	BUCHA DE NYLON SEM ABA S4	UN	50	R\$ 0,07	R\$ 0,08	R\$ 4,23
82	11946	SIN API	BUCHA DE NYLON SEM ABA S5	UN	50	R\$ 0,08	R\$ 0,10	R\$ 4,83
83	11950	SIN API	BUCHA DE NYLON SEM ABA S6, COM PARAFUSO DE 4,20 X 40 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	50	R\$ 0,24	R\$ 0,29	R\$ 14,49
84	7583	SIN API	BUCHA DE NYLON SEM ABA S8, COM PARAFUSO DE 4,80 X 50 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	50	R\$ 0,50	R\$ 0,60	R\$ 30,18
85	4350	SIN API	BUCHA DE NYLON, DIAMETRO DO FURO 8 MM, COMPRIMENTO 40 MM, COM PARAFUSO DE ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA, FENDA SIMPLES, 4,8 X 50 MM	UN	50	R\$ 0,76	R\$ 0,92	R\$ 45,87
86	41954	SIN API	CABO DE ACO GALVANIZADO, DIAMETRO 9,53 MM (3/8"), COM ALMA DE FIBRA 6 X 25 F	KG	5	R\$ 82,98	R\$ 100,17	R\$ 500,87



87	1014	SIN API	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	M	300	R\$ 2,17	R\$ 2,62	R\$ 785,89
88	993	SIN API	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 1,5 MM2	M	300	R\$ 1,85	R\$ 2,23	R\$ 670,00
89	1020	SIN API	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 10 MM2	M	300	R\$ 9,43	R\$ 11,38	R\$ 3.415,17
90	995	SIN API	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 16 MM2	M	300	R\$ 15,01	R\$ 18,12	R\$ 5.436,02
91	1022	SIN API	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	M	300	R\$ 2,58	R\$ 3,11	R\$ 934,37
92	996	SIN API	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 25 MM2	M	300	R\$ 23,28	R\$ 28,10	R\$ 8.431,08



93	1021	SIN API	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 4 MM2	M	300	R\$ 3,95	R\$ 4,77	R\$ 1.430,53
94	1018	SIN API	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 50 MM2	M	300	R\$ 48,66	R\$ 58,74	R\$ 17.622,71
95	2020 9	SIN API	CAIBRO APARELHADO *7,5 X 7,5* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO	M	40	R\$ 33,47	R\$ 40,40	R\$ 1.616,20
96	2021 2	SIN API	CAIBRO APARELHADO *6 X 8* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO	M	40	R\$ 28,02	R\$ 33,83	R\$ 1.353,03
97	1872	SIN API	CAIXA DE PASSAGEM, EM PVC, DE 4" X 2", PARA ELETRODUTO FLEXIVEL CORRUGADO	UN	40	R\$ 3,50	R\$ 4,23	R\$ 169,01
98	1873	SIN API	CAIXA DE PASSAGEM, EM PVC, DE 4" X 4", PARA ELETRODUTO FLEXIVEL CORRUGADO	UN	40	R\$ 6,95	R\$ 8,39	R\$ 335,60
99	5103	SIN API	CAIXA SIFONADA PVC, 100 X 100 X 50 MM, COM GRELHA REDONDA BRANCA	UN	10	R\$ 23,46	R\$ 28,32	R\$ 283,21
100	1171 2	SIN API	CAIXA SIFONADA PVC, 150 X 150 X 50 MM, COM GRELHA QUADRADA BRANCA (NBR 5688)	UN	10	R\$ 43,90	R\$ 53,00	R\$ 529,96
101	1171 4	SIN API	CAIXA SIFONADA PVC, 150 X 185 X 75	UN	10	R\$ 67,23	R\$ 81,16	R\$ 811,60



			MM, COM GRELHA QUADRADA BRANCA					
102	11880	SIN API	CAIXA SIFONADA PVC, 250 X 230 X 75 MM, COM TAMPA E PORTA TAMPA QUADRADA BRANCA	UN	10	R\$ 98,68	R\$ 119,13	R\$ 1.191,26
103	18	PM	Canaleta para piso, com adesivo, 60x13x2000 mm, com divisória interna, produzida em plástico PVC rígido, na cor branca, marca Dexson, Alumbra ou similar	UN	50	R\$ 43,24	R\$ 52,20	R\$ 2.610,11
104	19	PM	Canaleta sistema X, 40x20x2000 mm, com divisória interna, produzida em plástico PVC na cor branca, marca Tramontina, Alumbra ou similar	UN	20	R\$ 35,65	R\$ 43,04	R\$ 860,82
105	20	PM	Canaleta sistema X, com adesivo, 20x10x2000 mm, com divisória interna, produzida em plástico PVC na cor branca, marca Tramontina, Alumbra ou similar	UN	20	R\$ 15,28	R\$ 18,45	R\$ 368,92
106	1197	SIN API	CAP PVC, ROSCAVEL, 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 1,89	R\$ 2,28	R\$ 22,82
107	1202	SIN API	CAP PVC, ROSCAVEL, 1", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 5,36	R\$ 6,47	R\$ 64,71
108	1198	SIN API	CAP PVC, ROSCAVEL, 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 2,48	R\$ 2,99	R\$ 29,94
109	1191	SIN API	CAP PVC, SOLDABEL, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 1,35	R\$ 1,63	R\$ 16,30
110	1185	SIN API	CAP PVC, SOLDABEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 1,35	R\$ 1,63	R\$ 16,30
111	1189	SIN API	CAP PVC, SOLDABEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 2,20	R\$ 2,66	R\$ 26,56
112	1193	SIN API	CAP PVC, SOLDABEL, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 4,24	R\$ 5,12	R\$ 51,19
113	1194	SIN API	CAP PVC, SOLDABEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 7,65	R\$ 9,24	R\$ 92,35
114	1200	SIN API	CAP PVC, SOLDABEL, DN 100 MM, SERIE	UN	10	R\$ 10,57	R\$ 12,76	R\$ 127,60



			NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL					
115	12909	SIN API	CAP PVC, SOLDAVEL, DN 50 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 4,90	R\$ 5,92	R\$ 59,15
116	12910	SIN API	CAP PVC, SOLDAVEL, DN 75 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 8,81	R\$ 10,64	R\$ 106,35
117	20089	SIN API	CAP PVC, SERIE R, DN 150 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS	UN	5	R\$ 68,92	R\$ 83,20	R\$ 416,00
118	1106	SIN API	CAL HIDRATADA CH-I PARA ARGAMASSAS	KG	40	R\$ 0,86	R\$ 1,04	R\$ 41,53
119	40782	SIN API	CALHA QUADRADA DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 24, CORTE 33 CM	M	100	R\$ 35,33	R\$ 42,65	R\$ 4.265,04
120	39416	SIN API	CHAPA DE GESSO ACARTONADO, RESISTENTE A UMIDADE (RU), COR VERDE, E = 12,5 MM, 1200 X 1800 MM (L X C)	M2	100	R\$ 26,72	R\$ 32,26	R\$ 3.225,64
121	39412	SIN API	CHAPA DE GESSO ACARTONADO, STANDARD (ST), COR BRANCA, E = 12,5 MM, 1200 X 1800 MM (L X C)	M2	100	R\$ 18,27	R\$ 22,06	R\$ 2.205,55
122	39413	SIN API	CHAPA DE GESSO ACARTONADO, STANDARD (ST), COR BRANCA, E = 12,5 MM, 1200 X 2400 MM (L X C)	M2	100	R\$ 19,75	R\$ 23,84	R\$ 2.384,22
123	11134	SIN API	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA NAVAL (COM COLA FENOLICA), E = 10 MM, DE *1,60 X 2,20* M	M2	100	R\$ 60,27	R\$ 72,76	R\$ 7.275,79
124	11136	SIN API	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA NAVAL (COM COLA FENOLICA), E = 15 MM, DE *1,60 X 2,20* M	M2	100	R\$ 74,51	R\$ 89,95	R\$ 8.994,85
125	1346	SIN API	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2,20 x 1,10 M, E = 10 MM	M2	50	R\$ 42,31	R\$ 51,08	R\$ 2.553,83



126	1379	SIN API	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	500	R\$ 0,69	R\$ 0,83	R\$ 416,48
127	1380	SIN API	CIMENTO BRANCO	KG	100	R\$ 4,61	R\$ 5,57	R\$ 556,52
128	4439 6	SIN API	COLA BRANCA BASE PVA	KG	5	R\$ 39,37	R\$ 47,53	R\$ 237,64
129	21	PM	COLA EPÓXI, SECAGEM 2HORAS, EMBALAGEM 250G (MARCA REF. DUREPOXI OU SIMILAR)	UN	10	R\$ 27,50	R\$ 33,20	R\$ 332,03
130	22	PM	COLA PARA PISO VINILICO	KG	10	R\$ 47,88	R\$ 57,80	R\$ 577,98
131	1339	SIN API	COLA A BASE DE RESINA SINTETICA PARA CHAPA DE LAMINADO MELAMINICO	KG	10	R\$ 62,30	R\$ 75,21	R\$ 752,09
132	6142	SIN API	CONJUNTO DE LIGACAO PARA BACIA SANITARIA AJUSTAVEL, EM PLASTICO BRANCO, COM TUBO, CANOPLA E ESPUDE	UN	20	R\$ 8,83	R\$ 10,66	R\$ 213,19
133	1168 6	SIN API	CONJUNTO DE LIGACAO PARA BACIA SANITARIA EM PLASTICO BRANCO COM TUBO, CANOPLA E ANEL DE EXPANSAO (TUBO 1.1/2 " X 20 CM)	UN	20	R\$ 12,26	R\$ 14,80	R\$ 296,01
134	23	PM	CONVERSOR PARA REGISTRO GAVETA E PRESSAO ABS BLUKIT	UN	10	R\$ 22,41	R\$ 27,05	R\$ 270,54
135	1966	SIN API	CURVA PVC CURTA 90 GRAUS, 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 25,52	R\$ 30,81	R\$ 308,08
136	1933	SIN API	CURVA PVC CURTA 90 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 5,50	R\$ 6,64	R\$ 66,40
137	1932	SIN API	CURVA PVC CURTA 90 G, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 12,59	R\$ 15,20	R\$ 151,99
138	1951	SIN API	CURVA PVC CURTA 90 GRAUS, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 26,25	R\$ 31,69	R\$ 316,89
139	1926	SIN API	CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDARELA, 20 MM, PARA AGUA	UN	10	R\$ 2,36	R\$ 2,85	R\$ 28,49



			FRIA PREDIAL (NBR 5648)					
140	1927	SIN API	CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDABEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	10	R\$ 2,64	R\$ 3,19	R\$ 31,87
141	1923	SIN API	CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDABEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	10	R\$ 4,82	R\$ 5,82	R\$ 58,19
142	1929	SIN API	CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDABEL, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	10	R\$ 5,85	R\$ 7,06	R\$ 70,62
143	1930	SIN API	CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDABEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	10	R\$ 10,00	R\$ 12,07	R\$ 120,72
144	1924	SIN API	CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDABEL, 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	10	R\$ 16,15	R\$ 19,50	R\$ 194,96
145	1955	SIN API	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDABEL, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	10	R\$ 2,28	R\$ 2,75	R\$ 27,52
146	1956	SIN API	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDABEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	10	R\$ 3,22	R\$ 3,89	R\$ 38,87
147	1957	SIN API	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDABEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	10	R\$ 6,96	R\$ 8,40	R\$ 84,02
148	1958	SIN API	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDABEL, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	10	R\$ 12,97	R\$ 15,66	R\$ 156,57
149	1959	SIN API	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDABEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	10	R\$ 14,07	R\$ 16,99	R\$ 169,85
150	1925	SIN API	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDABEL, 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	10	R\$ 36,78	R\$ 44,40	R\$ 444,01



151	3461 6	SIN API	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, BIPOLAR DE 6 ATE 32A	UN	20	R\$ 52,75	R\$ 63,68	R\$ 1.273,60
152	3465 3	SIN API	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, MONOPOLAR DE 6 ATE 32A	UN	20	R\$ 9,20	R\$ 11,11	R\$ 222,12
153	3470 9	SIN API	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, TRIPOLAR DE 10 ATE 50A	UN	20	R\$ 64,63	R\$ 78,02	R\$ 1.560,43
154	3946 5	SIN API	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSÃO MÁXIMA DE 175 V, CORRENTE MÁXIMA DE *20* KA (TIPO AC)	UN	20	R\$ 68,87	R\$ 83,14	R\$ 1.662,80
155	3944 6	SIN API	DISPOSITIVO DR, 2 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 40 A, TIPO AC	UN	20	R\$ 144,23	R\$ 174,11	R\$ 3.482,29
156	2432	SIN API	DOBRADICA EM ACO/FERRO, 3 1/2" X 3", E= 1,9 A 2 MM, COM ANEL, CROMADO OU ZINCADO, TAMPA BOLA, COM PARAFUSOS	UN	30	R\$ 21,49	R\$ 25,94	R\$ 778,28
157	2433	SIN API	DOBRADICA EM ACO/FERRO, 3" X 2 1/2", E= 1,2 A 1,8 MM, SEM ANEL, CROMADO OU ZINCADO, TAMPA CHATA, COM PARAFUSOS	UN	30	R\$ 7,28	R\$ 8,79	R\$ 263,65
158	2420	SIN API	DOBRADICA EM ACO/FERRO, 3" X 2 1/2", E= 1,9 A 2 MM, SEM ANEL, CROMADO OU ZINCADO, TAMPA BOLA, COM PARAFUSOS	UN	30	R\$ 12,50	R\$ 15,09	R\$ 452,70
159	1144 7	SIN API	DOBRADICA EM LATAO, 3 " X 2 1/2 ", E= 1,9 A 2 MM, COM ANEL, CROMADO, TAMPA BOLA, COM PARAFUSOS	UN	30	R\$ 24,71	R\$ 29,83	R\$ 894,90
160	2689	SIN API	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 20 MM	M	100	R\$ 2,95	R\$ 3,56	R\$ 356,12
161	2690	SIN API	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL	M	100	R\$ 5,48	R\$ 6,62	R\$ 661,55



			CORRUGADO, COR AMARELA, DE 32 MM					
162	3924 4	SIN API	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, REFORCADO, COR LARANJA, DE 25 MM, PARA LAJES E PISOS	M	100	R\$ 4,88	R\$ 5,89	R\$ 589,11
163	3924 5	SIN API	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, REFORCADO, COR LARANJA, DE 32 MM, PARA LAJES E PISOS	M	100	R\$ 9,39	R\$ 11,34	R\$ 1.133,56
164	1168 3	SIN API	ENGATE / RABICHO FLEXIVEL INOX 1/2 " X 30 CM	UN	10	R\$ 61,46	R\$ 74,19	R\$ 741,95
165	1168 4	SIN API	ENGATE / RABICHO FLEXIVEL INOX 1/2 " X 40 CM	UN	10	R\$ 67,27	R\$ 81,21	R\$ 812,08
166	6141	SIN API	ENGATE/RABICHO FLEXIVEL PLASTICO (PVC OU ABS) BRANCO 1/2 " X 30 CM	UN	20	R\$ 5,53	R\$ 6,68	R\$ 133,52
167	1168 1	SIN API	ENGATE/RABICHO FLEXIVEL PLASTICO (PVC OU ABS) BRANCO 1/2 " X 40 CM	UN	20	R\$ 6,97	R\$ 8,41	R\$ 168,28
168	24	PM	Espaçador plástico para assentamento de pisos e revestimentos cerâmicos, 2mm, pacote com 100 peças, marca Juntafácil, Surtek, Juntapiso ou similar	UN	5	R\$ 6,32	R\$ 7,62	R\$ 38,12
169	25	PM	Espaçador plástico para assentamento de pisos e revestimentos cerâmicos, 3mm, pacote com 100 peças, marca Juntafácil, Surtek, Juntapiso ou similar	UN	5	R\$ 6,61	R\$ 7,98	R\$ 39,90
170	1118 6	SIN API	ESPELHO CRISTA E=4MM	M2	5	R\$ 394,16	R\$ 475,83	R\$ 2.379,15
171	3809 1	SIN API	ESPELHO / PLACA CEGA 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	30	R\$ 2,55	R\$ 3,08	R\$ 92,35
172	3809 5	SIN API	ESPELHO / PLACA CEGA 4" X 4", PARA INSTALACAO DE	UN	30	R\$ 5,40	R\$ 6,52	R\$ 195,57



			TOMADAS E INTERRUPTORES					
173	3809 2	SIN API	ESPELHO / PLACA DE 1 POSTO 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	30	R\$ 2,42	R\$ 2,92	R\$ 87,64
174	3809 3	SIN API	ESPELHO / PLACA DE 2 POSTOS 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	30	R\$ 2,50	R\$ 3,02	R\$ 90,54
175	3809 6	SIN API	ESPELHO / PLACA DE 2 POSTOS 4" X 4", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	30	R\$ 5,81	R\$ 7,01	R\$ 210,41
176	3809 4	SIN API	ESPELHO / PLACA DE 3 POSTOS 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	30	R\$ 3,06	R\$ 3,69	R\$ 110,82
177	3809 7	SIN API	ESPELHO / PLACA DE 4 POSTOS 4" X 4", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	30	R\$ 6,22	R\$ 7,51	R\$ 225,26
178	3809 8	SIN API	ESPELHO / PLACA DE 6 POSTOS 4" X 4", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	30	R\$ 6,22	R\$ 7,51	R\$ 225,26
179	3812 4	SIN API	ESPUMA EXPANSIVA DE POLIURETANO, APLICACAO MANUAL - 500 ML	UN	20	R\$ 29,00	R\$ 35,01	R\$ 700,18
180	13	SIN API	ESTOPA	KG	10	R\$ 18,41	R\$ 22,22	R\$ 222,25
181	26	PM	Fechadura para armário, cano curto 21mm, com parafusos, marca Papaiz ou similar.	UN	15	R\$ 15,28	R\$ 18,45	R\$ 276,69
182	27	PM	Fechadura para armário, cano longo 31mm, com parafusos, marca Papaiz ou similar.	UN	15	R\$ 20,37	R\$ 24,59	R\$ 368,92
183	3815 3	SIN API	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA DE BANHEIRO, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO	CJ	5	R\$ 53,93	R\$ 65,10	R\$ 325,52



			CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO TRANQUETA					
184	4360 7	SIN API	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA DE BANHEIRO, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 55 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO TRANQUETA (CONJUNTO DE FECHADURAS)	CJ	5	R\$ 102,01	R\$ 123,15	R\$ 615,73
185	3080	SIN API	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	CJ	5	R\$ 68,59	R\$ 82,80	R\$ 414,01
186	3081	SIN API	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 55 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	CJ	5	R\$ 135,70	R\$ 163,82	R\$ 819,09
187	3090	SIN API	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA INTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC	CJ	5	R\$ 61,22	R\$ 73,90	R\$ 369,52



			(MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO INTERNA					
188	4361 1	SIN API	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA INTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 55 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO INTERNA	CJ	5	R\$ 101,59	R\$ 122,64	R\$ 613,20
189	3097	SIN API	FECHADURA ROSETA REDONDA PARA PORTA DE BANHEIRO, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO TRANQUETA	CJ	5	R\$ 76,79	R\$ 92,70	R\$ 463,50
190	3099	SIN API	FECHADURA ROSETA REDONDA PARA PORTA DE BANHEIRO, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 55 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO TRANQUETA	CJ	5	R\$ 122,97	R\$ 148,45	R\$ 742,25
191	3815 1	SIN API	FECHADURA ROSETA REDONDA PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E	CJ	5	R\$ 89,15	R\$ 107,62	R\$ 538,11



			CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO					
192	3815 2	SIN API	FECHADURA ROSETA REDONDA PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 55 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	CJ	5	R\$ 143,80	R\$ 173,60	R\$ 867,98
193	4361 0	SIN API	FECHADURA ROSETA REDONDA PARA PORTA INTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO INTERNA (CONJUNTO DE FECHADURAS)	CJ	5	R\$ 76,20	R\$ 91,99	R\$ 459,94
194	3093	SIN API	FECHADURA ROSETA REDONDA PARA PORTA INTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 55 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO INTERNA	CJ	5	R\$ 122,97	R\$ 148,45	R\$ 742,25



195	3119	SIN API	FERROLHO COM FECHO / TRINCO REDONDO, EM ACO GALVANIZADO / ZINCADO, DE SOBREPOR, COM COMPRIMENTO DE 2" E ESPESSURA MINIMA DA CHAPA DE 0,90 MM, PARA PORTAS E JANELAS	UN	30	R\$ 2,63	R\$ 3,17	R\$ 95,25
196	28	PM	Fita antiderrapante safety-walk rolo com 5m	UN	50	R\$ 51,70	R\$ 62,41	R\$ 3.120,45
197	3943 1	SIN API	FITA DE PAPEL MICROPERFURADO, 50 X 150 MM, PARA TRATAMENTO DE JUNTAS DE CHAPA DE GESSO PARA DRYWALL	M	300	R\$ 0,31	R\$ 0,37	R\$ 112,27
198	3943 2	SIN API	FITA DE PAPEL REFORCADA COM LAMINA DE METAL PARA REFORCO DE CANTOS DE CHAPA DE GESSO PARA DRYWALL	M	100	R\$ 2,73	R\$ 3,30	R\$ 329,57
199	29	PM	FITA DUPLA FACE DE ALTO DESEMPENHO. FIXAÇÃO PERMANENTE, PARA AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS. DIMENSÕES MÍNIMAS LARGURA 25mm, COMPRIMENTO 2m	UN	20	R\$ 20,50	R\$ 24,74	R\$ 494,85
200	2011 1	SIN API	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M	UN	100	R\$ 12,90	R\$ 15,57	R\$ 1.557,29
201	1415 3	SIN API	FITA METALICA PERFURADA, L = *18* MM, ROLO DE 30 M, CARGA RECOMENDADA = *30* KGF	UN	5	R\$ 53,30	R\$ 64,34	R\$ 321,72
202	3146	SIN API	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 10 M (L X C)	UN	50	R\$ 4,50	R\$ 5,43	R\$ 271,62
203	3148	SIN API	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 50 M (L X C)	UN	50	R\$ 16,59	R\$ 20,03	R\$ 1.001,37
204	3951 1	SIN API	FORRO DE FIBRA MINERAL EM PLACAS DE 625 X 625 MM, E = 15 MM, BORDA RETA,	M2	30	R\$ 101,77	R\$ 122,86	R\$ 3.685,70



			COM PINTURA ANTIMOFO, APOIADO EM PERFIL DE ACO GALVANIZADO COM 24 MM DE BASE - INSTALADO					
205	3951 3	SIN API	FORRO DE FIBRA MINERAL EM PLACAS DE 625 X 625 MM, E = 15/16 MM, BORDA REBAIXADA, COM PINTURA ANTIMOFO, APOIADO EM PERFIL DE ACO GALVANIZADO COM 24 MM DE BASE - INSTALADO	M2	30	R\$ 109,15	R\$ 131,77	R\$ 3.952,98
206	3283	SIN API	FORRO DE MADEIRA PINUS OU EQUIVALENTE DA REGIAO, ENCAIXE MACHO/FEMEA COM FRISO, *10 X 1* CM (SEM COLOCACAO)	M2	30	R\$ 32,56	R\$ 39,31	R\$ 1.179,19
207	3623 0	SIN API	FORRO DE PVC, FRISADO, BRANCO, REGUA DE 10 CM, ESPESSURA DE 8 MM A 10 MM E COMPRIMENTO 6 M (SEM COLOCACAO)	M2	30	R\$ 37,45	R\$ 45,21	R\$ 1.356,29
208	3623 8	SIN API	FORRO DE PVC, FRISADO, BRANCO, REGUA DE 20 CM, ESPESSURA DE 8 MM A 10 MM E COMPRIMENTO 6 M (SEM COLOCACAO)	M2	30	R\$ 36,60	R\$ 44,18	R\$ 1.325,51
209	7307	SIN API	FUNDO ANTICORROSIVO PARA METAIS FERROSOS (ZARCAO)	L	12	R\$ 38,95	R\$ 47,02	R\$ 564,25
210	3812 2	SIN API	FUNDO PREPARADOS ACRÍLICO BASE ÁGUA	L	12	R\$ 18,10	R\$ 21,85	R\$ 262,20
211	3315	SIN API	GESSO EM PO PARA REVESTIMENTOS/MO LDURAS/SANCAS	KG	100	R\$ 0,78	R\$ 0,94	R\$ 94,16
212	1173 1	SIN API	GRELHA FIXA, EM PVC BRANCA, QUADRADA, 150 X 150 MM, PARA RALOS E CAIXAS	UN	30	R\$ 10,02	R\$ 12,10	R\$ 362,88
213	1173 2	SIN API	GRELHA FIXA, PVC CROMADA, REDONDA, 150 MM, PARA RALOS E CAIXAS	UN	30	R\$ 26,27	R\$ 31,71	R\$ 951,39



214	140	SIN API	IMPERMEABILIZANT E FLEXIVEL BRANCO DE BASE ACRILICA PARA COBERTURAS	KG	50	R\$ 18,38	R\$ 22,19	R\$ 1.109,42
215	3807 8	SIN API	INTERRUPTOR PARALELO + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	20	R\$ 17,34	R\$ 20,93	R\$ 418,66
216	3806 3	SIN API	INTERRUPTOR PARALELO 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	20	R\$ 10,10	R\$ 12,19	R\$ 243,85
217	3808 0	SIN API	INTERRUPTOR SIMPLES + INTERRUPTOR PARALELO + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	20	R\$ 30,11	R\$ 36,35	R\$ 726,98
218	3806 9	SIN API	INTERRUPTOR SIMPLES + INTERRUPTOR PARALELO 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	20	R\$ 16,47	R\$ 19,88	R\$ 397,65
219	3807 7	SIN API	INTERRUPTOR SIMPLES + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	20	R\$ 16,09	R\$ 19,42	R\$ 388,48
220	3807 3	SIN API	INTERRUPTOR SIMPLES + 2 INTERRUPTORES PARALELOS 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	20	R\$ 24,52	R\$ 29,60	R\$ 592,01
221	3806 2	SIN API	INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V, CONJUNTO	UN	20	R\$ 7,42	R\$ 8,96	R\$ 179,15



			MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)					
222	3808 1	SIN API	INTERRUPTORES PARALELOS (2 MODULOS) + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	20	R\$ 25,54	R\$ 30,83	R\$ 616,64
223	3807 0	SIN API	INTERRUPTORES PARALELOS (2 MODULOS) 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	20	R\$ 17,60	R\$ 21,25	R\$ 424,93
224	3807 4	SIN API	INTERRUPTORES PARALELOS (3 MODULOS) 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	20	R\$ 26,76	R\$ 32,30	R\$ 646,09
225	3807 9	SIN API	INTERRUPTORES SIMPLES (2 MODULOS) + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	20	R\$ 22,97	R\$ 27,73	R\$ 554,59
226	3807 2	SIN API	INTERRUPTORES SIMPLES (2 MODULOS) + 1 INTERRUPTOR PARALELO 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	20	R\$ 22,07	R\$ 26,64	R\$ 532,86
227	3806 8	SIN API	INTERRUPTORES SIMPLES (2 MODULOS) 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	20	R\$ 15,24	R\$ 18,40	R\$ 367,95
228	3807 1	SIN API	INTERRUPTORES SIMPLES (3	UN	20	R\$ 18,22	R\$ 22,00	R\$ 439,90



			MODULOS) 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4"X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)					
229	3542	SIN API	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 0,64	R\$ 0,77	R\$ 7,73
230	3529	SIN API	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 0,78	R\$ 0,94	R\$ 9,42
231	3536	SIN API	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 2,61	R\$ 3,15	R\$ 31,51
232	3535	SIN API	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 6,37	R\$ 7,69	R\$ 76,90
233	3540	SIN API	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 5,39	R\$ 6,51	R\$ 65,07
234	3515	SIN API	JOELHO PVC, SOLDAVEL, COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 20 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 7,03	R\$ 8,49	R\$ 84,87
235	2014 7	SIN API	JOELHO PVC, SOLDAVEL, COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 25 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 5,78	R\$ 6,98	R\$ 69,78
236	3524	SIN API	JOELHO PVC, SOLDAVEL, COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 8,69	R\$ 10,49	R\$ 104,91
237	3516	SIN API	JOELHO PVC, SOLDAVEL, BB, 45 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 2,56	R\$ 3,09	R\$ 30,90
238	3517	SIN API	JOELHO PVC, SOLDAVEL, BB, 90 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 2,31	R\$ 2,79	R\$ 27,89
239	3528	SIN API	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 45 GRAUS, DN 100 MM,	UN	10	R\$ 10,01	R\$ 12,08	R\$ 120,84



			PARA ESGOTO PREDIAL					
240	3795 2	SIN API	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 45 GRAUS, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 71,70	R\$ 86,56	R\$ 865,56
241	3795 1	SIN API	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 45 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 2,70	R\$ 3,26	R\$ 32,59
242	3518	SIN API	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 45 GRAUS, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 4,15	R\$ 5,01	R\$ 50,10
243	3519	SIN API	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 45 GRAUS, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 8,68	R\$ 10,48	R\$ 104,78
244	3520	SIN API	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 90 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 9,09	R\$ 10,97	R\$ 109,73
245	3795 0	SIN API	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 90 GRAUS, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 66,01	R\$ 79,69	R\$ 796,87
246	3794 9	SIN API	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 90 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 2,43	R\$ 2,93	R\$ 29,33
247	3526	SIN API	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 90 GRAUS, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 3,35	R\$ 4,04	R\$ 40,44
248	3509	SIN API	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 90 GRAUS, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 7,61	R\$ 9,19	R\$ 91,87
249	3499	SIN API	JOELHO, PVC SOLDAVEL, 45 GRAUS, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 1,22	R\$ 1,47	R\$ 14,73
250	3501	SIN API	JOELHO, PVC SOLDAVEL, 45 GRAUS, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 4,47	R\$ 5,40	R\$ 53,96
251	3502	SIN API	JOELHO, PVC SOLDAVEL, 45	UN	10	R\$ 6,43	R\$ 7,76	R\$ 77,62



			GRAUS, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL					
252	3503	SIN API	JOELHO, PVC SOLDABEL, 45 GRAUS, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 8,07	R\$ 9,74	R\$ 97,42
253	3659	SIN API	JUNCAO SIMPLES, PVC, DN 100 X 50 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 20,47	R\$ 24,71	R\$ 247,11
254	3660	SIN API	JUNCAO SIMPLES, PVC, DN 100 X 75 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 26,47	R\$ 31,95	R\$ 319,55
255	3662	SIN API	JUNCAO SIMPLES, PVC, DN 50 X 50 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 10,79	R\$ 13,03	R\$ 130,26
256	3666	SIN API	JUNCAO SIMPLES, PVC, 45 GRAUS, DN 40 X 40 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 4,14	R\$ 5,00	R\$ 49,98
257	3658	SIN API	JUNCAO SIMPLES, PVC, DN 75 X 75 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 20,44	R\$ 24,68	R\$ 246,75
258	2014 4	SIN API	JUNCAO SIMPLES, PVC SERIE R, DN 100 X 100 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS	UN	10	R\$ 59,29	R\$ 71,57	R\$ 715,75
259	2014 0	SIN API	JUNCAO SIMPLES, PVC SERIE R, DN 40 X 40 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS	UN	10	R\$ 9,38	R\$ 11,32	R\$ 113,24
260	30	PM	KIT COMPLETO UNIVERSAL PARA CAIXA ACOPLADA	UN	40	R\$ 104,31	R\$ 125,92	R\$ 5.037,00
261	3949 2	SIN API	KIT PORTA PRONTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 800 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), ESTRUTURA USINADA PARA FECHADURA, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO MELAMINICO BRANCO (INCLUI MARCO, ALIZARES E DOBRADICAS)	UN	2	R\$ 800,22	R\$ 966,03	R\$ 1.932,05



262	3949 3	SIN API	KIT PORTA PRONTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 900 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), ESTRUTURA USINADA PARA FECHADURA, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO MELAMINICO BRANCO (INCLUI MARCO, ALIZARES E DOBRADICAS)	UN	2	R\$ 858,32	R\$ 1.036,16	R\$ 2.072,33
263	3819 1	SIN API	LAMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 2U BRANCA 15 W, BASE E27 (127/220 V)	UN	200	R\$ 14,89	R\$ 17,98	R\$ 3.595,04
264	3819 4	SIN API	LAMPADA LED 10 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27)	UN	200	R\$ 7,80	R\$ 9,42	R\$ 1.883,23
265	3938 7	SIN API	LAMPADA LED TUBULAR BIVOLT 18/20 W, BASE G13	UN	200	R\$ 14,95	R\$ 18,05	R\$ 3.609,53
266	3938 6	SIN API	LAMPADA LED TUBULAR BIVOLT 9/10 W, BASE G13	UN	200	R\$ 10,43	R\$ 12,59	R\$ 2.518,22
267	3838 3	SIN API	LIXA D'AGUA EM FOLHA, GRAO 100	UN	50	R\$ 2,12	R\$ 2,56	R\$ 127,96
268	3768	SIN API	LIXA EM FOLHA PARA FERRO, NUMERO 150	UN	50	R\$ 5,13	R\$ 6,19	R\$ 309,65
269	3767	SIN API	LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120 (COR VERMELHA)	UN	50	R\$ 1,72	R\$ 2,08	R\$ 103,82
270	3777	SIN API	LONA PLASTICA PRETA, E= 150 MICRA	M2	250	R\$ 1,45	R\$ 1,75	R\$ 437,61
271	3877 6	SIN API	LUMINARIA DE EMBUTIR EM CHAPA DE ACO PARA 4 LAMPADAS FLUORESCENTES DE 14 W *60 X 60 CM* ALETADA (NAO INCLUI REATOR E LAMPADAS)	UN	10	R\$ 295,13	R\$ 356,28	R\$ 3.562,81
272	3877 4	SIN API	LUMINARIA DE EMERGENCIA 30 LEDS, POTENCIA 2 W, BATERIA DE LITIO,	UN	20	R\$ 19,59	R\$ 23,65	R\$ 472,98



			AUTONOMIA DE 6 HORAS					
273	39385	SIN API	LUMINARIA LED PLAFON REDONDO DE SOBREPOR BIVOLT 12/13 W, D = *17* CM	UN	10	R\$ 17,92	R\$ 21,63	R\$ 216,33
274	3799	SIN API	LUMINARIA DE SOBREPOR EM CHAPA DE ACO PARA 2 LAMPADAS FLUORESCENTES DE *36* W, ALETADA, COMPLETA (LAMPADAS E REATOR INCLUSOS)	UN	20	R\$ 143,91	R\$ 173,73	R\$ 3.474,56
275	39390	SIN API	LUMINARIA LED REFLETOR RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 30 W	UN	10	R\$ 40,76	R\$ 49,21	R\$ 492,05
276	38775	SIN API	LUMINARIA TIPO TARTARUGA PARA AREA EXTERNA EM ALUMINIO, COM GRADE, PARA 1 LAMPADA, BASE E27, POTENCIA MAXIMA 40/60 W (NAO INCLUI LAMPADA)	UN	10	R\$ 85,05	R\$ 102,67	R\$ 1.026,72
277	3893	SIN API	LUVA DE CORRER, PVC, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 20,19	R\$ 24,37	R\$ 243,73
278	3848	SIN API	LUVA DE CORRER, PVC, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 12,31	R\$ 14,86	R\$ 148,61
279	3895	SIN API	LUVA DE CORRER, PVC, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 13,67	R\$ 16,50	R\$ 165,02
280	3900	SIN API	LUVA DE CORRER PARA TUBO ROSCAVEL, PVC, 1 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 50,30	R\$ 60,72	R\$ 607,22
281	3846	SIN API	LUVA DE CORRER PARA TUBO ROSCAVEL, PVC, 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 15,11	R\$ 18,24	R\$ 182,41
282	3886	SIN API	LUVA DE CORRER PARA TUBO ROSCAVEL, PVC, 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 20,06	R\$ 24,22	R\$ 242,16
283	3854	SIN API	LUVA DE CORRER PARA TUBO	UN	10	R\$ 11,44	R\$ 13,81	R\$ 138,10



			SOLDAVEL, PVC, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL					
284	3873	SIN API	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDAVEL, PVC, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 13,31	R\$ 16,07	R\$ 160,68
285	3802 1	SIN API	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDAVEL, PVC, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 23,64	R\$ 28,54	R\$ 285,38
286	3847	SIN API	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDAVEL, PVC, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 30,81	R\$ 37,19	R\$ 371,94
287	3802 2	SIN API	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDAVEL, PVC, 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 42,34	R\$ 51,11	R\$ 511,13
288	3855	SIN API	LUVA SOLDAVEL COM BUCHA DE LATAO, PVC, 20 MM X 1/2"	UN	10	R\$ 5,57	R\$ 6,72	R\$ 67,24
289	3874	SIN API	LUVA SOLDAVEL COM BUCHA DE LATAO, PVC, 25 MM X 1/2"	UN	10	R\$ 6,45	R\$ 7,79	R\$ 77,86
290	3870	SIN API	LUVA SOLDAVEL COM BUCHA DE LATAO, PVC, 25 MM X 3/4"	UN	10	R\$ 7,08	R\$ 8,55	R\$ 85,47
291	3867 8	SIN API	LUVA SOLDAVEL COM BUCHA DE LATAO, PVC, 32 MM X 1"	UN	10	R\$ 18,74	R\$ 22,62	R\$ 226,23
292	3859	SIN API	LUVA SOLDAVEL COM ROSCA, PVC, 20 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 1,43	R\$ 1,73	R\$ 17,26
293	3856	SIN API	LUVA SOLDAVEL COM ROSCA, PVC, 25 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 1,98	R\$ 2,39	R\$ 23,90
294	3906	SIN API	LUVA SOLDAVEL COM ROSCA, PVC, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 1,63	R\$ 1,97	R\$ 19,68
295	3860	SIN API	LUVA SOLDAVEL COM ROSCA, PVC, 32 MM X 1", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 4,86	R\$ 5,87	R\$ 58,67
296	3905	SIN API	LUVA SOLDAVEL COM ROSCA, PVC, 40	UN	10	R\$ 11,14	R\$ 13,45	R\$ 134,48



			MM X 1 1/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL					
297	3871	SIN API	LUVA SOLDABEL COM ROSCA, PVC, 50 MM X 1 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 19,71	R\$ 23,79	R\$ 237,94
298	3867	SIN API	LUVA PVC SOLDABEL, 110 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 80,33	R\$ 96,97	R\$ 969,74
299	3861	SIN API	LUVA PVC SOLDABEL, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 0,83	R\$ 1,00	R\$ 10,02
300	3904	SIN API	LUVA PVC SOLDABEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 0,88	R\$ 1,06	R\$ 10,62
301	3903	SIN API	LUVA PVC SOLDABEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 2,15	R\$ 2,60	R\$ 25,95
302	3862	SIN API	LUVA PVC SOLDABEL, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 4,59	R\$ 5,54	R\$ 55,41
303	3863	SIN API	LUVA PVC SOLDABEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 4,70	R\$ 5,67	R\$ 56,74
304	3864	SIN API	LUVA PVC SOLDABEL, 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 14,41	R\$ 17,40	R\$ 173,96
305	3865	SIN API	LUVA PVC SOLDABEL, 75 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 21,07	R\$ 25,44	R\$ 254,36
306	3878	SIN API	LUVA PVC, ROSCAVEL, 1 1/2", AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 12,90	R\$ 15,57	R\$ 155,73
307	3876	SIN API	LUVA ROSCAVEL, PVC, 1", AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 5,13	R\$ 6,19	R\$ 61,93
308	3899	SIN API	LUVA SIMPLES, PVC, SOLDABEL, DN 100 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 7,17	R\$ 8,66	R\$ 86,56
309	3867 6	SIN API	LUVA SIMPLES, PVC, SOLDABEL, DN 150 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 35,89	R\$ 43,33	R\$ 433,26
310	3897	SIN API	LUVA SIMPLES, PVC, SOLDABEL, DN 40 MM, SERIE NORMAL,	UN	10	R\$ 1,75	R\$ 2,11	R\$ 21,13



			PARA ESGOTO PREDIAL					
311	3875	SIN API	LUVA SIMPLES, PVC, SOLDABEL, DN 50 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 3,62	R\$ 4,37	R\$ 43,70
312	3898	SIN API	LUVA SIMPLES, PVC, SOLDABEL, DN 75 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 7,34	R\$ 8,86	R\$ 88,61
313	4365 1	SIN API	MASSA ACRÍLICA PARA SUPERFÍCIES INTERNAS E EXTERNAS	KG	50	R\$ 9,14	R\$ 11,03	R\$ 551,69
314	4362 6	SIN API	MASSA CORRIDA PARA SUPERFÍCIES DE AMBIENTES INTERNOS	KG	50	R\$ 5,08	R\$ 6,13	R\$ 306,63
315	3943 4	SIN API	MASSA DE REJUNTE EM PO PARA DRYWALL, A BASE DE GESSO, SECAGEM RAPIDA, PARA TRATAMENTO DE JUNTAS DE CHAPA DE GESSO (COM ADICAO DE AGUA)	KG	50	R\$ 3,42	R\$ 4,13	R\$ 206,43
316	1049 8	SIN API	MASSA PARA VIDRO	KG	10	R\$ 8,75	R\$ 10,56	R\$ 105,63
317	31	PM	NIPEL PVC, ROSCAVEL, 1/2", AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 2,97	R\$ 3,59	R\$ 35,85
318	32	PM	NIPEL PVC, ROSCAVEL, 1", AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 4,60	R\$ 5,55	R\$ 55,53
319	33	PM	NIPEL PVC, ROSCAVEL, 3/4", AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 3,00	R\$ 3,62	R\$ 36,22
320	3943 5	SIN API	PARAFUSO DRY WALL, EM ACO FOSFATIZADO, CABECA TROMBETA E PONTA AGULHA (TA), COMPRIMENTO 25 MM	UN	50	R\$ 0,12	R\$ 0,14	R\$ 7,24
321	3944 3	SIN API	PARAFUSO DRY WALL, EM ACO ZINCADO, CABECA LENTILHA E PONTA BROCA (LB), LARGURA 4,2 MM, COMPRIMENTO 13 MM	UN	50	R\$ 0,29	R\$ 0,35	R\$ 17,50



322	4384	SIN API	PARAFUSO NIQUELADO COM ACABAMENTO CROMADO PARA FIXAR PEÇA SANITARIA, INCLUI PORCA CEGA, ARRUELA E BUCHA DE NYLON TAMANHO S-10	UN	50	R\$ 27,01	R\$ 32,61	R\$ 1.630,32
323	4351	SIN API	PARAFUSO NIQUELADO 3 1/2" COM ACABAMENTO CROMADO PARA FIXAR PEÇA SANITARIA, INCLUI PORCA CEGA, ARRUELA E BUCHA DE NYLON TAMANHO S-8	UN	50	R\$ 20,03	R\$ 24,18	R\$ 1.209,01
324	4320	SIN API	PARAFUSO ZINCADO 5/16 " X 250 MM PARA FIXACAO DE TELHA DE FIBROCIMENTO CANALETE 49, INCLUI BUCHA NYLON S-10	UN	100	R\$ 2,77	R\$ 3,34	R\$ 334,39
325	4318	SIN API	PARAFUSO ZINCADO 5/16 " X 85 MM PARA FIXACAO DE TELHA DE FIBROCIMENTO CANALETE 90, INCLUI BUCHA NYLON S-10	UN	100	R\$ 1,35	R\$ 1,63	R\$ 162,97
326	1105 4	SIN API	PARAFUSO ROSCA SOBERBA ZINCADO CABECA CHATA FENDA SIMPLES 3,2 X 20 MM (3/4 ")	UN	100	R\$ 0,03	R\$ 0,04	R\$ 3,62
327	1105 5	SIN API	PARAFUSO ROSCA SOBERBA ZINCADO CABECA CHATA FENDA SIMPLES 3,5 X 25 MM (1 ")	UN	100	R\$ 0,06	R\$ 0,07	R\$ 7,24
328	1105 6	SIN API	PARAFUSO ROSCA SOBERBA ZINCADO CABECA CHATA FENDA SIMPLES 3,8 X 30 MM (1.1/4 ")	UN	100	R\$ 0,06	R\$ 0,07	R\$ 7,24
329	1105 7	SIN API	PARAFUSO ROSCA SOBERBA ZINCADO CABECA CHATA FENDA SIMPLES 4,8 X 40 MM (1.1/2 ")	UN	100	R\$ 0,13	R\$ 0,16	R\$ 15,69
330	1105 9	SIN API	PARAFUSO ROSCA SOBERBA ZINCADO CABECA CHATA FENDA SIMPLES 5,5 X 50 MM (2 ")	UN	100	R\$ 0,27	R\$ 0,33	R\$ 32,59



331	4054 7	SIN API	PARAFUSO ZINCADO, AUTOBROCANTE, FLANGEADO, 4,2 MM X 19 MM	CEN TO	3	R\$ 32,82	R\$ 39,62	R\$ 118,86
332	4055 2	SIN API	PARAFUSO, AUTO ATARRACHANTE, CABECA CHATA, FENDA SIMPLES, 1/4" (6,35 MM) X 25 MM	CEN TO	3	R\$ 56,27	R\$ 67,93	R\$ 203,79
333	2007 8	SIN API	PASTA LUBRIFICANTE PARA TUBOS E CONEXOES COM JUNTA ELASTICA (USO EM PVC, ACO, POLIETILENO E OUTROS) (DE *400* G)	UN	10	R\$ 31,44	R\$ 37,95	R\$ 379,54
334	3688 1	SIN API	PASTILHA CERAMICA/PORCELA NA, REVEST INT/EXT E PISCINA, CORES BRANCA OU FRIAS *5 X 5* CM	M2	2	R\$ 158,76	R\$ 191,66	R\$ 383,31
335	4720	SIN API	PEDRA BRITADA N. 0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECED OR, SEM FRETE	M3	100	R\$ 75,80	R\$ 91,51	R\$ 9.150,58
336	4721	SIN API	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECED OR, SEM FRETE	M3	10	R\$ 65,65	R\$ 79,25	R\$ 792,53
337	4718	SIN API	PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECED OR, SEM FRETE	M3	10	R\$ 66,00	R\$ 79,68	R\$ 796,75
338	4722	SIN API	PEDRA BRITADA N. 3 (38 A 50 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECED OR, SEM FRETE	M3	10	R\$ 62,01	R\$ 74,86	R\$ 748,58
339	34	PM	PLUG PVC ROSCAVEL, 1/2", AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	10	R\$ 0,85	R\$ 1,03	R\$ 10,26
340	35	PM	PLUG PVC, ROSCAVEL 1", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 1,66	R\$ 2,00	R\$ 20,04
341	36	PM	PLUG PVC, ROSCAVEL 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 1,50	R\$ 1,81	R\$ 18,11
342	1287	SIN API	PISO EM CERAMICA ESMALTADA EXTRA, PEI MAIOR OU IGUAL A 4, FORMATO MENOR OU IGUAL A 2025 CM2	M2	20	R\$ 31,97	R\$ 38,59	R\$ 771,88



343	1292	SIN API	PISO EM CERAMICA ESMALTADA EXTRA, PEI MAIOR OU IGUAL A 4, FORMATO MAIOR QUE 2025 CM2	M2	20	R\$ 65,17	R\$ 78,67	R\$ 1.573,46
344	3819 5	SIN API	PISO PORCELANATO, BORDA RETA, EXTRA, FORMATO MAIOR QUE 2025 CM2	M2	20	R\$ 102,59	R\$ 123,85	R\$ 2.476,93
345	2110 8	SIN API	PISO EM PORCELANATO RETIFICADO EXTRA, FORMATO MENOR OU IGUAL A 2025 CM2	M2	20	R\$ 86,86	R\$ 104,86	R\$ 2.097,15
346	4812	SIN API	PLACA DE GESSO PARA FORRO, DE *60 X 60* CM E ESPESSURA DE 12 MM (30 MM NAS BORDAS) SEM COLOCACAO	M2	60	R\$ 10,96	R\$ 13,23	R\$ 793,85
347	4491	SIN API	PONTALETE *7,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	50	R\$ 6,77	R\$ 8,17	R\$ 408,64
348	4992	SIN API	PORTA DE ABRIR / GIRO, DE MADEIRA FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 800 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI- SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM LAMINADO NATURAL PARA VERNIZ	UN	5	R\$ 266,43	R\$ 321,63	R\$ 1.608,17
349	4987	SIN API	PORTA DE ABRIR / GIRO, DE MADEIRA FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 900 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI- SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM LAMINADO NATURAL PARA VERNIZ	UN	5	R\$ 304,82	R\$ 367,98	R\$ 1.839,89
350	4030 4	SIN API	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA DUPLA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	KG	2	R\$ 19,96	R\$ 24,10	R\$ 48,19
351	5065	SIN API	PREGO DE ACO POLIDO COM	KG	2	R\$ 30,76	R\$ 37,13	R\$ 74,27



			CABECA 10 X 10 (7/8 X 17)					
352	5072	SIN API	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 10 X 11 (1 X 17)	KG	2	R\$ 28,46	R\$ 34,36	R\$ 68,71
353	5066	SIN API	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 12 X 12	KG	2	R\$ 21,31	R\$ 25,73	R\$ 51,45
354	5063	SIN API	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 14 X 18 (1 1/2 X 14)	KG	2	R\$ 19,30	R\$ 23,30	R\$ 46,60
355	2024 7	SIN API	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	KG	2	R\$ 17,91	R\$ 21,62	R\$ 43,24
356	5074	SIN API	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 15 X 18 (1 1/2 X 13)	KG	2	R\$ 18,12	R\$ 21,87	R\$ 43,75
357	5067	SIN API	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 16 X 24 (2 1/4 X 12)	KG	2	R\$ 17,24	R\$ 20,81	R\$ 41,62
358	5078	SIN API	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 16 X 27 (2 1/2 X 12)	KG	2	R\$ 17,04	R\$ 20,57	R\$ 41,14
359	5068	SIN API	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 21 (2 X 11)	KG	2	R\$ 16,17	R\$ 19,52	R\$ 39,04
360	5073	SIN API	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 24 (2 1/4 X 11)	KG	2	R\$ 16,48	R\$ 19,89	R\$ 39,79
361	5069	SIN API	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	KG	2	R\$ 16,48	R\$ 19,89	R\$ 39,79
362	5070	SIN API	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 30 (2 3/4 X 11)	KG	2	R\$ 16,66	R\$ 20,11	R\$ 40,22
363	5071	SIN API	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 24 (2 1/4 X 10)	KG	2	R\$ 16,17	R\$ 19,52	R\$ 39,04
364	5061	SIN API	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 27 (2 1/2 X 10)	KG	2	R\$ 15,90	R\$ 19,19	R\$ 38,39
365	5075	SIN API	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	KG	2	R\$ 16,17	R\$ 19,52	R\$ 39,04



366	3902 7	SIN API	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 19 X 36 (3 1/4 X 9)	KG	2	R\$ 16,16	R\$ 19,51	R\$ 39,02
367	5062	SIN API	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 19 X 33 (3 X 9)	KG	2	R\$ 16,39	R\$ 19,79	R\$ 39,57
368	4056 8	SIN API	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 22 X 48 (4 1/4 X 5)	KG	2	R\$ 16,29	R\$ 19,67	R\$ 39,33
369	3902 6	SIN API	PREGO DE ACO POLIDO SEM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	KG	2	R\$ 18,19	R\$ 21,96	R\$ 43,92
370	2020 5	SIN API	RIPA APARELHADA *1,5 X 5* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M	50	R\$ 4,17	R\$ 5,03	R\$ 251,70
371	1174 1	SIN API	RALO SIFONADO PVC CILINDRICO, 100 X 40 MM, COM GRELHA REDONDA BRANCA	UN	15	R\$ 11,77	R\$ 14,21	R\$ 213,13
372	1174 5	SIN API	RALO SIFONADO PVC, QUADRADO, 100 X 100 X 53 MM, SAIDA 40 MM, COM GRELHA BRANCA	UN	15	R\$ 15,51	R\$ 18,72	R\$ 280,86
373	5104	SIN API	REBITE DE ALUMINIO VAZADO DE REPUXO, 3,2 X 8 MM (1KG = 1025 UNIDADES)	KG	2	R\$ 73,55	R\$ 88,79	R\$ 177,58
374	2004 3	SIN API	REDUCAO EXCENTRICA PVC P/ ESG PREDIAL DN 100 X 50MM	UN	10	R\$ 9,82	R\$ 11,85	R\$ 118,55
375	2004 4	SIN API	REDUCAO EXCENTRICA PVC P/ ESG PREDIAL DN 100 X 75MM	UN	10	R\$ 11,39	R\$ 13,75	R\$ 137,50
376	2004 2	SIN API	REDUCAO EXCENTRICA PVC P/ ESG PREDIAL DN 75 X 50MM	UN	10	R\$ 8,52	R\$ 10,29	R\$ 102,85
377	1167 3	SIN API	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 20 MM, COM CORPO DIVIDIDO	UN	5	R\$ 21,38	R\$ 25,81	R\$ 129,05
378	1167 4	SIN API	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 25	UN	5	R\$ 27,54	R\$ 33,25	R\$ 166,23



			MM, COM CORPO DIVIDIDO					
379	1167 5	SIN API	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDABEL, DN 32 MM, COM CORPO DIVIDIDO	UN	5	R\$ 43,72	R\$ 52,78	R\$ 263,89
380	1167 6	SIN API	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDABEL, DN 40 MM, COM CORPO DIVIDIDO	UN	5	R\$ 58,47	R\$ 70,58	R\$ 352,92
381	1167 7	SIN API	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDABEL, DN 50 MM, COM CORPO DIVIDIDO	UN	5	R\$ 60,38	R\$ 72,89	R\$ 364,45
382	1167 8	SIN API	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDABEL, DN 60 MM, COM CORPO DIVIDIDO	UN	5	R\$ 110,59	R\$ 133,50	R\$ 667,52
383	6038	SIN API	REGISTRO DE PRESSAO PVC, ROSCAVEL, VOLANTE SIMPLES, DE 1/2"	UN	10	R\$ 7,01	R\$ 8,46	R\$ 84,62
384	1171 8	SIN API	REGISTRO DE PRESSAO PVC, ROSCAVEL, VOLANTE SIMPLES, DE 3/4"	UN	5	R\$ 20,01	R\$ 24,16	R\$ 120,78
385	6037	SIN API	REGISTRO DE PRESSAO PVC, SOLDABEL, VOLANTE SIMPLES, DE 20 MM	UN	5	R\$ 14,59	R\$ 17,61	R\$ 88,07
386	1171 9	SIN API	REGISTRO DE PRESSAO PVC, SOLDABEL, VOLANTE SIMPLES, DE 25 MM	UN	5	R\$ 16,23	R\$ 19,59	R\$ 97,96
387	6013	SIN API	REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, SIMPLES, BITOLA 1 " (REF 1509)	UN	5	R\$ 107,97	R\$ 130,34	R\$ 651,71
388	6015	SIN API	REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS,	UN	5	R\$ 157,01	R\$ 189,54	R\$ 947,71



			SIMPLES, BITOLA 1 1/2 " (REF 1509)					
389	6014	SIN API	REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, SIMPLES, BITOLA 1 1/4 " (REF 1509)	UN	5	R\$ 150,11	R\$ 181,21	R\$ 906,06
390	6006	SIN API	REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, SIMPLES, BITOLA 1/2 " (REF 1509)	UN	10	R\$ 78,18	R\$ 94,38	R\$ 943,79
391	6005	SIN API	REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, SIMPLES, BITOLA 3/4 " (REF 1509)	UN	5	R\$ 88,20	R\$ 106,48	R\$ 532,38
392	3435 7	SIN API	REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	KG	20	R\$ 4,05	R\$ 4,89	R\$ 97,78
393	3732 9	SIN API	REJUNTE EPOXI, QUALQUER COR	KG	5	R\$ 85,33	R\$ 103,01	R\$ 515,05
394	6186	SIN API	RODAPE DE MADEIRA MACICA CUMARU/IPE CHAMPANHE OU EQUIVALENTE DA REGIAO, *1,5 X 7 CM	M	25	R\$ 13,61	R\$ 16,43	R\$ 410,75
395	1116	SIN API	RUFO EXTERNO DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 26, CORTE 25 CM	M	30	R\$ 19,56	R\$ 23,61	R\$ 708,38
396	1115	SIN API	RUFO EXTERNO DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 26, CORTE 28 CM	M	30	R\$ 23,44	R\$ 28,30	R\$ 848,90
397	1113	SIN API	RUFO EXTERNO/INTERNO DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 26, CORTE 33 CM	M	30	R\$ 27,40	R\$ 33,08	R\$ 992,32
398	1114	SIN API	RUFO INTERNO DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 26, CORTE 50 CM	M	30	R\$ 32,64	R\$ 39,40	R\$ 1.182,09
399	4087 3	SIN API	RUFO INTERNO/EXTERNO DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 24, CORTE 25 CM	M	30	R\$ 25,54	R\$ 30,83	R\$ 924,96
400	37	PM	SENSOR DE PRESENÇA EMBUTIR/PAREDE 4X2 BIVOLT	UN	20	R\$ 43,18	R\$ 52,13	R\$ 1.042,57



401	6085	SIN API	SELADOR ACRILICO PAREDES INTERNAS/EXTERNAS	L	40	R\$ 10,11	R\$ 12,20	R\$ 488,19
402	142	SIN API	SELANTE ELASTICO MONOCOMPONENTE A BASE DE POLIURETANO (PU) PARA JUNTAS DIVERSAS	310 ML	30	R\$ 33,52	R\$ 40,47	R\$ 1.213,96
403	1162 2	SIN API	SELANTE A BASE DE ALCATRAO E POLIURETANO PARA JUNTAS HORIZONTAIS	KG	10	R\$ 71,04	R\$ 85,76	R\$ 857,59
404	3863 7	SIN API	SIFAO EM METAL CROMADO PARA PIA AMERICANA, 1.1/2 X 1.1/2 "	UN	2	R\$ 336,83	R\$ 406,62	R\$ 813,24
405	6150	SIN API	SIFAO EM METAL CROMADO PARA PIA AMERICANA, 1.1/2 X 2 "	UN	2	R\$ 340,94	R\$ 411,58	R\$ 823,17
406	6136	SIN API	SIFAO EM METAL CROMADO PARA PIA OU LAVATORIO, 1 X 1.1/2 "	UN	2	R\$ 268,00	R\$ 323,53	R\$ 647,06
407	3863 8	SIN API	SIFAO EM METAL CROMADO PARA TANQUE, 1.1/4 X 1.1/2 "	UN	2	R\$ 283,83	R\$ 342,64	R\$ 685,28
408	2026 2	SIN API	SIFAO PLASTICO EXTENSIVEL UNIVERSAL, TIPO COPO	UN	30	R\$ 16,74	R\$ 20,21	R\$ 606,26
409	4494 5	SIN API	SIFAO / TUBO SINFONADO EXTENSIVEL/SANFON ADO, UNIVERSAL/ SIMPLES, ENTRE *50 A 70*	UN	200	R\$ 9,14	R\$ 11,03	R\$ 2.206,76
410	6145	SIN API	CM, DE PLASTICO BRANCO	UN	50	R\$ 18,49	R\$ 22,32	R\$ 1.116,06
411	6149	SIN API	SIFAO PLASTICO TIPO COPO PARA PIA OU LAVATORIO, 1 X 1.1/2 "	UN	50	R\$ 12,22	R\$ 14,75	R\$ 737,60
412	6146	SIN API	SIFAO PLASTICO TIPO COPO PARA TANQUE, 1.1/4 X 1.1/2 "	UN	50	R\$ 17,57	R\$ 21,21	R\$ 1.060,53
413	3996 1	SIN API	SILICONE ACETICO USO GERAL INCOLOR 280 G	UN	30	R\$ 22,15	R\$ 26,74	R\$ 802,18
414	2025 0	SIN API	SISAL EM FIBRA	KG	10	R\$ 15,00	R\$ 18,11	R\$ 181,08
415	2008 3	SIN API	SOLUCAO LIMPADORA PARA	UN	5	R\$ 86,30	R\$ 104,18	R\$ 520,91



			PVC, FRASCO COM 1000 CM3					
416	5318	SIN API	DILUENTE AGUARRAS	L	10	R\$ 22,59	R\$ 27,27	R\$ 272,71
417	2027 1	SIN API	TANQUE DE LOUCA BRANCA, COM COLUNA, *30* L	UN	4	R\$ 580,70	R\$ 701,02	R\$ 2.804,08
418	1042 3	SIN API	TANQUE DE LOUCA BRANCA, SUSPENSO, *20* L	UN	4	R\$ 426,37	R\$ 514,71	R\$ 2.058,86
419	4407 3	SIN API	TARUGO DELIMITADOR DE PROFUNDIDADE EM ESPUMA DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE 10 MM, CINZA	M	50	R\$ 0,79	R\$ 0,95	R\$ 47,68
420	7121	SIN API	TE PVC, SOLDAVEL, COM BUCHA DE LATAO NA BOLSA CENTRAL, 90 GRAUS, 20 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 9,88	R\$ 11,93	R\$ 119,27
421	7137	SIN API	TE PVC, SOLDAVEL, COM BUCHA DE LATAO NA BOLSA CENTRAL, 90 GRAUS, 25 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 10,79	R\$ 13,03	R\$ 130,26
422	7122	SIN API	TE PVC, SOLDAVEL, COM BUCHA DE LATAO NA BOLSA CENTRAL, 90 GRAUS, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 11,88	R\$ 14,34	R\$ 143,42
423	7114	SIN API	TE PVC, SOLDAVEL, COM BUCHA DE LATAO NA BOLSA CENTRAL, 90 GRAUS, 32 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 13,82	R\$ 16,68	R\$ 166,84
424	7138	SIN API	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	10	R\$ 1,14	R\$ 1,38	R\$ 13,76
425	7139	SIN API	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	10	R\$ 1,30	R\$ 1,57	R\$ 15,69
426	7140	SIN API	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	10	R\$ 4,07	R\$ 4,91	R\$ 49,13
427	7141	SIN API	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	10	R\$ 9,95	R\$ 12,01	R\$ 120,12



428	7142	SIN API	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS,50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	10	R\$ 10,40	R\$ 12,55	R\$ 125,55
429	7091	SIN API	TE SANITARIO, PVC, DN 100 X 100 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 17,50	R\$ 21,13	R\$ 211,26
430	3794 8	SIN API	TE SANITARIO, PVC, DN 40 X 40 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 4,05	R\$ 4,89	R\$ 48,89
431	7097	SIN API	TE SANITARIO, PVC, DN 50 X 50 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 8,22	R\$ 9,92	R\$ 99,23
432	1165 8	SIN API	TE SANITARIO, PVC, DN 75 X 75 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	R\$ 18,17	R\$ 21,93	R\$ 219,35
433	3454 7	SIN API	TELA DE ACO SOLDADA GALVANIZADA/ZINC ADA PARA ALVENARIA, FIO D = *1,20 A 1,70* MM, MALHA 15 X 15 MM, (C X L) *50 X 12* CM	M	20	R\$ 3,69	R\$ 4,45	R\$ 89,09
434	1575	SIN API	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 16 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M6	UN	100	R\$ 2,09	R\$ 2,52	R\$ 252,30
435	1570	SIN API	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 2,5 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5	UN	100	R\$ 1,05	R\$ 1,27	R\$ 126,76
436	1571	SIN API	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 4 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5	UN	100	R\$ 1,36	R\$ 1,64	R\$ 164,18
437	1573	SIN API	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 6 MM2, 1 FURO E 1	UN	100	R\$ 1,63	R\$ 1,97	R\$ 196,77



			COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M6					
438	7258	SIN API	TIJOLO CERAMICO MACICO *5 X 10 X 20* CM	UN	500	R\$ 0,68	R\$ 0,82	R\$ 410,45
439	7213	SIN API	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 4 MM, DE 2,44 X 0,50 M (SEM AMIANTO)	M2	70	R\$ 18,73	R\$ 22,61	R\$ 1.582,76
440	7194	SIN API	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, DE 2,44 X 1,10 M (SEM AMIANTO)	M2	70	R\$ 27,62	R\$ 33,34	R\$ 2.334,00
441	3440 2	SIN API	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 8 MM, DE 3,66 X 1,10 M (SEM AMIANTO)	M2	70	R\$ 192,90	R\$ 232,87	R\$ 16.300,82
442	4377 6	SIN API	TINTA A OLEO BRILHANTE PARA MADEIRA E METAIS	L	20	R\$ 25,14	R\$ 30,35	R\$ 606,98
443	7356	SIN API	TINTA ACRILICA PREMIUM, COR BRANCO FOSCO	L	250	R\$ 27,55	R\$ 33,26	R\$ 8.314,59
444	7348	SIN API	TINTA ACRILICA PREMIUM PARA PISO	L	100	R\$ 18,48	R\$ 22,31	R\$ 2.230,91
445	7311	SIN API	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM ACETINADO	L	100	R\$ 37,30	R\$ 45,03	R\$ 4.502,86
446	7292	SIN API	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM BRILHANTE	L	100	R\$ 36,11	R\$ 43,59	R\$ 4.359,20
447	7288	SIN API	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM FOSCO	L	100	R\$ 36,60	R\$ 44,18	R\$ 4.418,35
448	1214 7	SIN API	TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA SOBREPOR 4" X 2" (CAIXA + MODULO)	UN	30	R\$ 14,74	R\$ 17,79	R\$ 533,82
449	3679 1	SIN API	TORNEIRA CROMADA DE MESA PARA LAVATORIO, BICA ALTA, COM AREJADOR (REF 1195)	UN	15	R\$ 117,14	R\$ 141,41	R\$ 2.121,17
450	1177 2	SIN API	TORNEIRA CROMADA DE MESA, PARA COZINHA, BICA MOVEL, COM AREJADOR, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1167 / 1168)	UN	15	R\$ 104,11	R\$ 125,68	R\$ 1.885,22
451	1177 3	SIN API	TORNEIRA CROMADA DE PAREDE, PARA COZINHA, BICA	UN	15	R\$ 103,79	R\$ 125,30	R\$ 1.879,43



			MOVEL, COM AREJADOR, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1167 / 1168)					
452	1341 5	SIN API	TORNEIRA DE MESA PARA LAVATORIO, FIXA, CROMADA, PADRAO POPULAR, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1193)	UN	15	R\$ 59,93	R\$ 72,35	R\$ 1.085,21
453	1176 2	SIN API	TORNEIRA CROMADA PARA JARDIM / TANQUE, COM BICO PLASTICO, CANO LONGO, DE PAREDE, PADRAO POPULAR / USO GERAL , 1/2 " OU 3/4 " (REF 1153 / 1130)	UN	15	R\$ 49,23	R\$ 59,43	R\$ 891,46
454	1176 3	SIN API	TORNEIRA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, AGUA FRIA, 1.1/2", COM HASTE E TORNEIRA METALICOS E BALAO PLASTICO	UN	5	R\$ 150,49	R\$ 181,67	R\$ 908,36
455	1176 4	SIN API	TORNEIRA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, AGUA FRIA, 1.1/4", COM HASTE E TORNEIRA METALICOS E BALAO PLASTICO	UN	5	R\$ 123,47	R\$ 149,05	R\$ 745,26
456	1182 9	SIN API	TORNEIRA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, AGUA FRIA, 1/2", COM HASTE E TORNEIRA METALICOS E BALAO PLASTICO	UN	15	R\$ 29,84	R\$ 36,02	R\$ 540,34
457	1183 0	SIN API	TORNEIRA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, AGUA FRIA, 3/4", COM HASTE E TORNEIRA METALICOS E BALAO PLASTICO	UN	15	R\$ 32,22	R\$ 38,90	R\$ 583,44
458	1182 5	SIN API	TORNEIRA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, 1", AGUA FRIA, COM HASTE E TORNEIRA METALICOS E BALAO PLASTICO	UN	15	R\$ 72,49	R\$ 87,51	R\$ 1.312,65
459	1176 7	SIN API	TORNEIRA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, 2", AGUA FRIA, COM	UN	10	R\$ 193,08	R\$ 233,09	R\$ 2.330,86



			HASTE E TORNEIRA METALICOS E BALAO PLASTICO					
460	20065	SIN API	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	20	R\$ 42,63	R\$ 51,46	R\$ 1.029,26
461	9836	SIN API	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	50	R\$ 16,31	R\$ 19,69	R\$ 984,47
462	9835	SIN API	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	50	R\$ 7,12	R\$ 8,60	R\$ 429,76
463	9838	SIN API	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	50	R\$ 11,77	R\$ 14,21	R\$ 710,44
464	9837	SIN API	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	50	R\$ 15,44	R\$ 18,64	R\$ 931,96
465	9867	SIN API	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 20 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	50	R\$ 3,97	R\$ 4,79	R\$ 239,63
466	9868	SIN API	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 25 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	50	R\$ 4,48	R\$ 5,41	R\$ 270,41
467	9869	SIN API	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 32 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	50	R\$ 9,67	R\$ 11,67	R\$ 583,68
468	9874	SIN API	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 40 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	50	R\$ 15,18	R\$ 18,33	R\$ 916,26
469	9875	SIN API	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 50 MM, PARA AGUA FRIA (NBR-5648)	M	50	R\$ 16,65	R\$ 20,10	R\$ 1.004,99
470	9873	SIN API	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 60 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	30	R\$ 27,40	R\$ 33,08	R\$ 992,32
471	9895	SIN API	UNIAO PVC, SOLDAVEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 14,51	R\$ 17,52	R\$ 175,16
472	9894	SIN API	UNIAO PVC, SOLDAVEL, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 27,92	R\$ 33,71	R\$ 337,05
473	9897	SIN API	UNIAO PVC, SOLDAVEL, 50 MM,	UN	10	R\$ 29,81	R\$ 35,99	R\$ 359,87



			PARA AGUA FRIA PREDIAL					
474	9910	SIN API	UNIAO PVC, SOLDAVEL, 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	5	R\$ 77,56	R\$ 93,63	R\$ 468,15
475	1048 1	SIN API	VERNIZ SINTETICO BRILHANTE PARA MADEIRA, COM FILTRO SOLAR, USO INTERNO E EXTERNO (BASE SOLVENTE)	L	20	R\$ 32,86	R\$ 39,67	R\$ 793,37
476	2111 2	SIN API	VALVULA DE DESCARGA EM METAL CROMADO PARA MICTORIO COM ACIONAMENTO POR PRESSAO E FECHAMENTO AUTOMATICO	UN	10	R\$ 230,13	R\$ 277,81	R\$ 2.778,13
477	1022 8	SIN API	VALVULA DE DESCARGA METALICA, BASE 1 1/2 " E ACABAMENTO METALICO CROMADO	UN	10	R\$ 267,35	R\$ 322,74	R\$ 3.227,45
478	1178 1	SIN API	VALVULA DE DESCARGA METALICA, BASE 1 1/4 " E ACABAMENTO METALICO CROMADO	UN	10	R\$ 216,58	R\$ 261,46	R\$ 2.614,55
479	1023 6	SIN API	VALVULA DE RETENCAO DE BRONZE, PE COM CRIVOS, EXTREMIDADE COM ROSCA, DE 1 1/2", PARA FUNDO DE POCO	UN	2	R\$ 132,34	R\$ 159,76	R\$ 319,52
480	1023 4	SIN API	VALVULA DE RETENCAO DE BRONZE, PE COM CRIVOS, EXTREMIDADE COM ROSCA, DE 1", PARA FUNDO DE POCO	UN	2	R\$ 78,12	R\$ 94,31	R\$ 188,61
481	1023 1	SIN API	VALVULA DE RETENCAO DE BRONZE, PE COM CRIVOS, EXTREMIDADE COM ROSCA, DE 2 1/2", PARA FUNDO DE POCO	UN	2	R\$ 358,24	R\$ 432,47	R\$ 864,93
482	1023 2	SIN API	VALVULA DE RETENCAO DE BRONZE, PE COM	UN	2	R\$ 200,46	R\$ 242,00	R\$ 483,99



			CRIVOS, EXTREMIDADE COM ROSCA, DE 2", PARA FUNDO DE POÇO					
483	1049 0	SIN API	VIDRO LISO INCOLOR 2 A 3 MM - SEM COLOCACAO	M2	15	R\$ 120,31	R\$ 145,24	R\$ 2.178,57
484	1049 2	SIN API	VIDRO LISO INCOLOR 4MM - SEM COLOCACAO	M2	15	R\$ 137,50	R\$ 165,99	R\$ 2.489,85
485	1049 3	SIN API	VIDRO LISO INCOLOR 5MM - SEM COLOCACAO	M2	15	R\$ 160,41	R\$ 193,65	R\$ 2.904,70
486	1049 1	SIN API	VIDRO LISO INCOLOR 6 MM - SEM COLOCACAO	M2	15	R\$ 194,79	R\$ 235,15	R\$ 3.527,26
487	1050 7	SIN API	VIDRO TEMPERADO INCOLOR E = 10 MM, SEM COLOCACAO	M2	15	R\$ 406,80	R\$ 491,09	R\$ 7.366,33
488	1050 5	SIN API	VIDRO TEMPERADO INCOLOR E = 6 MM, SEM COLOCACAO	M2	15	R\$ 240,04	R\$ 289,78	R\$ 4.346,64
489	1050 6	SIN API	VIDRO TEMPERADO INCOLOR E = 8 MM, SEM COLOCACAO	M2	15	R\$ 313,35	R\$ 378,28	R\$ 5.674,14
490	5031	SIN API	VIDRO TEMPERADO INCOLOR PARA PORTA DE ABRIR, E = 10 MM (SEM FERRAGENS E SEM COLOCACAO)	M2	15	R\$ 440,00	R\$ 531,17	R\$ 7.967,52
491	1049 6	SIN API	VIDRO COMUM LAMINADO, LISO, INCOLOR, DUPLO, ESPESSURA TOTAL 6 MM (CADA CAMADA E= 3 MM) - COLOCADO	M2	10	R\$ 572,91	R\$ 691,62	R\$ 6.916,17
492	3756 0	SIN API	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO - ALERTA, TRIANGULAR, BASE DE *30* CM, EM PVC *2* MM ANTI- CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UN	30	R\$ 19,68	R\$ 23,76	R\$ 712,73
493	3755 7	SIN API	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE , QUADRADA, *14 X 14* CM, EM PVC *2*	UN	30	R\$ 5,97	R\$ 7,21	R\$ 216,21



			MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)					
494	3755 6	SIN API	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, QUADRADA, *20 X 20* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UN	30	R\$ 11,56	R\$ 13,96	R\$ 418,66
495	3755 9	SIN API	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, *12 X 40* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UN	30	R\$ 14,18	R\$ 17,12	R\$ 513,54
496	3753 9	SIN API	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, *13 X 26* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UN	30	R\$ 10,00	R\$ 12,07	R\$ 362,16
497	3755 8	SIN API	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, *20 X 40* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UN	30	R\$ 18,64	R\$ 22,50	R\$ 675,07
498	1052 7	SIN API	LOCACAO DE ANDAIME METALICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, COM	MX MES	30	R\$ 20,00	R\$ 24,14	R\$ 724,32



			LARGURA DE 1 ATE 1,5 M E ALTURA DE *1,00* M (INCLUSO SAPATAS FIXAS OU RODIZIOS)					
TOTAL						% BDI (Mero Fornecimento)		TOTAL (R\$) (C/BDI)
						20,72		R\$ 410.277,80

SERVIÇOS EVENTUAIS DE ENGENHARIA								
1- DEMOLIÇÕES E RETIRADAS								
ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO INSUMO	UNID	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
1.1	97647	SINAPI	REMOÇÃO DE TELHAS, DE FIBROCIMENTO, METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	100	R\$ 3,60	R\$ 4,69	R\$ 469,15
1.2	97625	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA PARA QUALQUER TIPO DE BLOCO, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M3	30	R\$ 58,34	R\$ 76,03	R\$ 2.280,86
1.3	97631	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	30	R\$ 3,48	R\$ 4,54	R\$ 136,05
1.4	97632	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE RODAPÉ CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M	30	R\$ 2,71	R\$ 3,53	R\$ 105,95
1.5	97633	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	50	R\$ 23,74	R\$ 30,94	R\$ 1.546,90
1.6	97635	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTO INTERTRAVADO, DE FORMA MANUAL, COM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	30	R\$ 15,41	R\$ 20,08	R\$ 602,47
1.7	97638	SINAPI	REMOÇÃO DE CHAPAS E PERFIS DE DRYWALL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	100	R\$ 8,57	R\$ 11,17	R\$ 1.116,84
1.8	97640	SINAPI	REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	100	R\$ 1,86	R\$ 2,42	R\$ 242,40
1.9	97644	SINAPI	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	30	R\$ 9,69	R\$ 12,63	R\$ 378,84

1.10	97645	SINAPI	REMOÇÃO DE JANELAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	30	R\$ 35,02	R\$ 45,64	R\$ 1.369,14
1.11	97651	SINAPI	REMOÇÃO DE TESOURAS DE MADEIRA, COM VÃO MENOR QUE 8M, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	UNID	10	R\$ 85,87	R\$ 111,91	R\$ 1.119,06
1.12	97652	SINAPI	REMOÇÃO DE TESOURAS DE MADEIRA, COM VÃO MENOR QUE 8M, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	UNID	10	R\$ 194,65	R\$ 253,67	R\$ 2.536,68
1.13	97660	SINAPI	REMOÇÃO DE INTERRUPTORES/TOMADAS ELÉTRICAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	UNID	100	R\$ 0,70	R\$ 0,91	R\$ 91,22
1.14	97661	SINAPI	REMOÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M	200	R\$ 0,70	R\$ 0,91	R\$ 182,45
1.15	97662	SINAPI	REMOÇÃO DE TUBULAÇÕES (TUBOS E CONEXÕES) DE ÁGUA FRIA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M	200	R\$ 0,51	R\$ 0,66	R\$ 132,93
1.16	97663	SINAPI	REMOÇÃO DE LOUÇAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	UNID	20	R\$ 12,81	R\$ 16,69	R\$ 333,88
1.17	97664	SINAPI	REMOÇÃO DE ACESSÓRIOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	UNID	20	R\$ 1,59	R\$ 2,07	R\$ 41,44
1.18	97665	SINAPI	REMOÇÃO DE LUMINÁRIAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	UNID	20	R\$ 1,34	R\$ 1,75	R\$ 34,93
1.19	97666	SINAPI	REMOÇÃO DE METAIS SANITÁRIOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	UNID	20	R\$ 9,34	R\$ 12,17	R\$ 243,44
2- INFRAESTRUTURA, REPAROS E ADAPTAÇÕES								
ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO INSUMO	UNID	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
2.1	98575	SINAPI	TRATAMENTO DE JUNTA DE DILATAÇÃO, COM TARUGO DE POLIETILENO E SELANTE PU, INCLUSO PREENCHIMENTO COM ESPUMA EXPANSIVA PU. AF_06/2018	M	20	R\$ 107,19	R\$ 139,69	R\$ 2.793,80
2.2	103323	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	M2	20	R\$ 60,10	R\$ 78,32	R\$ 1.566,45



2.3	103325	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF 12/2021	M2	20	R\$ 80,32	R\$ 104,67	R\$ 2.093,46
2.4	87878	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF 06/2014	M2	20	R\$ 4,96	R\$ 6,46	R\$ 129,28
2.5	87561	SINAPI	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA OU CERÂMICA, EM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, PREPARO MECÂNICO, APLICADO COM EQUIPAMENTO DE MISTURA E PROJEÇÃO DE 1,5 M3/H DE ARGAMASSA EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 10MM, SEM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF 06/2014	M2	60	R\$ 41,27	R\$ 53,78	R\$ 3.226,98
3-COBERTURA								
ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO INSUMO	UNID	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
3.1	94207	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF 07/2019	M2	100	R\$ 46,44	R\$ 60,52	R\$ 6.052,06
3.2	94210	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MÁXIMA DE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF 07/2019	M2	100	R\$ 49,44	R\$ 64,43	R\$ 6.443,02
3.3	94213	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF 07/2019	M2	100	R\$ 75,43	R\$ 98,30	R\$ 9.830,04
3.4	94216	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF 07/2019	M2	30	R\$ 220,36	R\$ 287,17	R\$ 8.615,19
3.5	94223	SINAPI	CUMEEIRA PARA TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, INCLUSO ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO E IÇAMENTO. AF 07/2019	M	100	R\$ 77,59	R\$ 101,12	R\$ 10.111,53
3.6	100383	SINAPI	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE PONTALETES DE MADEIRA NÃO APARELHADA PARA TELHADOS COM ATÉ 2 ÁGUAS E COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, ALUMÍNIO OU PLÁSTICA EM EDIFÍCIO RESIDENCIAL DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF 07/2019	M2	100	R\$ 29,81	R\$ 38,85	R\$ 3.884,84
4-IMPERMEABILIZAÇÕES E TRATAMENTOS								
ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO INSUMO	UNID	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)



4.1	98546	SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, UMA CAMADA, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=3MM. AF_06/2018	M2	50	R\$ 105,55	R\$ 137,55	R\$ 6.877,64
4.2	98553	SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MEMBRANA À BASE DE POLIURETANO, 2 DEMÃOS. AF_06/2018	M2	50	R\$ 132,43	R\$ 172,58	R\$ 8.629,14
4.3	98557	SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS AF_06/2018	M2	50	R\$ 42,44	R\$ 55,31	R\$ 2.765,39
4.4	98563	SINAPI	PROTEÇÃO MECÂNICA DE SUPERFÍCIE HORIZONTAL COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:3, E=2CM. AF_06/2018	M2	50	R\$ 36,36	R\$ 47,38	R\$ 2.369,22
4.5	98569	SINAPI	PROTEÇÃO MECÂNICA DE SUPERFÍCIE HORIZONTAL COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:3, E=5CM. AF_06/2018	M2	50	R\$ 83,73	R\$ 109,12	R\$ 5.455,85
5-FORROS								
ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO INSUMO	UNID	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
5.1	96117	SINAPI	FORRO EM MADEIRA PINUS, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017	M2	30	R\$ 210,18	R\$ 273,91	R\$ 8.217,20
5.2	96122	SINAPI	ACABAMENTOS PARA FORRO (RODA-FORRO EM MADEIRA PINUS). AF_05/2017	M	35	R\$ 50,96	R\$ 66,41	R\$ 2.324,39
5.3	96113	SINAPI	FORRO EM PLACAS DE GESSO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS. AF_05/2017_P	M2	30	R\$ 39,40	R\$ 51,35	R\$ 1.540,38
5.4	96114	SINAPI	FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	M2	30	R\$ 75,50	R\$ 98,39	R\$ 2.951,75
5.5	96116	SINAPI	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	M2	40	R\$ 84,72	R\$ 110,41	R\$ 4.416,28
5.6	96121	SINAPI	ACABAMENTOS PARA FORRO (RODA-FORRO EM PERFIL METÁLICO E PLÁSTICO). AF_05/2017	M	40	R\$ 15,49	R\$ 20,19	R\$ 807,46
6-PAVIMENTAÇÃO E PISOS								
ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO INSUMO	UNID	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)



6.1	92400	SINAPI	EXECUÇÃO DE PÁTIO/ESTACIONAMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 10 CM. AF_12/2015	M2	25	R\$ 80,02	R\$ 104,28	R\$ 2.607,05
6.2	98563	SINAPI	PROTEÇÃO MECÂNICA DE SUPERFÍCIE HORIZONTAL COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:3, E=2CM. AF_06/2018	M2	25	R\$ 36,36	R\$ 47,38	R\$ 1.184,61
6.3	94991	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M3	10	R\$ 614,65	R\$ 801,01	R\$ 8.010,12
6.4	94993	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_07/2016	M2	25	R\$ 68,83	R\$ 89,70	R\$ 2.242,48
6.5	94994	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_07/2016	M2	25	R\$ 90,46	R\$ 117,89	R\$ 2.947,19
6.6	103075	SINAPI	EXECUÇÃO DE PISO DE CONCRETO, COM ACABAMENTO SUPERFICIAL, ESPESSURA DE 15 CM, FCK = 30 MPA, COM USO DE FORMAS EM MADEIRA SERRADA. AF_09/2021	M2	25	R\$ 187,56	R\$ 244,43	R\$ 6.110,70
6.7	87624	SINAPI	CONTRAPISO EM ARGAMASSA PRONTA, PREPARO MECÂNICO COM MISTURADOR 300 KG, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 2CM. AF_07/2021	M2	25	R\$ 72,55	R\$ 94,55	R\$ 2.363,68
6.8	87633	SINAPI	CONTRAPISO EM ARGAMASSA PRONTA, PREPARO MECÂNICO COM MISTURADOR 300 KG, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 3CM. AF_07/2021	M2	25	R\$ 87,36	R\$ 113,85	R\$ 2.846,19
6.9	87246	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M2. AF_06/2014	M2	25	R\$ 65,83	R\$ 85,79	R\$ 2.144,74
6.10	87247	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M2 E 10 M2. AF_06/2014	M2	25	R\$ 58,59	R\$ 76,35	R\$ 1.908,86
6.11	87248	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_06/2014	M2	25	R\$ 50,98	R\$ 66,44	R\$ 1.660,93
6.12	87249	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M2. AF_06/2014	M2	25	R\$ 70,74	R\$ 92,19	R\$ 2.304,71
6.13	87250	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M2 E 10 M2. AF_06/2014	M2	25	R\$ 59,98	R\$ 78,17	R\$ 1.954,15
6.14	87251	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE	M2	25	R\$ 51,26	R\$ 66,80	R\$ 1.670,05



		A PI	DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_06/2014					
6.15	87258	SI N A PI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M². AF_06/2014	M 2	25	R\$ 152,34	R\$ 198,53	R\$ 4.963,24
6.16	87259	SI N A PI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M² E 10 M². AF_06/2014	M 2	25	R\$ 139,31	R\$ 181,55	R\$ 4.538,72
6.17	87260	SI N A PI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M². AF_06/2014	M 2	25	R\$ 129,94	R\$ 169,34	R\$ 4.233,45
6.18	87261	SI N A PI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M². AF_06/2014	M 2	25	R\$ 174,06	R\$ 226,83	R\$ 5.670,87
6.19	87262	SI N A PI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M² E 10 M². AF_06/2014	M 2	25	R\$ 159,36	R\$ 207,68	R\$ 5.191,95
6.20	87263	SI N A PI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M². AF_06/2014	M 2	25	R\$ 148,47	R\$ 193,49	R\$ 4.837,15
6.21	98671	SI N A PI	PISO EM GRANITO APLICADO EM AMBIENTES INTERNOS. AF_09/2020	M 2	2	R\$ 420,36	R\$ 547,81	R\$ 1.095,63
6.22	98672	SI N A PI	PISO EM MÁRMORE APLICADO EM AMBIENTES INTERNOS. AF_09/2020	M 2	2	R\$ 615,38	R\$ 801,96	R\$ 1.603,93
6.23	101727	SI N A PI	PISO VINÍLICO SEMI-FLEXÍVEL EM PLACAS, PADRÃO LISO, ESPESSURA 3,2 MM, FIXADO COM COLA. AF_09/2020	M 2	25	R\$ 191,95	R\$ 250,15	R\$ 6.253,73
6.24	101739	SI N A PI	RODAPÉ EM MADEIRA, ALTURA 7CM, FIXADO COM COLA E PARAFUSOS. AF_09/2020	M	50	R\$ 32,68	R\$ 42,59	R\$ 2.129,43
6.25	87269	SI N A PI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 25X35 CM APLICADAS NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_02/2023 PE	M 2	40	R\$ 73,21	R\$ 95,41	R\$ 3.816,29
6.26	87271	SI N A PI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 25X35 CM APLICADAS A MEIA ALTURA DAS PAREDES. AF_02/2023 PE	M 2	40	R\$ 78,67	R\$ 102,52	R\$ 4.100,91
7-PINTURA								
I T E M	C Ó D I G O	B A N C O	DESCRIÇÃO INSUMO	U N I D	QUA NTI DAD E	CUSTO UNITÁ RIO (R\$)	PREÇO UNITÁ RIO (R\$)	TOTA L (R\$)

7.1	10 07 17	SI N A PI	LIXAMENTO MANUAL EM SUPERFÍCIES METÁLICAS EM OBRA. AF_01/2020	M 2	20	R\$ 10,59	R\$ 13,80	R\$ 276,02
7.2	10 07 22	SI N A PI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020	M 2	20	R\$ 25,09	R\$ 32,70	R\$ 653,95
7.3	10 07 62	SI N A PI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO FOSCO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020	M 2	20	R\$ 51,05	R\$ 66,53	R\$ 1.330,57
7.4	88 48 4	SI N A PI	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM TETO, UMA DEMÃO. AF_06/2014	M 2	100	R\$ 5,19	R\$ 6,76	R\$ 676,36
7.5	88 48 5	SI N A PI	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	M 2	100	R\$ 4,20	R\$ 5,47	R\$ 547,34
7.6	88 49 4	SI N A PI	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM TETO, UMA DEMÃO. AF_06/2014	M 2	100	R\$ 22,92	R\$ 29,87	R\$ 2.986,93
7.7	88 49 5	SI N A PI	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	M 2	100	R\$ 13,08	R\$ 17,05	R\$ 1.704,59
7.8	88 49 6	SI N A PI	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M 2	100	R\$ 35,06	R\$ 45,69	R\$ 4.569,02
7.9	88 49 7	SI N A PI	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M 2	100	R\$ 20,61	R\$ 26,86	R\$ 2.685,90
7.10	88 48 8	SI N A PI	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M 2	100	R\$ 14,89	R\$ 19,40	R\$ 1.940,46
7.11	88 48 9	SI N A PI	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M 2	100	R\$ 12,47	R\$ 16,25	R\$ 1.625,09
7.12	10 21 93	SI N A PI	LIXAMENTO DE MADEIRA PARA APLICAÇÃO DE FUNDO OU PINTURA. AF_01/2021	M 2	100	R\$ 2,32	R\$ 3,02	R\$ 302,34
7.13	10 21 97	SI N A PI	PINTURA FUNDO NIVELADOR ALQUÍDICO BRANCO EM MADEIRA. AF_01/2021	M 2	100	R\$ 34,59	R\$ 45,08	R\$ 4.507,77
7.14	10 22 03	SI N	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO E EXTERNO, 1 DEMÃO. AF_01/2021	M 2	100	R\$ 10,42	R\$ 13,58	R\$ 1.357,93



		A PI						
7. 1 5	10 22 08	SI N A PI	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO FOSCO EM MADEIRA, 1 DEMÃO. AF_01/2021	M 2	100	R\$ 8,29	R\$ 10,80	R\$ 1.080,35
7. 1 6	10 22 18	SI N A PI	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO FOSCO EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	M 2	100	R\$ 16,59	R\$ 21,62	R\$ 2.162,01
7. 1 7	10 24 88	SI N A PI	PREPARO DO PISO CIMENTADO PARA PINTURA - LIXAMENTO E LIMPEZA. AF_05/2021	M 2	30	R\$ 3,76	R\$ 4,90	R\$ 147,00
7. 1 8	10 24 91	SI N A PI	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	M 2	30	R\$ 20,53	R\$ 26,75	R\$ 802,64
7. 1 9	10 25 00	SI N A PI	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE VAGA COM TINTA ACRÍLICA, E = 10 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	M	100	R\$ 4,43	R\$ 5,77	R\$ 577,32
7. 2 0	10 25 13	SI N A PI	PINTURA DE SÍMBOLOS E TEXTOS COM TINTA ACRÍLICA, DEMARCAÇÃO COM FITA ADESIVA E APLICAÇÃO COM ROLO. AF_05/2021	M 2	50	R\$ 48,11	R\$ 62,70	R\$ 3.134,85
8-PORTAS								
I T E M	C Ó D I G O	B A N C O	DESCRIÇÃO INSUMO	U N I D	Q U A N T I D A D E	C U S T O U N I T Á R I O (R\$)	P R E Ç O U N I T Á R I O (R\$)	T O T A L (R\$)
8. 1	90 79 1	SI N A PI	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA PESADA OU SUPERPESADA, 80X210CM, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO PARCIAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2019	U N I D	2	R\$ 976,92	R\$ 1.273,12	R\$ 2.546,24
8. 2	90 79 3	SI N A PI	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA PESADA OU SUPERPESADA, 90X210CM, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO TOTAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2019	U N I D	2	R\$ 1.031,73	R\$ 1.344,55	R\$ 2.689,10
8. 3	90 84 3	SI N A PI	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2019	U N I D	2	R\$ 1.151,68	R\$ 1.500,87	R\$ 3.001,74
9-VIDROS								
I T E M	C Ó D I	B A N	DESCRIÇÃO INSUMO	U N I D	Q U A N T I D A D E	C U S T O U N I T Á R I O (R\$)	P R E Ç O U N I T Á R I O (R\$)	T O T A L (R\$)



	G O	C O						
9.1	10 21 51	SI N A PI	INSTALAÇÃO DE VIDRO LISO INCOLOR, E = 3 MM, EM ESQUADRIA DE MADEIRA, FIXADO COM BAGUETE. AF_01/2021	M 2	5	R\$ 166,61	R\$ 217,13	R\$ 1.085,6 3
9.2	10 21 61	SI N A PI	INSTALAÇÃO DE VIDRO LISO INCOLOR, E = 3 MM, EM ESQUADRIA DE ALUMÍNIO OU PVC, FIXADO COM BAGUETE. AF_01/2021_P	M 2	10	R\$ 329,51	R\$ 429,42	R\$ 4.294,1 7
9.3	10 21 62	SI N A PI	INSTALAÇÃO DE VIDRO LISO INCOLOR, E = 4 MM, EM ESQUADRIA DE ALUMÍNIO OU PVC, FIXADO COM BAGUETE. AF_01/2021_P	M 2	10	R\$ 346,70	R\$ 451,82	R\$ 4.518,1 9
9.4	10 21 64	SI N A PI	INSTALAÇÃO DE VIDRO LISO INCOLOR, E = 5 MM, EM ESQUADRIA DE ALUMÍNIO OU PVC, FIXADO COM BAGUETE. AF_01/2021_P	M 2	10	R\$ 330,59	R\$ 430,82	R\$ 4.308,2 5
9.5	10 21 66	SI N A PI	INSTALAÇÃO DE VIDRO LISO INCOLOR, E = 6 MM, EM ESQUADRIA DE ALUMÍNIO OU PVC, FIXADO COM BAGUETE. AF_01/2021_P	M 2	10	R\$ 326,27	R\$ 425,20	R\$ 4.251,9 5
9.6	10 21 76	SI N A PI	INSTALAÇÃO DE VIDRO LAMINADO, E = 8 MM (4+4), ENCAIXADO EM PERFIL U. AF_01/2021_P	M 2	1	R\$ 867,10	R\$ 1.130,00	R\$ 1.130,0 0
9.7	10 21 79	SI N A PI	INSTALAÇÃO DE VIDRO TEMPERADO, E = 6 MM, ENCAIXADO EM PERFIL U. AF_01/2021_P	M 2	10	R\$ 382,50	R\$ 498,47	R\$ 4.984,7 4
9.8	10 21 80	SI N A PI	INSTALAÇÃO DE VIDRO TEMPERADO, E = 8 MM, ENCAIXADO EM PERFIL U. AF_01/2021_P	M 2	10	R\$ 444,06	R\$ 578,70	R\$ 5.786,9 9
9.9	10 21 81	SI N A PI	INSTALAÇÃO DE VIDRO TEMPERADO, E = 10 MM, ENCAIXADO EM PERFIL U. AF_01/2021_P	M 2	10	R\$ 526,97	R\$ 686,75	R\$ 6.867,4 7
9.10	10 21 90	SI N A PI	REMOÇÃO DE VIDRO LISO COMUM DE ESQUADRIA COM BAGUETE DE MADEIRA. AF_01/2021	M 2	10	R\$ 20,61	R\$ 26,86	R\$ 268,59
9.11	10 21 91	SI N A PI	REMOÇÃO DE VIDRO LISO COMUM DE ESQUADRIA COM BAGUETE DE ALUMÍNIO OU PVC. AF_01/2021	M 2	10	R\$ 25,03	R\$ 32,62	R\$ 326,19
9.12	10 21 92	SI N A PI	REMOÇÃO DE VIDRO TEMPERADO FIXADO EM PERFIL U. AF_01/2021	M 2	10	R\$ 17,86	R\$ 23,28	R\$ 232,75
10-SERRALHERIA								
I T E M	C Ó D I G O	B A N C O	DESCRIÇÃO INSUMO	U N I D	QUA NTI DAD E	CUSTO UNITÁ RIO (R\$)	PREÇO UNITÁ RIO (R\$)	TOTA L (R\$)



10.11	1979	SINAPI	CHAPIM (RUFO CAPA) EM AÇO GALVANIZADO, CORTE 33. AF_11/2020	M	20	R\$ 42,15	R\$ 54,93	R\$ 1.098,60
10.12	9427	SINAPI	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	20	R\$ 60,91	R\$ 79,38	R\$ 1.587,56
10.13	9428	SINAPI	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	20	R\$ 82,62	R\$ 107,67	R\$ 2.153,41
10.14	9429	SINAPI	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	20	R\$ 159,33	R\$ 207,64	R\$ 4.152,78
10.15	94231	SINAPI	RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	20	R\$ 49,39	R\$ 64,37	R\$ 1.287,30
11-INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS								
ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO INSUMO	UNID	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
11.11	89971	SINAPI	KIT DE REGISTRO DE GAVETA BRUTO DE LATÃO ½", INCLUSIVE CONEXÕES, ROSCÁVEL, INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA FRIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UNID	2	R\$ 50,04	R\$ 65,21	R\$ 130,42
11.12	89972	SINAPI	KIT DE REGISTRO DE GAVETA BRUTO DE LATÃO ¾", INCLUSIVE CONEXÕES, ROSCÁVEL, INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA FRIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UNID	2	R\$ 55,92	R\$ 72,87	R\$ 145,75
11.13	94795	SINAPI	TORNEIRA DE BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA, ROSCÁVEL, 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UNID	2	R\$ 36,32	R\$ 47,33	R\$ 94,66
11.14	94796	SINAPI	TORNEIRA DE BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA, ROSCÁVEL, 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UNID	2	R\$ 42,15	R\$ 54,93	R\$ 109,86
11.15	94797	SINAPI	TORNEIRA DE BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA, ROSCÁVEL, 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UNID	2	R\$ 85,87	R\$ 111,91	R\$ 223,81
11.16	94800	SINAPI	TORNEIRA DE BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA, ROSCÁVEL, 2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UNID	2	R\$ 223,68	R\$ 291,50	R\$ 583,00
11.17	99635	SINAPI	VÁLVULA DE DESCARGA METÁLICA, BASE 1 1/2", ACABAMENTO METALICO CROMADO- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UNID	2	R\$ 315,58	R\$ 411,26	R\$ 822,53
11.18	103018	SIN	VÁLVULA DE DESCARGA METÁLICA, BASE 1 1/4", ACABAMENTO METALICO CROMADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	2	R\$ 258,42	R\$ 336,77	R\$ 673,55



		A PI		I D				
1 1. 9	10 30 50	SI N A PI	SUBSTITUIÇÃO DE REGISTRO OU VÁLVULA, ROSCÁVEL, DN 20 MM. AF_08/2021	U N I D	2	R\$ 26,19	R\$ 34,13	R\$ 68,26
1 1. 0	10 30 51	SI N A PI	SUBSTITUIÇÃO DE REGISTRO OU VÁLVULA, ROSCÁVEL, DN 25 MM. AF_08/2021	U N I D	2	R\$ 31,66	R\$ 41,26	R\$ 82,52
1 1. 1	10 30 52	SI N A PI	SUBSTITUIÇÃO DE REGISTRO OU VÁLVULA, ROSCÁVEL, DN 32 MM. AF_08/2021	U N I D	2	R\$ 42,60	R\$ 55,52	R\$ 111,03
1 1. 2	90 44 4	SI N A PI	RASGO EM CONTRAPISO PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_05/2015	M	10	R\$ 29,53	R\$ 38,48	R\$ 384,83
1 1. 3	90 44 5	SI N A PI	RASGO EM CONTRAPISO PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO COM DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM. AF_05/2015	M	10	R\$ 31,51	R\$ 41,06	R\$ 410,64
1 1. 4	90 44 6	SI N A PI	RASGO EM CONTRAPISO PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO COM DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM. AF_05/2015	M	10	R\$ 34,24	R\$ 44,62	R\$ 446,22
1 1. 5	90 46 8	SI N A PI	CHUMBAMENTO LINEAR EM CONTRAPISO PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO COM DIÂMETRO S MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_05/2015	M	10	R\$ 6,28	R\$ 8,18	R\$ 81,84
1 1. 6	90 46 9	SI N A PI	CHUMBAMENTO LINEAR EM CONTRAPISO PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO COM DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM. AF_05/2015	M	10	R\$ 10,05	R\$ 13,10	R\$ 130,97
1 1. 7	90 47 0	SI N A PI	CHUMBAMENTO LINEAR EM CONTRAPISO PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO COM DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM. AF_05/2015	M	10	R\$ 13,80	R\$ 17,98	R\$ 179,84
1 1. 8	89 79 7	SI N A PI	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	U N I D	2	R\$ 53,20	R\$ 69,33	R\$ 138,66
1 1. 9	91 78 4	SI N A PI	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 20 MM (INSTALADO EM RAMAL, SUB-RAMAL OU RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	M	50	R\$ 49,24	R\$ 64,17	R\$ 3.208,4 8
1 1. 2 0	91 78 5	SI N A PI	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 25 MM (INSTALADO EM RAMAL, SUB-RAMAL, RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO OU PRUMADA), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	M	50	R\$ 48,14	R\$ 62,74	R\$ 3.136,8 0
1 1.	91 78 6	SI N	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO TUBOS DE PVC, SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 32 MM (INSTALADO EM RAMAL,	M	50	R\$ 33,40	R\$ 43,53	R\$ 2.176,3 4



2		A	SUB-RAMAL, RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO OU PRUMADA), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015					
1		PI						
1	91	SI	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBO DE PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM (INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	M	50	R\$ 68,13	R\$ 88,79	R\$ 4.439,35
1	1.792	NA						
2	2	PI						
1	91	SI	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBO DE PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM (INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES PARA, PRÉDIOS. AF_10/2015	M	50	R\$ 101,19	R\$ 131,87	R\$ 6.593,54
1	1.793	NA						
2	3	PI						
1	91	SI	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INST. TUBO PVC, SÉRIE N, ESGOTO PREDIAL, 100 MM (INST. RAMAL DESCARGA, RAMAL DE ESG. SANIT., PRUMADA ESG. SANIT., VENTILAÇÃO OU SUB-COLETOR AÉREO), INCL. CONEXÕES E CORTES, FIXAÇÕES, P/ PRÉDIOS. AF_10/2015	M	50	R\$ 75,00	R\$ 97,74	R\$ 4.887,00
1	1.795	NA						
2	5	PI						
1	98	SI	TAMPA CIRCULAR PARA ESGOTO E DRENAGEM, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 0,6 M. AF_12/2020	UNID	5	R\$ 98,57	R\$ 128,46	R\$ 642,28
1	1.115	NA						
2	5	PI						
12-LOUÇAS METAIS E ACESSÓRIOS								
I	C	B	DESCRIÇÃO INSUMO	U	QUA	CUSTO	PREÇO	TOTA
T	Ó	A		N	NTI	UNITÁ	UNITÁ	L (R\$)
E	DI	N		I	DAD	RIO	RIO	
M	G	C		D	E	(R\$)	(R\$)	
	O	O						
1	10	SI	TAPA VISTA DE MICTÓRIO EM GRANITO CINZA POLIDO, ESP = 3CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE AC III-E . AF_01/2021	M2	2	R\$ 868,72	R\$ 1.132,12	R\$ 2.264,23
2.	22	NA						
1	55	PI						
1	10	SI	MICTÓRIO SIFONADO LOUÇA BRANCA PADRÃO MÉDIO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UNID	2	R\$ 702,63	R\$ 915,67	R\$ 1.831,33
2.	08	NA						
2	58	PI						
1	86	SI	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA - PADRÃO MÉDIO , INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM METAL CROMADO, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UNID	2	R\$ 593,78	R\$ 773,81	R\$ 1.547,63
2.	93	NA						
3	2	PI						
1	86	SI	CUBA DE EMBUTIR OVAL EM LOUÇA BRANCA, 35 X 50CM OU EQUIVALENTE, INCLUSO VÁLVULA EM METAL CROMADO E SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UNID	2	R\$ 260,21	R\$ 339,11	R\$ 678,21
2.	93	NA						
4	7	PI						
1	86	SI	BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO, DE 0,50 X 0,60 M, PARA LAVATÓRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UNID	2	R\$ 374,88	R\$ 488,54	R\$ 977,09
2.	89	NA						
5	5	PI						



1 2. 6	86 92 0	SI N A PI	TANQUE DE LOUÇA BRANCA COM COLUNA, 30L OU EQUIVALENTE, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA PLÁSTICA E TORNEIRA DE METAL CROMADO PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	U N I D	2	R\$ 842,59	R\$ 1.098,06	R\$ 2.196,13
1 2. 7	86 90 6	SI N A PI	TORNEIRA CROMADA DE MESA, 1/2 OU 3/4, PARA LAVATÓRIO, PADRÃO POPULAR- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	U N I D	2	R\$ 63,42	R\$ 82,65	R\$ 165,30
1 2. 8	86 90 9	SI N A PI	TORNEIRA CROMADA TUBO MÓVEL, DE MESA, 1/2 OU 3/4, PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO ALTO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	U N I D	2	R\$ 110,12	R\$ 143,51	R\$ 287,02
1 2. 9	86 91 0	SI N A PI	TORNEIRA CROMADA TUBO MÓVEL, DE PAREDE, 1/2 OU 3/4, PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	U N I D	2	R\$ 108,01	R\$ 140,76	R\$ 281,52
1 2. 1 0	86 91 1	SI N A PI	TORNEIRA CROMADA LONGA, DE PAREDE, 1/2 OU 3/4, PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	U N I D	2	R\$ 74,25	R\$ 96,76	R\$ 193,53
1 2. 1 1	86 91 4	SI N A PI	TORNEIRA CROMADA 1/2 OU 3/4 PARA TANQUE, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	U N I D	2	R\$ 83,56	R\$ 108,90	R\$ 217,79
13-INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO								
I T E M	C Ó D I G O	B A N C O	DESCRIÇÃO INSUMO	U N I D	QUA NTI DAD E	CUSTO UNITÁ RIO (R\$)	PREÇO UNITÁ RIO (R\$)	TOTA L (R\$)
1 3. 1	10 19 05	SI N A PI	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE ÁGUA PRESSURIZADA DE 10 L, CLASSE A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_P	U N I D	2	R\$ 198,47	R\$ 258,65	R\$ 517,29
1 3. 2	10 19 07	SI N A PI	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE CO2 DE 6 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_P	U N I D	2	R\$ 619,22	R\$ 806,97	R\$ 1.613,94
1 3. 3	10 19 08	SI N A PI	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE PQS DE 4 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_P	U N I D	2	R\$ 192,75	R\$ 251,19	R\$ 502,38
14-LIMPEZA								
I T E M	C Ó D I G O	B A N C O	DESCRIÇÃO INSUMO	U N I D	QUA NTI DAD E	CUSTO UNITÁ RIO (R\$)	PREÇO UNITÁ RIO (R\$)	TOTA L (R\$)
1 4. 1		P M	LAVAGEM DE FACHADAS E LIMPEZA DE VIDROS EXTERNOS DE PRÉDIO, INCLUÍDO TODOS OS SERVIÇOS, EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E PRODUTOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	M 2	5000	R\$ 32,60	R\$ 42,48	R\$ 212,40 4,48
1 4. 2		P M	LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA/RESERVATÓRIO (Até 2m3)	M 3	30	R\$ 131,76	R\$ 171,72	R\$ 5.151,47

14.3	3	P M	LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA/RESERVATÓRIO (de 2m3 até 5m3)	M 3	50	R\$ 71,37	R\$ 93,01	R\$ 4.650,33
14.4	4	P M	LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA/RESERVATÓRIO (mais de 5m3)	M 3	100	R\$ 43,92	R\$ 57,24	R\$ 5.724,30
15-EQUIPAMENTOS								
ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO INSUMO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
15.1	5	P M	LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA DE (mínimo 4m3)	UNIDADE	20	R\$ 188,45	R\$ 245,59	R\$ 4.911,85
16-MÃO DE OBRA								
ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO INSUMO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
16.1	6	P M	COORDENAÇÃO DE ATIVIDADE DE MANUTENÇÃO PREDIAL	MÊSES	12	R\$ 3.570,00	R\$ 4.652,42	R\$ 55.829,09
TOTAL FINAL						% BDI		TOTAL (R\$) (C/BDI)
						30,32		R\$ 623.943,92



APÊNDICE VI – DEMONSTRATIVO DE BDI

DEMONSTRATIVO DE BDI – POSTOS DE TRABALHO							
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TAXA (%)	OBSERVAÇÃO	SITUAÇÃO DO INTERVALO ADMISSIVEL	PARCELAS DO BDI (%)		
					1 Quartil	Médio	3 Quartil
1	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,00%		OK	3,00%	4,00%	5,50%
2	SG - SEGUROS + GARANTIA	0,80%		OK	0,80%	0,80%	1,00%
3	R - RISCOS	0,97%		OK	0,97%	1,27%	1,27%
4	DF - DESPESAS FINANCEIRAS	0,59%		OK	0,59%	1,23%	1,39%
5	L - LUCRO BRUTO	6,16%		OK	6,16%	7,40%	8,96%
6	I - IMPOSTOS	13,15%					
6.1	PIS	0,65%					
6.2	COFINS	3,00%					
6.3	ISS (CONFORME LEGISLAÇÃO MUNICIPAL)	5,00%					
6.4	CONTRIB.PREV. SOBRE REC. BRUTA - CPRB	4,50%					
Parâmetros do Acórdão 2.622/2013 - Plenário							
BDI (%)		28,82%		Sem CPRB	20,34%	22,12%	25,00%
			OK	Com CPRB	26,01%	27,87%	30,89%

Onde:

AC: taxa de administração central;
S: taxa de seguros;
G: taxa de garantias;
R: taxa de riscos;
DF: taxa de despesas financeiras;
L: taxa de lucro/remuneração;
I: taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS, ISS, CPRB).

Equação Acórdão TCU 2.622/2013 - Plenário

$$BDI = \left(\left(\frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 + I)} \right) - 1 \right) \times 100$$

DEMONSTRATIVO DE BDI – INSUMOS (MERO FORNECIMENTO)							
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TAXA (%)	OBSERVAÇÃO	SITUAÇÃO DO INTERVALO ADMISSÍVEL	PARCELAS DO BDI (%)		
					1 Quartil	Médio	3 Quartil



1	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45%		OK	1,50%	3,45%	4,49%
2	SG - SEGUROS + GARANTIA	0,30%		OK	0,30%	0,48%	0,82%
3	R - RISCOS	0,85%		OK	0,56%	0,85%	0,89%
4	DF - DESPESAS FINANCEIRAS	0,85%		OK	0,85%	0,85%	1,11%
5	L - LUCRO BRUTO	5,11%		OK	3,50%	5,11%	6,22%
6	I - IMPOSTOS	8,15%					
6.1	PIS	0,65%					
6.2	COFINS	3,00%					
6.3	ISS (CONFORME LEGISLAÇÃO MUNICIPAL)	0,00%					
6.4	CONTRIB.PREV. SOBRE REC. BRUTA - CPRB	4,50%					
Parâmetros do Acórdão 2.622/2013 - Plenário							
BDI (%)		20,72		Sem CPRB	11,10%	14,02%	16,80%
			OK	Com CPRB	16,34%	19,39%	22,30%

Onde:

AC: taxa de administração central;
S: taxa de seguros;
G: taxa de garantias;
R: taxa de riscos;
DF: taxa de despesas financeiras;
L: taxa de lucro/remuneração;
I: taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS, ISS, CPRB).

Equação Acórdão TCU 2.622/2013 - Plenário

$$BDI = \left(\left(\frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 + I)} \right) - 1 \right) \times 100$$

DEMONSTRATIVO DE BDI – SERVIÇOS EVENTUAIS							
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TAXA (%)	OBSERVAÇÃO	SITUAÇÃO DO INTERVALO ADMISSÍVEL	PARCELAS DO BDI (%)		
					1 Quartil	Médio	3 Quartil
1	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,00%		OK	3,00%	4,00%	5,50%
2	SG - SEGUROS + GARANTIA	0,80%		OK	0,80%	0,80%	1,00%
3	R - RISCOS	0,97%		OK	0,97%	1,27%	1,27%
4	DF - DESPESAS FINANCEIRAS	0,59%		OK	0,59%	1,23%	1,39%
5	L - LUCRO BRUTO	7,40%		OK	6,16%	7,40%	8,96%



6	I - IMPOSTOS	13,15%					
6.1	PIS	0,65%					
6.2	COFINS	3,00%					
6.3	ISS (CONFORME LEGISLAÇÃO MUNICIPAL)	5,00%					
6.4	CONTRIB.PREV. SOBRE REC. BRUTA - CPRB	4,50%					
Parâmetros do Acórdão 2.622/2013 - Plenário							
BDI (%)		30,32%		Sem CPRB	20,34%	22,12%	25,00%
			OK	Com CPRB	26,01%	27,87%	30,89%

Onde:

AC: taxa de administração central;
S: taxa de seguros;
G: taxa de garantias;
R: taxa de riscos;
DF: taxa de despesas financeiras;
L: taxa de lucro/remuneração;
I: taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS, ISS, CPRB).

Equação Acórdão TCU 2.622/2013 -
Plenário

$$BDI = \left(\left(\frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 + I)} \right) - 1 \right) \times 100$$



APÊNDICE VII – MODELO DE PLANILHA DE DEMONSTRAÇÃO DE BDI

DEMONSTRATIVO BDI							
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TAXA (%)	OBSERVAÇÃO	SITUAÇÃO DO INTERVALO ADMISSIVEL	PARCELAS DO BDI (%)		
					1 Quartil	Médio	3 Quartil
1	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL						
2	SG - SEGUROS + GARANTIA						
3	R - RISCOS						
4	DF - DESPESAS FINANCEIRAS						
5	L - LUCRO BRUTO						
6	I - IMPOSTOS						
6.1	PIS						
6.2	COFINS						
6.3	ISS (CONFORME LEGISLAÇÃO MUNICIPAL)						
6.4	CONTRIB.PREV. SOBRE REC. BRUTA - CPRB						
Parâmetros do Acórdão 2.622/2013 - Plenário							
BDI (%)				Sem CPRB			
				Com CPRB			

Onde:

AC: taxa de administração central;
S: taxa de seguros;
G: taxa de garantias;
R: taxa de riscos;
DF: taxa de despesas financeiras;
L: taxa de lucro/remuneração;
I: taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS, ISS, CPRB).

Equação Acórdão TCU 2.622/2013 - Plenário

$$BDI = \left(\left(\frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 + I)} \right) - 1 \right) \times 100$$



APÊNDICE VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Modelo (Papel Timbrado da Empresa)

TERMO DE VISTORIA

PREGÃO ELETRÔNICO N° _____ / 202____ - _____

À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ:

OBJETO DO PREGÃO: Contratação de empresa especializada no ramo da Engenharia para prestação de serviços continuados de operação, de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas e instalações, incluindo fornecimento de mão de obra (Postos de Serviço e Mão de obra Especializada), material de consumo e insumos necessários e adequados à execução dos serviços, bem como realização de serviços comuns de engenharia, eventuais e sob demanda, para todas as sedes da Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPE/PR, e também, em quaisquer novas instalações que venham a ser ocupadas pela Instituição.

() Declaro, como representante da empresa _____ que visitamos o(s) local(ais) dos serviços referentes ao PREGÃO ELETRÔNICO supracitado, conforme indicados no Edital da Licitação, estando ciente de todos os detalhes dos imóveis objeto de nossa proposta.

() Declaro, como representante da empresa _____ que **NÃO** visitamos o(s) local(ais) dos serviços referentes ao PREGÃO ELETRÔNICO supracitado, conforme indicados no Edital da Licitação, estando ciente de todos os riscos inerentes a não vistoria dos imóveis objeto de nossa proposta.

Desse modo, se vencedores deste pregão eletrônico, nos responsabilizaremos pela completa execução dos serviços em todas as suas fases, assim como de que conhecemos todos os detalhes, especificações e condições dos trabalhos a serem realizados de acordo com o edital e demais documentos instrutores.

_____, _____ de _____ de 202____.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA
NOME:



APÊNDICE IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

Modelo (Papel Timbrado da Empresa) DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

PREGÃO ELETRÔNICO N° _____ / 202__

Substituir pelo tipo e N° do certame.

A
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

O abaixo assinado, _____, Identidade n° _____
e
CPF _____, na qualidade de responsável legal pela empresa

vem pela presente, indicar a V. Sas. O(s) profissional(is) Responsável(is) Técnico(s) pelo _____ *(descrição do item conforme listado no edital – indicar o item do Termo De Referência)*, de acordo a Lei Federal n° 5.194/66, resoluções n° 218/73 e n° 317/86 do CONFEA, *(no caso de engenheiros)* a Lei Federal n° 12.378/10, resolução n° 21/12 e n° 91/14 do CAU/BR *(no caso de arquiteto)*, e parágrafo 10 do artigo 76 da Lei Estadual 15.608/07 caso venhamos a vencer a referida licitação.

1. Responsável técnico pelos serviços:

Nome:

Registro: *(CAU ou CREA)*

Assinatura:

2. Co – responsável(is) ou vinculados pelos serviços:

Nome:

Registro: *(CAU ou CREA)*

Assinatura:

Fazer a opção de acordo com o profissional.

Os referidos responsáveis registrarão as Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs no CREA ou Registros de Responsabilidade Técnica – RRTs no CAU, conforme preceitua o artigo 1° da Lei Federal n° 6.496/77 e o artigo 20 da Lei Federal n° 5.194/66, antes do início da obra/serviço/projeto, e conforme preceituam os artigos 45 a 47 e 50 da Lei Federal n° 12.378/2011 e Resoluções 17 e 21/2012 e 51/2013 do CAU/BR, ficando sujeito a aplicação de penalidade prevista na legislação vigente e no Edital desta licitação.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

APÊNDICE X – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO

REQUERIMENTO E COMPROMISSO DE SUBCONTRATAÇÃO

À
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
CONTRATO N° ____/____

Declaramos, sob as penalidades cabíveis, que no prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura do termo de contrato, apresentaremos cópias dos contratos.

Declaramos que não possuímos em nosso quadro funcional menores de dezoito anos executando trabalho no período noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos de idade, consoante artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

Declaramos, também, ciência da responsabilidade integral por atos da subcontratada e a inexistência de qualquer vínculo entre esta última e a Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

_____, ____ de _____ de 202____.

Representante Legal ou Procurador da Licitante
(nome e assinatura)



**APÊNDICE XI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PARA
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa _____,
inscrita no CNPJ Nº _____, por intermédio de seu
Representante Legal, Sr(a) _____,
portador do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei,
para todos os fins, estar familiarizada com a natureza e vulto dos serviços, bem como as
técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto, inclusive
analisando todas as condições locais da sede/sala de _____
e orientações prestadas pela Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPE/PR.
Declara ainda que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à
natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando
que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros.

_____, _____ de _____ de 20____

(nome completo do representante legal)

Assinatura



APÊNDICE XII – QUADRO ESTIMATIVO DE DIÁRIAS E QUILOMETRAGEM

Levantamento Estimativo de Diárias e Quilometragem de Rotina							
Item	Região	Rotas	Periodicidade ***	Diárias p/ Rota	Diárias/ Ano **	Km p/ Rotas	Km/ Ano
1	Capital, Região Metropolitana e Litoral	Curitiba, São José dos Pinhais, Colombo, Fórums e Guaratuba*	Semanalmente	0	0	282	14685
2	Litoral	Guaratuba	A cada 12 meses	0	0	266	266
3	Região Centro Oriental	Ponta Grossa e Castro	A cada 6 meses	8	16	316	632
4	Região Noroeste e Centro Ocidental	Campo Mourão, e Umuarama	A cada 6 meses	15	30	1220	2440
5	Região Centro-Sul e Sudeste	Guarapuava e União da Vitória	A cada 6 meses	8	16	938	1876
6	Norte Central e Norte Pioneiro	Londrina, Maringá, Cornélio Procopio e Apucarana	A cada 6 meses	22	44	1542	3084
7	Oeste e Sudoeste	Foz do Iguaçu, Cascavel, Pato Branco e Francisco Beltrão	A cada 6 meses	16	32	2212	4424
TOTAL			-	69	154	6776	27407

* Guaratuba e Fórums, será avaliada a necessidade e ajustada a periodicidade de acordo com a demanda observada

** As diárias anuais estão estimadas para uma pessoa

*** As periodicidades são estimativas, poderão ser alteradas conforme a necessidade observada no decorrer do contrato

Levantamento Estimativo de Diárias e Quilometragem para atendimentos específicos							
Item	Região	Rotas	Qtde**	Diárias p/ Rota	Diárias/ Ano *	Km p/ Rotas	Km/ Ano
1	Capital, Região Metropolitana e Litoral	Curitiba, São José dos Pinhais, Colombo, Fórums e Guaratuba	12	0	0	282	3.384
2	Litoral	Guaratuba	2	0	0	266	532
3	Região Centro Oriental	Ponta Grossa e Castro	2	3	6	316	632
4	Região Noroeste e Centro Ocidental	Campo Mourão, e Umuarama	2	5	10	1220	2440



5	Região Centro-Sul e Sudeste	Guarapuava e União da Vitória	2	5	10	938	1876
6	Norte Central e Norte Pioneiro	Londrina, Maringá, Cornélio Procopio e Apucarana	2	5	10	1542	3084
7	Oeste e Sudoeste	Foz do Iguaçu, Cascavel, Pato Branco e Francisco Beltrão	2	5	10	2212	4424
TOTAL			-	69	46	6776	16.372

* As diárias anuais estão estimadas para uma pessoa.

** A quantidade anual é estimada em casos em que se demande deslocamento para atendimento de casos urgentes ou cuja necessidade de atendimento não possa aguardar a visita periódica.

Notas:

1. Os levantamentos apresentados na tabela acima, trazem um número estimativo de diárias para cobrir um único profissional. No entanto, a maioria das viagens será feita por, no mínimo, 02 (dois) profissionais. Dessa maneira, multiplicou-se a quantidade estimativa de diárias em duas vezes e meia, a fim de estimar com maior precisão o quantitativo anual. Ou seja, 400 diárias para dois profissionais, além de 100 diárias ocasionais para outros profissionais específicos que possam ter o serviço requerido ao longo da execução contratual. Em relação ao valor de diária, utilizou-se a base de diárias utilizadas pelo Poder Executivo Estadual.

2. Quanto à quilometragem, estima-se que serão percorridos 27407 km para atender demandas periódicas, enquanto poderão vir a ser percorridos outros 16.372 quilômetros para atender demandas pontuais que não possam aguardar a visita periódica. A estimativa, portanto, é de 43.779 quilômetro rodados anualmente. Uma vez que caberá à CONTRATADA a gestão logística, inclusive o modelo de transporte dos funcionários e remessa dos materiais necessários a manutenção das sedes, essa estimativa serve apenas para auxiliar a empresa licitante na análise prévia à disputa licitatória.

Quadro Sugestivo de Diárias e Quilometragem**			
Item	Quantidade	Valor Un. (R\$)	Valor(R\$)
Diárias Anuais	500	R\$ 194,02	R\$ 97.010,59
Quilometragem anual*	43.779	R\$ 0,4552	R\$ 19.928,45

*Os valores indicados para quilometragem são meramente para orientação aos licitantes, a fim de que saibam qual o volume estimado de deslocamento e melhor precifiquem suas propostas. Para tal, está sendo utilizado o valor médio de consumo veicular de 12,39 quilômetros por litro. Para o cálculo, valeu-se do consumo médio de veículos de carga e de passeio, sendo eles: Fiat Ducato, Peugeot Expert, Mercedes Sprinter, Renault Kwid, Fiat Mobi e Chevrolet Onix Joy. O valor do combustível levou em consideração a média

entre o valor da gasolina, diesel e etanol. Assim, o preço médio é de R\$ 5,64. Considerando, portanto, o consumo e o preço médio, o valor unitário para cálculo do custo anual em deslocamentos é de R\$ 0,4552 por quilômetro.

****Conforme item 27.6.5.1 do Termo de Referência, o valor (unitário e total) da diária é fixo e, portanto, não será objeto de disputa pelos licitantes. Dessa forma, os licitantes deverão considerar o valor total de R\$ 97.010,59 para as diárias e inclui-lo no valor total da sua proposta de preços.**



ANEXO II – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2023

Pela presente fica credenciado o Sr.(a) _____, inscrito no CPF sob o nº _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____, expedida por _____, para representar a empresa _____ no procedimento licitatório acima epigrafado, podendo formular lances verbais à proposta escrita apresentada, quando convocado, negociar preços e, ainda, rubricar documentos, renunciar ao direito de recurso e apresentar impugnação a recursos, assinar atas, recorrer de decisões administrativas, enfim praticar todo e qualquer ato necessário à perfeita representação ativa da outorgante no procedimento licitatório em referência.

(Local), ____ de _____ de 2023.

Atenciosamente,

[Identificação e assinatura do outorgante]

**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO**

À
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2023

Pela presente, declaramos, para efeito do cumprimento ao estabelecido no inciso VII, do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520 de 17.07.2002, sob as penalidades cabíveis, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

(Local), ____ de _____ de 2023.

Nome da Empresa
CNPJ:

Representante Legal ou Procurador do Licitante
(nome e assinatura)

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE BENEFICIÁRIA DO
TRATAMENTO FAVORECIDO PREVISTO NA LC 123/2006**

À
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2023

DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, ou para a qualificação como sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Local e Data

Representante Legal ou Procurador do Licitante
(nome e assinatura)

ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2023

Nome do Representante:
RG:
CPF:
Razão Social da Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:
Email:
Banco, agência e conta para pagamento:

Lote	Item	Especificação	Quant.
1	1	Serviços continuados de operação, de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas e instalações, incluindo fornecimento de mão de obra (Postos de Serviço e Mão de obra Especializada), material de consumo e insumos necessários e adequados à execução dos serviços, bem como realização de serviços comuns de engenharia, eventuais e sob demanda, para todas as sedes atuais da Defensoria Pública do Estado do Paraná, e também em até 40 (quarenta) novas sedes que vierem a surgir ao longo da execução contratual.	1
VALOR TOTAL DO LOTE (12 MESES)		R\$	

A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias.

(Local), ____ de _____ de 2023.

(nome e assinatura do representante)



**ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, XXXIII, DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

À
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2023

Com vistas à participação no pregão acima epigrafado e, para todos os fins de direito, declaramos que não possuímos em nosso quadro funcional menores de dezoito anos executando trabalho no período noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos de idade, consoante art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição da República.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

(Local), ____ de _____ de 2023.

Nome da Empresa
CNPJ:

Representante Legal ou Procurador do Licitante
(nome e assinatura)

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

À
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2023

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Licitante do procedimento de licitação em epígrafe, sob a modalidade Pregão Eletrônico, instaurado pela Defensoria Pública do Estado do Paraná, que não fomos suspensos do direito de participar de licitações e impedidos de contratar com a Administração nem declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas, sob as penas da lei, e que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação, cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

(Local), _____ de _____ de 2023.

Nome da Empresa
CNPJ:

Representante Legal ou Procurador do Licitante
(nome e assinatura)

**ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA PÚBLICA AMBIENTAL
DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL**

À
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2023

Com vistas à participação no pregão em epígrafe, e para todos os fins de direito, declaramos que atendemos à Política Pública Ambiental de licitação sustentável, e que nos responsabilizamos integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecermos ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada, conforme artigos 78, § 6º, 78A, 78B e 78C da Lei Estadual 15.608/2007.

(Local), ____ de _____ de 2023.

Nome da Empresa
CNPJ:

Representante Legal ou Procurador do Licitante
(nome e assinatura)

ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO

Protocolo nº [REDACTED]

CONTRATO Nº [REDACTED] / [REDACTED]

(15.912.219-0- versão 3 de 24/03/2023)

Termo de Contrato nº [REDACTED] / [REDACTED] que fazem entre si a Defensoria Pública do Estado do Paraná e [REDACTED].

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE/PR)**, órgão público estadual independente, inscrita no CNPJ sob o nº 13.950.733/0001-39, sediada na Rua Mateus Leme, nº 1908, Centro Cívico, Curitiba-PR, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Defensor Público-Geral do Estado do Paraná, Dr. ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO, inscrito no CPF/MF nº 045.885.439-54 e **[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[Nº CNPJ]**, com sede à **[ENDEREÇO]**, nº **[Nº]**, bairro **[BAIRRO]**, **[CIDADE]/[ESTADO]**, CEP **[CEP]**, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu(a) **[SÓCIO/REPRESENTANTE]**, Sr(a). **[NOME]**, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº **[Nº CPF]**, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, em virtude d**[O/A]** **[MODALIDADE DE COMPRA]** nº **[REDACTED] / [REDACTED]** (Protocolo nº **[REDACTED]**), cuja homologação foi realizada na data de **[REDACTED] / [REDACTED] / [REDACTED]** e publicada no DIOE nº **[REDACTED]**, mediante as cláusulas e condições adiante expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a prestação de serviços continuados de operação, de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas e instalações, incluindo fornecimento de mão de obra (Postos de Serviço e Mão de obra Especializada), material de consumo e insumos necessários e adequados à execução dos serviços, bem como realização de serviços comuns de engenharia, eventuais e sob demanda, para todas as sedes atuais da Defensoria Pública do Estado do Paraná, e também em até 40 (quarenta) novas sedes que vierem a surgir ao longo da execução contratual.

EMPRESA:	[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]
CNPJ:	[CNPJ CONTRATADA]
ENDEREÇO:	[ENDEREÇO CONTRATADA]
E-MAIL:	[E-MAIL CONTRATADA]
TELEFONE:	[TELEFONE CONTRATADA]
RESPONSÁVEL:	[NOME RESPONSÁVEL CONTRATADA] (CPF [Nº CPF RESPONSÁVEL CONTRATADA])

CAPÍTULO I

DAS CLÁUSULAS QUE DISPÕEM CONDIÇÕES CONFORME A CLASSE DO OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. Fazem parte do escopo desta contratação três classes distintas de objetos:

2.1.1. Primeira Classe. Prestação de serviços continuados de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas e instalações, incluindo fornecimento de mão de obra (Postos de Serviço e Mão de obra Especializada) de acordo com o Plano Básico de Manutenção Predial (ROTINA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÍNUOS), Anexo II do Termo de Referência (Projeto Básico) e suas eventuais modificações, segregações por sede(s) e complementações, com os valores da proposta vencedora;

[TRANSCRIÇÃO DE TABELA DE PREÇOS UNITÁRIOS DOS POSTOS DE SERVIÇO CONTINUADO CONFORME VERSÃO FINAL DO TERMO DE REFERÊNCIA. Deverá ser destacado o valor da diária de viagem]

2.1.2. Segunda Classe. Execução de serviços comuns de Engenharia eventuais ou sob demanda, conforme aparecem listados na planilha de SERVIÇOS EVENTUAIS DE ENGENHARIA Anexo V do Termo de Referência (Projeto Básico) com os valores da proposta vencedora;

2.1.3. Terceira Classe; Fornecimento dos insumos necessários e adequados à execução dos serviços, em regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, conforme descritos na PLANILHA DE ORÇAMENTO ESTIMATIVO/BASE, Anexo V do Termo de Referência (Projeto Básico) com os valores da proposta vencedora.

2.2. Aplicam-se todas as disposições contidas no procedimento da contratação indicado em epígrafe, independentemente de transcrição, em especial com relação ao Termo de Referência, Projetos, demais anexos e à Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA.

2.3. Os deslocamentos realizados pelos funcionários da CONTRATADA serão objeto de pagamento somente das diárias conforme ANEXO XII de Termo de Referência – QUADRO ESTIMATIVO DE DIÁRIAS E QUILOMETRAGEM.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O valor global estimado do presente Termo de Contrato é de R\$, , (valor por extenso).

3.1.1. O valor que corresponde à classe dos serviços continuados é de R\$, , (valor por extenso);

3.1.2. O valor que corresponde à classe dos serviços eventuais ou sob demanda é de R\$, , (valor por extenso);

3.1.3. O valor que corresponde à classe do fornecimento de materiais é de R\$, , (valor por extenso)

3.1.4. O valor que corresponde às diárias de viagem pagas pela CONTRATANTE

é de R\$ __. __, __ (valor por extenso).

3.2. No preço estão incluídos todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origem Federal, Estadual e Municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à DPE/PR quaisquer custos adicionais.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O faturamento/nota fiscal de cada classe de objeto deverão ser apresentados separadamente.

4.1.1 As diárias devem ser faturadas em separado.

4.2. Da classe dos serviços continuados:

4.2.1. O responsável pelo acompanhamento da execução do contrato deverá receber os relatórios mensais para faturamento referente à prestação dos serviços da equipe permanente e de eventuais diárias utilizadas no período, que deverão ser faturadas separadamente.

4.2.2. Após o ateste do(s) faturamento(s) mensal(is) pelo responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, os pagamentos serão efetuados na forma de depósito ou crédito em conta corrente em favor da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias.

4.2.3. O faturamento deverá ser realizado em face do CNPJ 13.950.733/0001-39 da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.

4.2.4. Para a liberação do pagamento, o Fiscal do Contrato encaminhará o documento de cobrança e a documentação complementar ao Departamento Financeiro que então providenciará a liquidação da obrigação.

4.2.4.1. A nota fiscal/fatura deverá obrigatoriamente apresentar o mês da prestação de serviços, valor unitário e o valor total do pagamento pretendido, e declarar a integralidade dos serviços prestados, e em situações de faturamento proporcional (pro rata), o mesmo deverá ser destacado;

4.2.5. O pagamento dos serviços prestados somente será efetuado após a comprovação do pagamento dos correspondentes salários dos empregados da CONTRATADA, relativos ao mês referenciado na nota fiscal/fatura, bem como após a comprovação de quitação de débitos com a Previdência Social, FGTS, 13º Salário, PIS, ISS, Férias e demais encargos referentes aos empregados que prestarem serviços para a execução do objeto contratado.

4.2.6. Havendo erro ou apresentação incompleta do documento de cobrança o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será interrompido, iniciando-se novamente após a regularização.

4.2.7. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos a CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

4.2.7.1. Eventuais retenções e/ou descontos dos pagamentos serão apreciados em procedimento específico para apuração do eventual inadimplemento.

4.2.7.2. Os pagamentos dos salários mensais e de outras verbas remuneratórias deverão ser efetuados pela CONTRATADA, impreterivelmente na data limite estabelecida em Lei, sob pena de multa. Se persistido o atraso a Administração poderá, se achar conveniente efetuar o pagamento diretamente aos funcionários da Contratada, sem prejuízo de abertura de procedimento próprio para apuração de eventuais responsabilidades, garantido o direito ao contraditório, e das demais sanções legais, nos termos estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

4.2.7.3. Sempre que a CONTRATADA, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao vencido, não tiver efetuado o pagamento do salário dos empregados terceirizados por ela contratados, a CONTRATANTE poderá promover a dedução, do valor da fatura do mesmo mês correspondente, dos valores pertinentes aos salários líquidos não pagos, e efetuar o pagamento diretamente aos empregados terceirizados contratados.

4.2.7.4. Uma vez pagos os empregados terceirizados pela CONTRATANTE, na conformidade do disposto no Parágrafo anterior, a CONTRATADA fará jus ao recebimento da diferença, uma vez comprovada a regularidade de pagamento do FGTS do mês de competência dos serviços prestados, em relação a todos os segurados envolvidos na prestação de serviços.

4.2.7.5. O recolhimento dos encargos da folha de pagamento, com exceção da retenção do recolhimento dos 11% (onze por cento) da Previdência Social, serão de responsabilidade da empresa Contratada.

4.2.7.6. A eventual inadimplência da CONTRATADA para com seus empregados terceirizados relativamente ao vale-transporte e vale-alimentação, poderá ter o mesmo tratamento previsto no item 4.2.7.2 desta Cláusula;

4.2.7.7. A CONTRATADA repassará à CONTRATANTE eventuais reduções de preços decorrentes de mudança de alíquotas de impostos ou contribuições, em função de alterações na legislação durante a vigência deste contrato.

4.2.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a fornecedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela DPPR, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da fornecedora, e calculados, desconsiderado o critério pro rata die, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.

4.2.9. A DPPR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

4.2.9.1. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da DPPR serão imputáveis exclusivamente à fornecedora quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

4.3. Da classe dos serviços comuns de Engenharia eventuais ou sob demanda:

4.3.1. Após o ateste do faturamento mensal relativo aos serviços comuns de Engenharia eventuais ou sob demanda pelo responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, os pagamentos serão efetuados na forma de depósito ou crédito em conta corrente em favor da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias, exceto para as despesas de valor inferior a R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), cujo pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, nos termos do § 3º do artigo 5º da Lei 8.666/93, contados também da data do ateste.

4.3.2. O faturamento deverá ser realizado em face do CNPJ 13.950.733/0001-39 da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.

4.3.3. Para a liberação do pagamento, o Fiscal do Contrato encaminhará o documento de cobrança e documentação complementar ao Departamento Financeiro que então providenciará a liquidação da obrigação.

4.3.4. Havendo erro ou apresentação incompleta do documento de cobrança o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será interrompido, iniciando-se novamente após a regularização.

4.3.5. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos a CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

4.3.5.1. Eventuais retenções e/ou descontos dos pagamentos serão apreciados em procedimento específico para apuração do eventual inadimplemento.

4.3.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a fornecedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela DPPR, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da fornecedora, e calculados, desconsiderado o critério pro rata die, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.

4.3.7. A DPPR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

4.3.7.1. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da DPPR serão imputáveis exclusivamente à fornecedora quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

4.4. Da classe do fornecimento dos insumos necessários e adequados à execução dos serviços:

4.4.1. Após o ateste do faturamento mensal relativo ao fornecimento dos insumos necessários e adequados à execução dos serviços pelo responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, os pagamentos serão efetuados na forma de depósito ou crédito em conta corrente em favor da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias, exceto para as despesas de valor inferior a R\$ 17.600,00 (dezessete mil e

seiscentos reais), cujo pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, nos termos do § 3º do artigo 5º da Lei 8.666/93, contados também da data do ateste.

4.4.2. O faturamento deverá ser realizado em face do CNPJ 13.950.733/0001-39 da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.

4.4.3. Para a liberação do pagamento, o Fiscal do Contrato encaminhará o documento de cobrança e documentação complementar ao Departamento Financeiro que então providenciará a liquidação da obrigação.

4.4.4. Havendo erro ou apresentação incompleta do documento de cobrança o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será interrompido, iniciando-se novamente após a regularização.

4.4.5. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos a CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

4.4.5.1. Eventuais retenções e/ou descontos dos pagamentos serão apreciados em procedimento específico para apuração do eventual inadimplemento.

4.4.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a fornecedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela DPPR, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da fornecedora, e calculados, desconsiderado o critério pro rata die, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.

4.4.7. A DPPR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

4.4.7.1. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da DPPR serão imputáveis exclusivamente à fornecedora quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE REVISÃO E REAJUSTE

5.1. DA CLASSE DOS SERVIÇOS CONTINUADOS:

5.1.1. Os preços acordados poderão ser alterados, por reajuste ou repactuação, apenas depois de decorridos 12 (doze) meses, observadas as condições adiante descritas.

5.1.2. Os valores resultantes de reajuste terão sempre, no máximo, quatro casas decimais.

5.1.3. Quando, antes da data do reajuste, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção seu equilíbrio econômico financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

5.1.4. As solicitações (reajuste, repactuação ou revisão) deverão ser endereçadas à Defensoria Pública do Estado do Paraná e enviadas ao seguinte endereço eletrônico, ou o que vier a substituí-lo mediante ofício e instruídos com os documentos pertinentes: contratosdpp@defensoria.pr.def.br

5.1.5. O pedido descrito no item supra somente será considerado, após confirmação de recebimento enviada pela CONTRATANTE.

5.1.6. O reajuste ou a repactuação serão concedidos mediante apostilamento, conforme dispõem o art. 108, § 3º, inc. II da Lei Estadual n.º 15.608/2007 e o art. 65, § 8º da Lei Federal 8.666/1993.

5.1.7. Os prazos para as respostas da Contratante aos requerimentos da Contratada, desde que devidamente instruídos, serão:

- a) Para reajuste: 60 (sessenta) dias;
- b) Para repactuação: 90 (noventa) dias;
- c) Para revisão: 120 (cento e vinte) dias.

5.1.7.1. Caso em qualquer momento se fizer necessário solicitar complementação documental da Contratada, os prazos do item supra ficam interrompidos até sua apresentação.

5.1.8. Da Repactuação do Valor dos Postos de Trabalho

5.1.9. O interregno mínimo de 12 (doze) meses, tanto para a primeira repactuação do contrato quanto para as posteriores, será contado a partir de cada aniversário do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente no momento da apresentação da proposta mais recente pela Contratada.

5.1.10. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade será a data-base da categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão-de-obra da contratação pretendida.

5.1.11. As repactuações de contrato serão precedidas de requerimento da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, de planilha de composição analítica das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas referente a cada posto e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação do contrato.

5.1.12. A repactuação do preço contratual deverá ser requerida pela CONTRATADA em até 12 (doze) meses contados de cada aniversário de publicação do contrato. Transcorrido esse período sem o requerimento referido, ocorrerá a caducidade do direito.

5.1.13. Os efeitos financeiros decorrentes da repactuação motivada por majoração salarial devem incidir a partir da data da respectiva alteração, conforme especificado no acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente que fixou o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato objeto do pedido de repactuação.

5.1.14. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação do contrato, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tomarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

5.1.15. Os valores dos postos de trabalho serão repactuados com a variação verificada nos valores constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices

da Construção Civil – SINAPI, conforme as regras abaixo mantendo-se válidas, em qualquer caso, as condições apresentadas no item 28.4.2 do termo de referência:

5.1.15.1. Para a primeira repactuação, o período considerado será entre a data da proposta mais recente da empresa e a data da solicitação de repactuação, que deverá ocorrer após a entrada em vigência de novo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, documento necessário para a requisição.

5.1.15.2. Para as repactuações seguintes, o período a ser considerado é entre a entrada em vigência de um acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho e o documento que vier a substituí-lo.

5.1.16. Do reajuste do valor das diárias de viagem:

5.1.17. Os valores referentes a diárias que constam do Anexo XII do Termo de referência poderão ser alterados a cada 12 (doze) meses contados de cada aniversário da data da apresentação da proposta da contratada (em / /).

5.1.18. O reajuste deverá ser requerido pela Contratada até trinta dias antes do fim de cada período de 12 (doze) meses contados de cada aniversário de publicação do contrato. Transcorrido esse período sem o requerimento referido, ocorrerá a caducidade do direito.

5.1.19. Os valores das diárias, observado o período do item 5.1.18 supra, serão reajustados mediante a aplicação da variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE, ou se for extinto, outro índice que o substitua, a critério da Contratante.

5.1.20. Os novos valores contratuais decorrentes dos reajustes terão suas vigências iniciadas a partir do dia seguinte à data em que se completarem 12 (doze) meses do aniversário da data de apresentação da proposta.

5.1.21. Na hipótese de não ter sido divulgado o índice relativo ao último mês do período da apuração, deverá ser adotada a variação dos 12 (doze) meses imediatamente antecedentes a esse mês.

5.1.22. Caso, na data de aniversário de publicação do contrato, e desde que haja prévio requerimento da Contratada, ainda não tenha sido possível à Contratante proceder aos cálculos devidos, deverá esta última ressaltar essa questão em qualquer termo que se discuta valores/prazo contratual para resguardar o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados.

5.1.23. Da Revisão Contratual

5.1.24. A revisão será realizada única e tão somente com relação às hipóteses previstas em lei, em especial aquelas constantes do artigo 112, § 3º, incisos II e III, da Lei Estadual nº 15.608/2007, observando todas as disposições pertinentes.

5.1.25. A revisão do preço original do contrato dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessárias justificativas, dos pronunciamentos dos setores técnico e jurídico, além da aprovação da autoridade competente.

5.2. DA CLASSE DOS SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA EVENTUAIS OU SOB DEMANDA:

5.2.1. Os preços contratados poderão ser alterados, por reajuste, apenas depois de decorridos 12 (doze) meses, observadas as condições adiante descritas.

5.2.2. Os valores resultantes de reajuste terão sempre, no máximo, quatro casas decimais.

5.2.3. Quando, antes da data do reajuste, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção seu equilíbrio econômico financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

5.2.4. As solicitações (reajuste ou revisão) deverão ser endereçadas à Defensoria Pública do Estado do Paraná e enviadas ao seguinte endereço eletrônico, ou o que vier a substituí-lo mediante ofício e instruídos com os documentos pertinentes: contratosdpp@defensoria.pr.def.br

5.2.5. O pedido descrito no item supra somente será considerado, após confirmação de recebimento enviada pela CONTRATANTE.

5.2.6. O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõem o art. 108, § 3º, inc. II da Lei Estadual n.º 15.608/2007 e o art. 65, § 8º da Lei Federal 8.666/1993.

5.2.7. Os prazos para as respostas da Contratante aos requerimentos da Contratada, desde que devidamente instruídos, serão:

- a) Para reajuste: 60 (sessenta) dias;
- b) Para repactuação: 90 (noventa) dias;
- c) Para revisão: 120 (cento e vinte) dias.

5.2.7.1. Caso em qualquer momento se fizer necessário solicitar complementação documental da Contratada, os prazos do item supra ficam interrompidos até sua apresentação.

5.2.8. Do reajuste:

5.2.9. Os valores contratados para esta classe de serviços poderão ser alterados a cada 12 (doze) meses contados de cada aniversário da data da apresentação da proposta da contratada, (em __/__/__);

5.2.10. O reajuste deverá ser requerido pela Contratada até trinta dias antes do fim de cada período de 12 (doze) meses contados de cada aniversário de publicação do contrato. Transcorrido esse período sem o requerimento referido, ocorrerá a caducidade do direito.

5.2.11. Os valores contratados, observado o período do item 5.2.9 supra, serão reajustados anualmente com a mesma variação de valores do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI verificada entre a data da proposta (em __/__/__) e a data do reajuste;

5.2.11.1. Na inexistência de itens no referido sistema de preços, será utilizado o Índice Nacional de Custo da Construção Disponibilidade Interna – INCC-DI, nos termos do inciso XI do artigo 40 da Lei 8.666/1993.

5.2.12. Os novos valores contratuais decorrentes dos reajustes terão suas vigências iniciadas a partir do dia seguinte à data em que se completarem 12 (doze) meses do aniversário da data de apresentação da proposta.

5.2.13. Na hipótese de não ter sido divulgado o índice relativo ao último mês do período da apuração, deverá ser adotada a variação dos 12 (doze) meses imediatamente antecedentes a esse mês.

5.2.14. Caso, na data de aniversário de publicação do contrato, e desde que haja prévio requerimento da Contratada, ainda não tenha sido possível à Contratante proceder aos cálculos devidos, deverá esta última ressaltar essa questão em qualquer termo que se discuta valores/prazo contratual para resguardar o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados.

5.2.15. Da Revisão Contratual

5.2.16. A revisão será realizada única e tão somente com relação às hipóteses previstas em lei, em especial aquelas constantes do artigo 112, § 3º, incisos II e III, da Lei Estadual nº 15.608/2007, observando todas as disposições pertinentes.

5.2.17. A revisão do preço original do contrato dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessárias justificativas, dos pronunciamentos dos setores técnico e jurídico, além da aprovação da autoridade competente.

5.3. DA CLASSE DO FORNECIMENTO DOS INSUMOS NECESSÁRIOS E ADEQUADOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.3.1. Os preços contratados poderão ser alterados, por reajuste, apenas depois de decorridos 12 (doze) meses, observadas as condições adiante descritas.

5.3.2. Os valores resultantes de reajuste terão sempre, no máximo, quatro casas decimais.

5.3.3. Quando, antes da data do reajuste, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção seu equilíbrio econômico financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

5.3.4. As solicitações (reajuste ou revisão) deverão ser endereçadas à Defensoria Pública do Estado do Paraná e enviadas ao seguinte endereço eletrônico, ou o que vier a substituí-lo mediante ofício e instruídos com os documentos pertinentes: contratosdpp@defensoria.pr.def.br

5.3.5. O pedido descrito no item supra somente será considerado, após confirmação de recebimento enviada pela CONTRATANTE.

5.3.6. O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõem o art. 108, § 3º, inc. II da Lei Estadual n.º 15.608/2007 e o art. 65, § 8º da Lei Federal 8.666/1993.

5.3.7. Os prazos para as respostas da Contratante aos requerimentos da Contratada, desde que devidamente instruídos, serão:

- a) Para reajuste: 60 (sessenta) dias;
- b) Para repactuação: 90 (noventa) dias;
- c) Para revisão: 120 (cento e vinte) dias.

5.3.7.1. Caso em qualquer momento se fizer necessário solicitar complementação documental da Contratada, os prazos do item supra ficam interrompidos até sua apresentação.

5.3.8. Do reajuste:

5.3.9. Os valores contratados para esta classe poderão ser alterados a cada 12 (doze) meses contados de cada aniversário da data da apresentação da proposta da contratada, (em / /);

5.3.10. O reajuste deverá ser requerido pela Contratada até trinta dias antes do fim de cada período de 12 (doze) meses contados de cada aniversário de publicação do

contrato. Transcorrido esse período sem o requerimento referido, ocorrerá a caducidade do direito.

5.3.11. Os valores contratados, observado o período do item 5.3.9 supra, serão reajustados anualmente com a mesma variação de valores do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI verificada entre a data da proposta (em / /) e a data do reajuste;

5.3.11.1. Na inexistência de itens no referido sistema de preços, será utilizado o Índice Nacional de Custo da Construção Disponibilidade Interna – INCC-DI, nos termos do inciso XI do artigo 40 da Lei 8.666/1993.

5.3.12. Os novos valores contratuais decorrentes dos reajustes terão suas vigências iniciadas a partir do dia seguinte à data em que se completarem 12 (doze) meses do aniversário da data de apresentação da proposta.

5.3.13. Na hipótese de não ter sido divulgado o índice relativo ao último mês do período da apuração, deverá ser adotada a variação dos 12 (doze) meses imediatamente antecedentes a esse mês.

5.3.14. Caso, na data de aniversário de publicação do contrato, e desde que haja prévio requerimento da Contratada, ainda não tenha sido possível à Contratante proceder aos cálculos devidos, deverá esta última ressaltar essa questão em qualquer termo que se discuta valores/prazo contratual para resguardar o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados.

5.3.15. Da Revisão Contratual

5.3.16. A revisão será realizada única e tão somente com relação às hipóteses previstas em lei, em especial aquelas constantes do artigo 112, § 3º, incisos II e III, da Lei Estadual nº 15.608/2007, observando todas as disposições pertinentes.

5.3.17. A revisão do preço original do contrato dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessárias justificativas, dos pronunciamentos dos setores técnico e jurídico, além da aprovação da autoridade competente.

CAPÍTULO II

DAS CLAUSULAS COMUNS A TODAS AS CLASSES DE OBJETOS

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência da contratação terá início com sua publicação no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DEDPR), e será de 12 (doze) meses, excluído o dia do termo final, podendo ser prorrogado na forma do artigo 103 inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, e do artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/1993 e da jurisprudência aplicável à espécie.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO

7.1. As medições serão realizadas conforme o descrito no item 19. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS do Termo de Referência.

7.2. O objeto será recebido provisoriamente, pelo responsável pelo acompanhamento, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, no prazo limite estabelecido nas cláusulas seguintes, após a comunicação escrita da CONTRATADA, acompanhada do

respectivo documento de cobrança e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que permitam à CONTRATANTE prestar as informações necessárias perante o fisco, nos termos da legislação aplicável, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta e demais documentos pertinentes à contratação.

7.2.1. Em se tratando de serviços, será recebido provisoriamente em até 5 (cinco) dias úteis da comunicação escrita do contratado, conforme item 9.7.1 do Termo de Referência;

7.2.2. O recebimento provisório poderá ser dispensado nas hipóteses previstas taxativamente no artigo 124, I, II e III da Lei nº 15.608/2007, nestes casos será feito mediante recibo, conforme parágrafo único do citado dispositivo.

7.3. O recebimento definitivo será realizado de acordo com os seguintes prazos:

7.4. O recebimento definitivo será realizado em até 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 73 da Lei 8.666/1993 e artigo 123 da Lei Estadual 15.608/2007, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto ao contratado, salvo quando houver previsão expressa e justificada.

7.5. Esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação do CONTRATANTE, não dispondo de forma diversa o edital ou demais documentos do processo de compra, considerar-se-á definitivamente aceito pela Administração o objeto contratual, para todos os efeitos.

7.6. O objeto será recebido definitivamente somente mediante a presença do documento de cobrança e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que permitam à CONTRATANTE prestar as informações necessárias perante o fisco, nos termos da legislação pertinente.

7.6.1. Caso não se observe o mencionado no item anterior, ou quando se verificar alguma inconsistência nos documentos enviados pela CONTRATADA, o prazo de recebimento será interrompido e recomeçará a contar do zero a partir da regularização da pendência.

7.7. No caso de recebimento definitivo de objeto contratual cujo valor supere R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), deverá ser designada comissão específica pela autoridade competente, composta por, no mínimo, 3 (três) membros, que elaborará termo circunstanciado para esse fim.

7.8. Antes do encaminhamento ao Departamento Financeiro (DFI) e consequente liberação do pagamento, o servidor responsável terá o prazo de 10 (dez) dias para realizar o ateste do faturamento/documento de cobrança, a contar do recebimento de todos os documentos elencados nos itens anteriores.

7.9. O objeto prestado será recusado caso apresente especificações técnicas diferentes das contidas neste Termo de Referência, salvo se de especificações semelhantes ou superiores, a exclusivo critério da CONTRATANTE, mediante devido procedimento interno, nos limites da discricionariedade administrativa.

7.10. A CONTRATADA deverá corrigir, refazer ou substituir o objeto contratual que apresentar quaisquer divergências com as especificações fornecidas, bem como realizar possíveis adequações necessárias, sem ônus para a CONTRATANTE.

7.11. O recebimento definitivo do objeto contratual fica condicionado à demonstração de cumprimento pela CONTRATADA de todas as suas obrigações assumidas, dentre as quais se incluem a apresentação dos documentos pertinentes, conforme descrito no item 7.2, e demais documentos complementares.

7.12. Os recebimentos provisório ou definitivo do objeto contratual não excluem a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução/prestação do objeto.

7.13. Os recebimentos provisório e definitivo ficam condicionados à prestação da totalidade do objeto contratual indicado na ordem de fornecimento/serviço, sendo vedados recebimentos fracionados decorrentes de um mesmo pedido.

7.13.1. Caso a prestação do objeto contratual seja estipulada de forma parcelada, os recebimentos provisório e definitivo serão efetuados apenas por ocasião da entrega da última parcela, quando, então, serão adotadas as medidas destinadas ao pagamento dos serviços, desde que observadas as demais condições do procedimento da contratação indicado em epígrafe, do Termo de Referência e seus anexos e da proposta.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. Será(ão) designado(s) representante(s) pela autoridade competente para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 120, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/07;

8.2.1. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do instrumento contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e, se for o caso, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA NONA – DAS COMUNICAÇÕES

9.1. Qualquer comunicação entre as partes somente terá validade se devidamente formalizada por escrito, por qualquer meio admitido em Direito, desde que confirmado o recebimento junto ao destinatário.

9.2. As solicitações previstas neste instrumento deverão ser direcionadas da seguinte forma, salvo aqueles referentes a procedimento de infração administrativa que observará o rito previsto na Deliberação CSDP nº 11/2015 ou a que vier substituí-la:



- a. Quanto à gestão contratual, como reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogação, alterações e rescisão contratuais: contratosdpp@defensoria.pr.def.br (Departamento de Contratos – DPC);
 - b. Quanto a pagamentos e demais encargos, verificação de nota débito e certidões, esclarecimento sobre cumprimento de cláusulas contratuais: fiscalizacao@defensoria.pr.def.br (Departamento de Fiscalização de Contratos - DFC);
 - c. Quanto à execução técnica do processo: engenharia@defensoria.pr.def.br.
- 9.3. Todas as solicitações também poderão ser dirigidas ao Protocolo Geral (PTG) mediante remessa pelo Correio para o endereço da CONTRATANTE descrito na primeira lauda deste instrumento, hipótese em que valerá, para efeito de eventual contagem de prazo, a data do recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Indica-se a disponibilidade de recursos na seguinte dotação orçamentária: , detalhamento .

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DIREITOS DAS PARTES

- 11.1. O objeto da contratação pode ser alterado pela Defensoria Pública do Estado do Paraná, mediante as devidas justificativas, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos objetivos da Administração;
- 11.2. O objeto da contratação pode ser alterado pela Defensoria Pública do Estado do Paraná, mediante as devidas justificativas, se for necessário acréscimo ou supressão do objeto até o limite máximo de 25% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do inciso II do parágrafo 1º do artigo 112 da Lei 15.608/2007.
- 11.2.1. Eventuais supressões que superem o limite acima referido poderão ser celebradas mediante acordo entre os contratantes;
- 11.3. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços objeto da contratação com perfeição, conforme especificações, prazo e local constantes no procedimento da contratação indicado em epígrafe, respectivo Termo de Referência e anexos, na proposta e demais documentos pertinentes à contratação, apresentando, quando de sua conclusão, o respectivo documento de cobrança e os documentos relacionados à sua categoria empresarial que permitam à Contratante prestar as informações necessárias perante o fisco, nos termos da legislação pertinente, nos quais constarão as indicações necessárias, prazos de garantia, entre outras informações, conforme o caso;

- 12.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos serviços, de acordo com os artigos 14, 17 e 20 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 12.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, nos prazos fixados no procedimento da contratação indicado em epígrafe, respectivo Termo de Referência e anexos, na proposta e demais documentos pertinentes à contratação, e neste contrato, os serviços com inadequações ou defeitos;
- 12.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do início e da conclusão dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 12.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento da contratação indicado em epígrafe, respectivo Termo de Referência e anexos, na proposta e demais documentos pertinentes à contratação;
- 12.6. Indicar, em ofício apartado, por ocasião da assinatura deste Termo de Contrato, preposto para representá-la, comunicando, ainda, pelo mesmo meio, qualquer alteração quanto ao responsável pela sua representação durante a execução contratual;
- 12.7. Apresentar, como condição de recebimento definitivo e de pagamento, quaisquer das certidões referenciadas na cláusula das condições de recebimento e/ou pagamento que tenham seu prazo de validade expirado durante a execução contratual;
- 12.8. **Será admitida subcontratação do objeto, conforme delimitado na Cláusula Décima Quarta do presente termo.**
- 12.9. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- 12.10. As demais obrigações da CONTRATADA encontram-se dispostas no Termo de Referência do procedimento da contratação indicado em epígrafe, seus anexos e na proposta comercial apresentada pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 13.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato, no procedimento da contratação indicado em epígrafe, respectivo Termo de Referência e anexos, na proposta e demais documentos pertinentes à contratação;
- 13.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do procedimento da contratação indicado em epígrafe, respectivo Termo de Referência e anexos, na proposta e demais documentos pertinentes à contratação, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 13.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos serviços prestados, para que sejam refeitos ou corrigidos;
- 13.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

- 13.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente aos serviços prestados, no prazo e forma estabelecidos no contrato, no procedimento da contratação indicado em epígrafe, respectivo Termo de Referência e anexos, na proposta e demais documentos pertinentes à contratação;
- 13.6. As demais obrigações da contratante encontram-se dispostas no respectivo no procedimento da contratação indicado em epígrafe, respectivo Termo de Referência e anexos, na proposta e demais documentos pertinentes à contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Será admitida subcontratação parcial do objeto, restrita conforme descrito na cláusula 16 do Termo de Referência.

14.1.1. Independentemente da subcontratação dos serviços nos termos descritos, a CONTRATADA se compromete a fornecer serviços padronizados em todos os locais de prestação.

14.2. A subcontratação deverá ser previamente autorizada pela DPE/PR, mediante apresentação de pedido formal e os documentos capazes de demonstrar que a(s) SUBCONTRATADA(S) possuem habilitação fiscal, trabalhista e jurídica, bem como qualificação técnica para os serviços subcontratados, nos mesmos limites exigidos na habilitação da contratada.

14.2.1. O requerimento de subcontratação deve ser realizado mediante apresentação da Declaração de Compromisso de Subcontratação, que consta anexo ao Termo de Referência, juntamente com os documentos da SUBCONTRATADA, e o contrato de subcontratação celebrado entre a CONTRATADA e a SUBCONTRATADA.

14.2.1.1. A DPE/PR terá o prazo de 10 (dez) dias para homologar a subcontratação.

14.2.1.2. A Ordem de Serviço, documento que autoriza a prestação do mesmo, será emitida após a homologação.

14.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da SUBCONTRATADA, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação (artigo 69 da Lei nº 8.666/1993).

14.4. O pagamento dos serviços subcontratados será realizado diretamente à CONTRATADA.

14.5. A subcontratação sem observância do disciplinado neste termo, poderá ensejar motivo para rescisão contratual, conforme artigo 78, III da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. A garantia deverá ser prestada no prazo de até 10 (dez) dias após assinatura deste instrumento, no percentual de **2% (dois por cento)** do valor do contrato.

15.2. A inobservância do prazo do item 15.1 acarretará a aplicação de multa de **0,5% (cinco décimos por cento)** do valor do contrato por dia de atraso até o máximo de **2% (dois por cento)**.

- 15.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação da garantia configura inadimplência total e implica a imediata rescisão do contrato.
- 15.4. A garantia deverá vigorar até 90 (noventa) dias após o encerramento da vigência do contrato e deverá ser readequada no prazo máximo de 10 (dez) dias sempre que houver revisão de preços, acréscimo ou prorrogação contratual, de forma a preservar a proporcionalidade estabelecida no item 15.1.
- 15.5. A garantia poderá ser oferecida em qualquer das modalidades previstas no artigo 102 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.
- 15.6. A fiança bancária só será admitida com expressa renúncia do benefício de ordem de que trata o artigo 827 do Código Civil.
- 15.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, dentre outros, o pagamento de:
- a) prejuízos advindos do não cumprimento total ou parcial do objeto do contrato, inclusive da mora;
 - b) prejuízos diretos e indiretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou de dolo, durante a execução do contrato;
 - c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO.
- 15.8. A garantia será devolvida ao final do prazo estipulado no item 15.4, após a verificação, pelo Contratante, de que o contrato tenha sido integralmente cumprido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. O descumprimento das obrigações assumidas ensejará na aplicação, garantido o contraditório e a ampla defesa à licitante, das sanções previstas na Lei Estadual n.º 15.608/2007 e regulamentadas, no âmbito desta Defensoria, por meio da Deliberação CSDP n.º 11/2015, quais sejam:
- I. Advertência, em caso de conduta que prejudique o andamento do procedimento licitatório ou da contratação;
 - II. Multa equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, por dia útil, limitada ao percentual máximo de 20% (vinte por cento), na hipótese de atraso no adimplemento de obrigação, tais como a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente fora do prazo estabelecido, início e/ou conclusão do fornecimento fora do prazo previsto;
 - III. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, nas seguintes hipóteses, dentre outras:
 - a) não manutenção da proposta;
 - b) apresentação de declaração falsa;
 - c) não apresentação de documento na fase de saneamento;
 - d) inexecução contratual;
 - e) recusa injustificada, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;
 - f) abandono da execução contratual;

- g) apresentação de documento falso;
- h) fraude ou frustração do procedimento mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente;
- i) afastamento ou tentativa de afastamento de outra licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- j) atuação de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
- k) recebimento de condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- l) demonstração de não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 8.158/91;
- m) recebimento de condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

IV. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a DPE/PR pelo prazo de até 2 (dois) anos, nas seguintes hipóteses:

- a) recusa injustificada, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;
- b) não manutenção da proposta;
- c) abandono da execução contratual;
- d) inexecução contratual.

V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, aplicada à licitante que:

- a) apresentação de declaração falsa na fase de habilitação;
- b) apresentação de documento falso;
- c) fraude ou frustração do procedimento mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente;
- d) afastamento ou tentativa de afastamento de outra licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- e) atuação de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
- f) recebimento de condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- g) demonstração de não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 8.158/91;
- h) recebimento de condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

16.2. As sanções previstas acima poderão ser aplicadas cumulativamente.

16.3. O acompanhamento da execução contratual observará como critérios mínimos de acurácia os requisitos contidos na Tabela 2, cuja gradação de severidade está correlacionada na Tabela 3, ambas do item 18.4 do Termo de Referência.

16.4. Aplicam-se as demais delimitações constantes na cláusula 18 do Termo de Referência,

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO

17.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no artigo 129 da Lei Estadual nº 15.608/07, com as consequências indicadas no artigo 131 do referido diploma legal, sem prejuízo das sanções aplicáveis;

17.2. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados à Contratada o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa;

17.3. A rescisão do contrato poderá ser:

17.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

17.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração; ou

17.3.3. Judicial, nos termos da legislação.

17.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

17.5. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial do contrato;

17.6. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

17.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.6.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. O extrato do presente instrumento deverá ser publicado no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná e a divulgação no sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade contratante, em até 20 (vinte) dias úteis após sua assinatura; nos termos do artigo 8º da Resolução DPG nº 313/2022 e da Resolução DPG nº 265/2021, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

19.1. Aplicam-se ao presente as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520/2002, na Lei Complementar Federal nº 123/2006, na Lei Estadual nº 15.608/2007 e legislação complementar, aplicáveis subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/1993 e a Lei Federal nº 8.078/1990;

19.2. Os diplomas legais acima indicados aplicam-se especialmente quanto aos casos omissos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO



20.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, para solucionar eventuais litígios, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente termo para que se produzam os necessários efeitos legais.

Curitiba, data da assinatura digital⁴.

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
DO PARANÁ**
ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO

[CONTRATADA]
**[NOME REPRESENTANTE
CONTRATADA]**

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

⁴A data da assinatura será a data em que a CONTRATANTE realizou a assinatura digital.



ANEXO X – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

(Modelo disponível em arquivo editável no endereço eletrônico:
<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Pagina/Licitacoes> > Licitações - 2023 > Pregão
Eletrônico 045/2023.)

ANEXO XI – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS DETALHADA

(Modelo disponível em arquivo editável no endereço eletrônico:
<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Pagina/Licitacoes> > Licitações - 2023 > Pregão
Eletrônico 045/2023.)